



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Flávio José de Moura Farias

A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)

São Paulo
2008

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Flávio José de Moura Farias

A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em **Relações Internacionais**, sob a orientação do Prof. Dr. **Oliveiros da Silva Ferreira**.

Projeto parcialmente financiado pela CAPES (abril de 2006 a março de 2007).

São Paulo
2008

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa - USP

Prof. Dr. Reginaldo Matar Nasser - PUC-SP

Prof. Dr. Oliveiros da Silva Ferreira (Orientador) – PUC-SP

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local e data: _____

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio constante nesta jornada.

A minha namorada, companheira incondicional.

Ao “comparsa” Leandro, pela amizade em mais esta etapa.

Ao professor Oliveiros Ferreira, que, durante o período de orientação, sempre se mostrou paciente e solícito. Sem suas considerações, essa dissertação nunca seria concretizada.

Ao professor Reginaldo Nasser, que tem acompanhado minha carreira acadêmica desde o início e que sempre foi fonte de imensa sabedoria.

Ao professor Rafael Villa, pelas importantes observações feitas na qualificação.

À CAPES, que tornou possível a realização deste projeto.

FARIAS, Flávio José de Moura. (2008). *A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)*. Dissertação de mestrado (128 p.). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Após a guerra hispano-americana de 1898, os Estados Unidos instalaram bases navais em Cuba e Porto Rico, e começaram a construir um canal interoceânico no Panamá. O objetivo de nossa pesquisa, portanto, é analisar como os Estados Unidos conseguiram essas bases, a importância delas para a defesa do canal do Panamá e como elas se relacionaram com a política externa dos Estados Unidos para o Caribe estabelecida pelos presidentes William McKinley e Theodore Roosevelt.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Estratégia; Estados Unidos; Cuba; Caribe

FARIAS, Flávio José de Moura (2008). *The Strategic Dimension of the United States Foreign Policy in the Caribbean (1898-1904)*. Master degree (128 p.). Post-graduation Program in International Relations "San Tiago Dantas". State University "Júlio de Mesquita Filho", University of Campinas and Pontifical Catholic University of São Paulo.

ABSTRACT

After the 1898 Spanish-American War, the United States established naval bases in Cuba and Porto Rico, and started to build an interoceanic canal in Panama. The purpose of this research is, therefore, to analyze how the United States obtained these bases, their importance to the defense of the Panama Canal and how they connected with the American foreign policy for the Caribbean set up by presidents William McKinley and Theodore Roosevelt.

Key words: International Relations; Strategy; United States; Cuba; Caribbean.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Flórida Ocidental e Flórida Oriental	14
Mapa 2 – Os Estreitos de Windward, Mona e Anegada	113

Índice

Introdução	10
Capítulo 1 – Os Instrumentos de Segurança dos Estados Unidos	13
1.1 A Resolução de Não-Transferência de 1811	13
1.2 A Doutrina Monroe de 1823.....	31
Capítulo 2 – O Primeiro Grande Triunfo	49
2.1 A “Esplêndida Guerrinha” de 1898	59
2.2 Como Administrar as Novas Possessões Territoriais?	74
2.3 “Eu Tomei o Canal”	82
2.4 O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe	85
Capítulo 3 – Estratégia e Defesa: Controlando o Mar do Caribe	89
3.1 A “Pérola do Atlântico”	89
3.2 As Bases no Caribe e a Defesa do Canal.....	102
3.3 A Estratégia dos Estados Unidos no Caribe e o Corolário Roosevelt.....	114
Conclusão	120
Bibliografia	123

Introdução

Em fins do século XIX, a política externa dos Estados Unidos vivenciou um momento de profunda inflexão. A guerra de 1898 contra a Espanha não resultou apenas na independência de Cuba, que era o objetivo primordial da intervenção norte-americana, mas também na ocupação pelos Estados Unidos dos territórios coloniais espanhóis das Filipinas, Guam e Porto Rico, o que transformou o país, aos olhos de muitos observadores, numa potência colonial. Dessa forma, os Estados Unidos que adentraram o século XX haviam assumido um novo papel no sistema internacional, com interesses tanto no Caribe, quanto no Pacífico.

O foco de nossa pesquisa, porém, está exclusivamente no Caribe. Essa região — que, historicamente sempre fez parte da preocupação de norte-americanos de grande projeção intelectual e política — tem sua importância realçada após o conflito de 1898, em razão dos propósitos norte-americanos de construção de um canal interoceânico e a necessidade de controlar o mar do Caribe, para defender o futuro canal, com a instalação de bases navais em Cuba e Porto Rico. O objetivo de nossa pesquisa, portanto, é analisar como os Estados Unidos conseguiram essas bases, a importância delas para a defesa do canal do Panamá e como elas se relacionaram com a política externa para o Caribe estabelecida pelos presidentes William McKinley e Theodore Roosevelt.

Nesse panorama, Cuba e Porto Rico têm lugar de destaque, ainda que Cuba, como será demonstrado neste trabalho, seja mais importante, tanto para a defesa dos Estados Unidos, quanto do canal. Historicamente, sempre fez parte dos fins da política externa norte-americana evitar que

territórios da fraca Espanha passassem para a posse de uma potência mais forte como a Grã-Bretanha, nem que para isso os Estados Unidos tivessem que recorrer à força. Essa política — que nada mais era do que reflexo de um princípio que estava a guiar a ação dos estadistas norte-americanos, o de não-transferência, e que recebeu sua expressão formal na Resolução de Não-Transferência de 1811, dirigida à Flórida — foi aplicada para Cuba e Porto Rico em 1823. Isso mostra que essas ilhas já eram consideradas importantes para a segurança nacional do país muito antes que se pensasse em construir um canal interoceânico. Na época do enunciado da Doutrina Monroe, veremos também que Cuba e Porto Rico faziam parte das preocupações de homens como James Madison, John Quincy Adams e o presidente James Monroe. É disso que se trata o primeiro capítulo, da gênese da Resolução de Não-Transferência e da Doutrina Monroe, não só porque eles são os instrumentos sobre os quais repousa a doutrina de segurança dos Estados Unidos, mas também porque estão intimamente associados com as políticas do país para o Caribe no período estudado.

No segundo capítulo, abordaremos o caminho que os Estados Unidos percorreram até que entrassem em guerra contra a Espanha em 1898; também será analisada a forma como os norte-americanos conduziram a guerra e os problemas que ela trouxe para o país por conta do debate em torno do imperialismo. Embora todas essas discussões sobre o imperialismo nos Estados Unidos tivessem como alvo, primordialmente, a presença do país nas Filipinas, a ocupação e o governo das novas possessões territoriais no Caribe teve que ser mencionado; afinal, não podemos nos esquecer que Porto Rico transformou-se numa “*dependência não-incorporada*” dos

Estados Unidos. Para alguns autores, essa denominação é apenas um eufemismo para “*colônia*”. Mais adiante, trataremos dos esforços que os Estados Unidos fizeram para assegurar a construção de um canal no Panamá e da política de Roosevelt no Caribe, invocando a Doutrina Monroe, em situações como na crise venezuelana e na República Dominicana.

Já no terceiro capítulo, realizaremos um apanhado histórico do interesse estratégico dos Estados Unidos por Cuba. Em seguida, será discutido, com ênfase para o caso cubano, a importância de Cuba e de Porto Rico para a defesa do canal, como os Estados Unidos conseguiram essas bases e a relação da Emenda Platt e do Corolário Roosevelt com a estratégia de proteção do canal e do controle do mar do Caribe pelos Estados Unidos.

E, por fim, a conclusão, na qual realizaremos nossas considerações finais sobre o assunto estudado.

Capítulo I

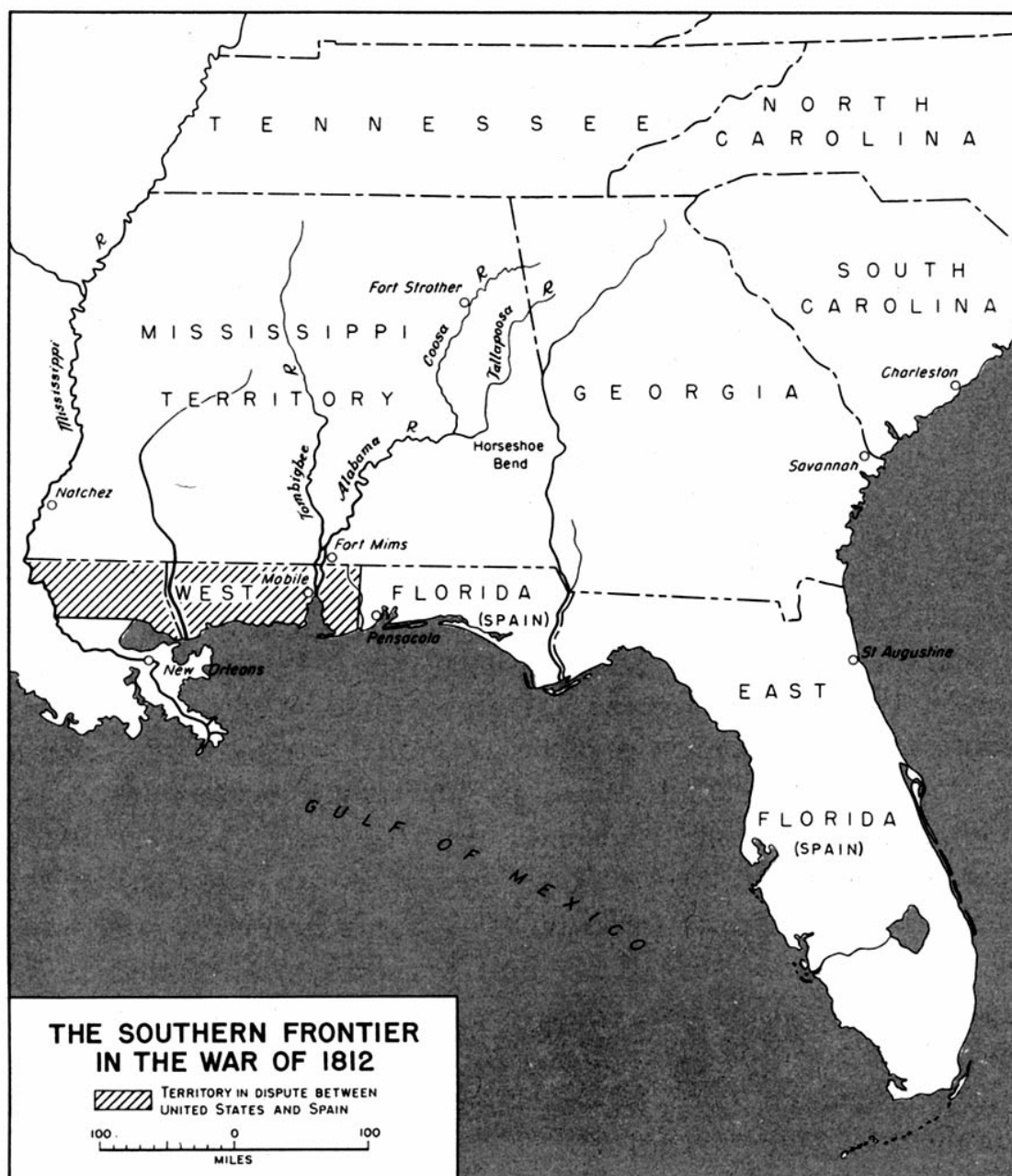
Os Instrumentos de Segurança dos Estados Unidos

1.1 A Resolução de Não-Transferência de 1811

A aquisição da Louisiana à França napoleônica em 1803, que mais do que dobrou o tamanho dos Estados Unidos, pôs fim à incômoda presença de uma potência européia no Vale do Mississipi. Mais uma vez na história, o conturbado cenário político da Europa atuava em favor dos interesses norte-americanos, dado que a retomada das hostilidades entre França e Grã-Bretanha contribuiu para que Napoleão decidisse se livrar desse enclave territorial na América do Norte (BEMIS, 1947:19).

O significado geopolítico da incorporação da Louisiana à União é notável também sob outros aspectos. Subitamente, uma vasta porção de terra e recursos naturais passara ao controle dos Estados Unidos sem a necessidade do recurso às armas. Ademais, sua posição privilegiada no “coração” do continente fez dela o vetor da expansão norte-americana rumo ao Pacífico. Para o historiador e geógrafo Frederick Jackson Turner, a importância estratégica do vale do Mississipi no continente é tamanha, que os generais Grant e Sherman acreditavam que a causa dos Confederados estava perdida após a perda do controle do rio Mississipi com a Batalha de Vicksburg. Turner endossava o pensamento do General Sherman, segundo quem *“qualquer potência que tenha a posse desse rio pode governar o continente”*¹ (TURNER, 1923:189).

¹ “whatever power holds that river can govern this continent”



(Fonte: Universidade do Texas)

O novo território não estaria seguro, no entanto, enquanto a Flórida estivesse sob domínio estrangeiro. Observando-se um mapa dos Estados Unidos, perceberemos que a Flórida, na clássica expressão de Samuel Flagg Bemis, é como uma “*pistola*” apontada para o rio Mississippi e Nova Orleans, podendo ser utilizada como uma base de operações contra os Estados Unidos. Embora a Espanha fosse muito fraca para causar

problemas, sua fraqueza era considerada em si mesmo um perigo, já que poderia criar um “*vácuo político*” facilmente preenchido por potências como a França e, principalmente, a Grã-Bretanha, senhora suprema dos mares (BEMIS, 1947:22).

Além disso, existem aspectos econômicos que não podem ser descuidados: caso os norte-americanos fincassem pé na Flórida Ocidental, as populações do Tennessee e do Território do Mississippi conseguiriam se aproveitar livremente das vias de comunicação constituídas pelos rios Tombigbee e Alabama — que se juntam para formar o rio Mobile e desaguar no Golfo do México — para importar e exportar seus produtos (PRATT, 1925:65).

Por essas razões, a posse da Flórida tornar-se-ia um dos principais objetivos da política externa norte-americana nas décadas seguintes. Logo após a compra da Louisiana, houve uma tentativa de, ao menos, incluir parte da Flórida Ocidental no negócio, apoiando-se nos termos confusos do tratado com a França, que não especificavam com exatidão os limites geográficos do território recém-comprado. Valendo-se do que havia sido estabelecido no Tratado de São Ildefonso entre Espanha e França, a Louisiana era descrita como tendo “*a mesma extensão que ela tem agora nas mãos da Espanha, e que ela tinha quando a França a possuía*”².

Robert R. Livingston, que, juntamente com James Monroe, fazia parte da missão negociadora na França, havia percebido que o trecho supracitado era ambíguo, pois a área da Louisiana “*quando a França a possuía*” era maior que a área da Louisiana “*nas mãos da Espanha*”. De fato, sob domínio

² “the same extent that it now has in the hands of Spain, and that it had when France possessed it”; <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/diplomacy/france/louis1.htm>

francês, a Louisiana estendia-se Flórida adentro até o rio Perdido; entretanto, pelos termos do Tratado de Paris de 1763, que encerrou a guerra dos Sete Anos, a França renunciou à Grã-Bretanha seus direitos na porção de território na Flórida depois de ter cedido a Louisiana à Espanha no ano anterior. Logo, em virtude desses arranjos diplomáticos, a Louisiana que a Espanha recebera e que décadas mais tarde retornaria à França, não continha a parte da Flórida Ocidental. Com base nisso, Robert Livingston convenceu Monroe, James Madison e o presidente Thomas Jefferson a aceitar a interpretação de que aquela porção de terra até o rio Perdido fazia parte da compra da Louisiana, chegando até mesmo a recomendar que os Estados Unidos invadissem a região (BEMIS, 1965:181-182; PRATT, 1965:56). Embora Jefferson não estivesse disposto a utilizar-se da força, o presidente norte-americano colocaria em movimento uma série de iniciativas políticas destinadas a garantir a posse do referido território.

O primeiro passo deu-se a 24 de fevereiro de 1804, quando a pedido de Jefferson, o Congresso aprovou o *Mobile Act*. Para todos os efeitos práticos, tal medida anexava parte da Flórida Ocidental aos Estados Unidos ao proclamar que “*todas as águas navegáveis, rios, riachos, baías e enseadas existentes nos Estados Unidos, que deságüem no Golfo do México, a leste do Rio Mississippi, devem ser anexados ao distrito do Mississippi*”³, dando ainda poder ao presidente para que estabelecesse ali um porto de entrada e um distrito alfandegário. Enfrentando o furioso protesto de Irujo, Ministro espanhol na Filadélfia, Thomas Jefferson resolve recuar e, a 30 de maio, esclarece que o Ato se dirigia a “*águas, enseadas, riachos e*

³ “all navigable waters, rivers, creeks, bays, and inlets, lying within the United States, which empty into the Gulf of Mexico, east of the river Mississippi, shall be annexed to the Mississippi district”

rios existentes dentro das fronteiras dos Estados Unidos"⁴, sendo o Forte Stoddert, localizado no território do Mississippi, o porto de entrada (BEMIS, 1965:183). Tal mudança abrupta de atitude revela, a nosso ver, que o *Mobile Act* fora apenas um meio de testar o grau de resistência dos espanhóis a essa manobra dos Estados Unidos.

O fiasco do *Mobile Act* fez com que Thomas Jefferson se decidisse por novas abordagens: primeiramente, propôs que a Espanha se desfizesse de toda a Flórida em troca da renúncia por parte dos Estados Unidos de algumas reivindicações pecuniárias. Não houve sucesso. Por fim, optou por um esquema mais ousado, que dependia da participação da França. A idéia era que Napoleão coagisse a Espanha a vender a Flórida para os Estados Unidos e se apoderasse posteriormente do dinheiro da venda por meio de subsídios forçados. Entendimentos entre franceses e norte-americanos já haviam se iniciado e, para ajudar na negociação, Thomas Jefferson requisitou ao Congresso que secretamente liberasse a quantia de dois milhões de dólares para o Executivo (Ibidem, 185).

A situação política na Europa, no entanto, impediu que o plano se concretizasse. Após vitórias esmagadoras sobre a Áustria e a Prússia, Napoleão muda seus planos para a Espanha e passa a incluí-la em seus desígnios para o continente, deixando de lado a questão da Flórida. Em 1808, Napoleão coloca seu irmão, Joseph Bonaparte, no trono espanhol, iniciando uma revolta popular (*dos de Mayo*) que acabaria por trazer a intervenção da Grã-Bretanha no conflito, aliando-se ao governo provisório formado para resistir à ocupação francesa. Dessa forma, a Espanha tornar-

⁴ "shores, waters, inlets, creeks, and rivers, lying within the boundaries of the United States"

se-ia palco de uma guerra que mais tarde levaria à sucumbência do império napoleônico na Europa e ao colapso da autoridade espanhola na América, com o surgimento nas colônias de movimentos pela independência (Ibidem, 186).

Como vimos, os métodos empregados por Thomas Jefferson em sua busca pela anexação da Flórida fracassaram. Mas se o conflito na Europa pusera fim a uma tentativa de garantir a segurança dos Estados Unidos que, muitos autores, consideraram desastrosa, surpreendentemente, seria essa mesma crise que traria a oportunidade para que novas iniciativas políticas fossem lançadas.

A guerra que se sucedeu com a invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas trouxe um período de liberdade política e econômica nunca antes visto nas colônias espanholas na América. Nenhuma das facções locais que se digladiavam entre si exercia um controle efetivo sobre as colônias, o que resultaria no surgimento de diversos movimentos pela independência (WHITAKER, 1941:39-40).

Thomas Jefferson rapidamente percebeu que as implicações do conflito na Europa se estendiam para além da questão da Flórida. Com o colapso da autoridade espanhola na América, os Estados Unidos tinham presente uma valorosa oportunidade para assumir um papel de liderança no hemisfério. Na busca desse fim, Jefferson pretendia, de acordo com Arthur P. Whitaker, aprofundar suas relações comerciais com as colônias e encorajar suas independências, não deixando de opor-se também à transferência de qualquer uma delas para potências como Grã-Bretanha ou França, removendo assim a influência européia do hemisfério (Ibidem, 45).

Convém notar, no entanto, que a continuação do domínio espanhol sobre Cuba e México interessava imensamente aos Estados Unidos, receosos de que a subversão dessas colônias abrisse caminho para a intervenção de tropas francesas ou britânicas (LANGLEY, 1968:6). Por isso, em outubro, Jefferson e os membros do seu gabinete concordaram em comunicar às lideranças políticas de Cuba e do México que os Estados Unidos não veriam com indiferença a transferência delas para outras potências:

*“se vocês permanecerem sob o domínio do reino e da família da Espanha, estamos satisfeitos; mas estaríamos extremamente pouco desejosos de vê-los passar sob domínio ou ascendência da França ou Inglaterra. Se, em último caso, vocês decidirem declarar independência, nós não podemos nos comprometer, afirmando que estaríamos em causa comum com vocês, mas nos reservaríamos de acordo com as circunstâncias existentes; mas, em nossos procedimentos, deveremos ser influenciados por nossa amizade por vocês, por uma crença firme de que nossos interesses estão intimamente conectados, e pela forte repugnância em vê-los sob subordinação tanto à França quanto à Inglaterra, quer politicamente ou comercialmente”*⁵ (JEFFERSON, 1903:484-485)

A despeito de quaisquer interesses comerciais envolvidos, pode-se inferir que essa declaração deriva de preocupações eminentemente estratégicas, visto que a localização geográfica dessas colônias em relação

⁵ “if you remain under the dominion of the kingdom and family of Spain, we are contented; but we should be extremely unwilling to see you pass under the dominion or ascendancy of France or England. In the latter case should you choose to declare independence, we cannot now commit ourselves by saying we would make common cause with you, but must reserve ourselves according to the then existing circumstances; but in our proceedings we shall be influence by friendship to you, by a firm belief that our interests are intimately connected, and by the strongest repugnance to see you under subordination to either France or England, either politically or commercially”

ao território dos Estados Unidos seria de extrema valia para uma potência estrangeira que pretendesse atacar o país.

Essa grande política, no entanto, não foi executada por Thomas Jefferson ou James Madison. Na verdade, os Estados Unidos acabaram trilhando um caminho que, paradoxalmente, prejudicou a realização de seus objetivos. A Grã-Bretanha compensou os efeitos do embargo norte-americano intensificando suas relações com a América Latina e, posteriormente, com a guerra de 1812, reduziu drasticamente o comércio dos Estados Unidos com as colônias, já que sua marinha mercante era presa fácil para os navios britânicos. Dessa forma, *“ao invés de avançar com o seu propósito manifesto de excluir a influência européia da América Latina, [o curso escolhido pelos Estados Unidos] tendeu fortemente para transferir controle da América Latina (...) para a [potência] mais formidável delas, a Grã-Bretanha”*⁶ (WHITAKER, 1941:49).

Tendo sido Secretário de Estado durante o governo de Thomas Jefferson, James Madison assume a presidência dos Estados Unidos com a difícil tarefa de fazer jus às pretensões norte-americanas na Flórida Ocidental. O recrudescimento da presença britânica no hemisfério era motivo de constante preocupação e para evitar que esse país pudesse estender a sua influência até a Flórida, Madison resolve alertar o governo britânico de que *“qualquer passo da Grã-Bretanha interferindo na Flórida será necessariamente considerado como injusto e hostil, e levando a*

⁶ “instead of forwarding his professed purpose of excluding European influence from Latin America, it tended strongly to transfer control of Latin America (...) to the most formidable of them all, Great Britain”

colisões que devem ser do interesse de ambas as nações evitar”⁷ (LOGAN, 1962:113). Era de se esperar que os Estados Unidos adotassem essa postura preventiva, considerando os planos ousados que estavam a ser adotados em relação à Flórida Ocidental.

A 14 de junho de 1810, logo um dia após o envio das instruções ao Ministro William Pinkney para o alerta a Londres, o governador do Território de Orleans, W. C. C. Claiborne, com a aprovação de Madison, requisitou a William Wykoff, um membro do conselho executivo do Território de Orleans, que visitasse a Flórida Ocidental e informasse aos seus habitantes que eles seriam admitidos à União caso pedissem pela intervenção dos Estados Unidos. Claiborne esperava que uma revolta se iniciasse, a semelhança das que estavam ocorrendo nas colônias espanholas, para que os Estados Unidos anexassem o território. Mas somente isso não bastava. Era necessário que a incorporação do território não parecesse forçada, a fim de esconder as reais intenções de Washington. Daí o pedido do governador para que uma houvesse uma solicitação formal dos habitantes (SOFAER, 1976:31).

A revolução na Flórida Ocidental finalmente acontece a 23 de setembro, quando os revoltosos, que eram de origem norte-americana em sua maioria, apoderaram-se do pequeno forte espanhol em Baton Rouge, proclamaram a independência da “*República da Flórida Ocidental*” e solicitaram sua anexação aos Estados Unidos. Dessa forma, estava a realizar-se, pelo menos parcialmente, um antigo desejo de Thomas Jefferson, que acreditava na possibilidade de uma pacífica absorção da

⁷ “any steps on the part of Great Britain interfering with [the Floridas] will necessarily be regarded as unjust and unfriendly, and as leading to collisions, which it must be the interest of both nations to avoid”

Flórida por meio da penetração de colonos norte-americanos. Comentando sobre as concessões de terras que eram oferecidas pela Espanha, ele escreveu que: *“eu queria que centenas de milhares de nossos cidadãos aceitassem o convite, será o meio de conseguirmos pacificamente o que, de outra forma, nos custaria uma guerra”*⁸ (PRATT, 1925:63).

Embora as coisas estivessem ocorrendo como planejado, existiam algumas questões que estavam incomodando bastante o presidente norte-americano. Semanas depois da revolução, James Madison confidenciara a Albert Gallatin, Secretário do Tesouro, e a Thomas Jefferson, suas preocupações a respeito da constitucionalidade da anexação de um território por meio de um ato do Executivo; temia que isso causasse alguns atritos com o Congresso. Como um dos pais da Constituição dos Estados Unidos, Madison sabia que isso não era um problema menor. Gallatin, todavia, tranqüilizou o presidente com o argumento de que o próprio Congresso havia aprovado anteriormente o *Mobile Act*, questionando apenas como a anexação da Flórida Ocidental seria justificada aos espanhóis (VARG, 1963:258). Não bastasse isso, Madison — ciente de que a Grã-Bretanha estava por trás de alguns incidentes na América do Sul, como a tentativa de invasão da Venezuela por Francisco de Miranda — temia que aquela potência pudesse intervir na Flórida Ocidental e que este território, que era considerado parte dos Estados Unidos, passasse para o seu controle. A Thomas Jefferson, afirmou:

“Ainda assim há grande peso nas considerações, de que a área até o Perdido, sendo nossa, pode ser tomada de forma justa, se pode ser

⁸ “I wish a hundred thousand of our inhabitants would accept the invitation, it will be the means of delivering to us peaceably what may otherwise cost us a war”

*feito sem violência, acima de tudo se existir a ameaça de sua transferência para as mãos de um terceiro e perigoso partido*⁹
(MADISON, 1908:110)

Tendo essas considerações em mente, o presidente Madison resolve agir unilateralmente e emite, a 27 de outubro, uma proclamação secreta na qual incorporava o território “*ao sul do Território do Mississippi e a leste do rio Mississippi, estendendo-se até o rio Perdido*”¹⁰ (Ibidem, 112) ao Território de Orleans, fundamentando-se na tradicional alegação de que o referido território já pertencia aos Estados Unidos como parte da compra da Louisiana, no fato de que o Congresso já havia tomado medidas no sentido de sua incorporação ao país e no perigo que a instabilidade naquela região poderia representar aos interesses norte-americanos.

No mesmo dia, ordens foram dadas para que Clairborne ocupasse a área com instruções para que não se envolvesse em qualquer tipo de choque com a Espanha. Embora a região reivindicada se estendesse até o rio Perdido, os Estados Unidos acabaram ocupando apenas um pequeno trecho de terra até o rio Pearl, evitando assim um confronto com forças espanholas ainda presentes na região próxima à cidade de Mobile (LOGAN, 1962:115).

Essas ações, no entanto, só foram oficialmente informadas ao Congresso a 5 de dezembro de 1810. Para Sofaer, Madison procedeu dessa forma com o intuito de dificultar a reação das potências européias, que teriam que lidar com a realidade da presença de tropas norte-americanas na

⁹ “Still there is great weight in the considerations, that the Country to the Perdido, being our own, may be fairly taken possession of, if it can be done without violence, above all if there be danger of its passing into the hands of a third & dangerous party”

¹⁰ “south of the Mississippi Territory and eastward of the river Mississippi, and extending to the river Perdido”

região. Nesse sentido, *“Madison foi capaz de apresentar um ‘fato consumado’ à Espanha, Grã-Bretanha e França. Mas deve-se acrescentar que, por meio disto, ele apresentou o mesmo fato consumado também ao Congresso”*¹¹. A reação da Grã-Bretanha e da Espanha não tardaria a acontecer. A 15 de dezembro, J. P. Morier, encarregado dos negócios britânicos em Washington, comunica ao Secretário de Estado, Robert Smith, que considerava a ocupação da Flórida Ocidental um ato de hostilidade aberta à Espanha e que o governo de Sua Majestade não poderia ver com indiferença *“qualquer ataque aos interesses dela [Espanha] na América”*¹² (American State Papers, 11th Congress, 3rd Session, p.399).

No âmbito doméstico, a recepção à anexação do território foi bastante calorosa, sendo endossada pela maioria dos jornais de tendência republicana e federalista (VARG, 1963:259). Mas o mesmo não aconteceu no Congresso, onde a oposição federalista fez severas críticas à ação de James Madison. No Senado, Outerbrigde Horsey, de Delaware, afirmou que o presidente transcendeu os limites dos seus poderes e violou a Constituição ao emitir a proclamação. Além disso, questionou a justeza das pretensões norte-americanas na Flórida Ocidental e alertou que a ocupação desse território poderia colocar os Estados Unidos em rota de colisão com a Espanha e a Grã-Bretanha:

“Afirmo, senhor, o que devemos esperar senão a indignação e a retaliação deles? Não deixemos ser esquecido que a lex talionis é a regra moderna, e que o dia de retribuição virá. A Espanha tem uma

¹¹ “Madison was able to present Spain, Britain, and France with a fait accompli. But one must add that he thereby presented the same accomplished fact to Congress as well”

¹² “any attack upon her interests in America”

esquadra e, sendo aliada da Inglaterra, pode enviá-la aos mares”¹³
(Annals of Congress, Senate, 11th Congress, 3rd Session, p.54-55)

Josiah Quincy e Timothy Pickering, ambos representantes de Massachusetts, eram contrários à incorporação da Flórida Ocidental à União por defenderem os interesses das elites da Nova Inglaterra (região localizada no nordeste do país e que abarca seis Estados que, originariamente, faziam parte das treze colônias), que estavam desgostosos com a possibilidade de perder influência na esfera federal em razão da adição de novos Estados à União (VARG, 1963:260). Por isso, Quincy chegou a alertar que:

*“Sob a sanção dessa regra de conduta, sou compelido a declarar como minha opinião intencional que, se essa lei passar, as amarras dessa união estão virtualmente dissolvidas; que os Estados que a compõem estão livres de suas obrigações morais, e que, como será o direito de todos, também será o dever de alguns de se preparar definitivamente para uma separação – amigavelmente se possível, violentamente se necessário”*¹⁴ (Annals of Congress, Senate, 11th Congress, 3rd Session, 523)

Como era de se esperar, os republicanos não ficaram sem responder aos ataques dos federalistas e concordaram com a tomada da Flórida Ocidental por Madison. Para John Pope, representante do Kentucky, o presidente agiu em defesa da “segurança” dos Estados Unidos. Caso ele

¹³ “What, I say sir, are we to expect but their indignation and retaliation? Let it not be forgotten that the *lex talionis* is the modern rule, and that the day of retribution may come. Spain has a fleet, and being the ally of England, can send them to sea”

¹⁴ “Under the sanction of this rule of conduct, I am compelled to declare it as my deliberate opinion, that, if this bill passes, the bonds of this union are virtually dissolved; that the States which compose it are free from their moral obligations, and that, as it will be the right of all, so it will be the duty of some to prepare definitely for a separation — amicably if they can, violently if they must”

não tivesse ocupado o território e, ao invés, deixado que a Flórida Ocidental pedisse auxílio para outra potência, o presidente seria chamado de “*imbecil*” e “*irresponsável*”, podendo até mesmo ser considerado indigno de ocupar o seu cargo. Mais importante ainda, Pope alertou sobre a ameaça que a transferência da Flórida Ocidental para mãos estrangeiras representaria a New Orleans, que poderia ser facilmente isolada do resto do país se um potencial inimigo assim desejasse. Afirma Pope:

*“Deixe ser lembrado que a área de Orleans é a nossa parte mais vulnerável – remota à nossa força física – um clima mais fatal ao nosso povo do que a espada de um inimigo vitorioso – e um inimigo em posse da Flórida Ocidental pode, com grande facilidade, cortar Nova Orleans do território superior. Se o momento oportuno não tivesse sido aproveitado, essa província teria caído nas mãos de uma potência estrangeira”*¹⁵ (Ibidem, p.40)

Daí a necessidade de uma ação preventiva por parte dos Estados Unidos para evitar essa transferência, tendo em vista que a segurança e auto-preservação do país estavam acima de quaisquer princípios morais. Por isso, perguntava: “*nós devemos sentar aqui, com as armas cruzadas, até que o inimigo esteja diante de nossos portões? Se desperdiçarmos nosso tempo em discussões e refinamentos de questões abstratas sobre*

¹⁵ “Let it be remembered that the Orleans country is our most vulnerable part — remote from our physical force — a climate more fatal to our people than the sword of a victorious enemy — and that an enemy in possession of West Florida can with great facility cutt off New Orleans from the upper country. If the fortunate moment had not been sized, this province would have fallen into the hands of a foreign Power”

*certo e errado, nós perderemos nossa independência, e iremos merecer perdê-la*¹⁶ (Ibidem, 42).

Para Pope, os imperativos de segurança nacional conferiam aos Estados Unidos a autoridade para apoderar-se do território em questão, evitando que ele pudesse ser utilizado por outra potência com o objetivo de atacar o país:

*“Considerando quão vulnerável estamos a partir deste território, seu estado atual, e a posição de nossas relações exteriores, parece-me que estamos autorizados a tomá-la [Flórida Ocidental] como uma medida de segurança nacional”*¹⁷ (Ibidem)

Henry Clay, o jovem representante de Kentucky e líder da ala nacionalista do partido republicano, seguiu linha de raciocínio semelhante a de John Pope a respeito da importância estratégica da Flórida Ocidental, argumentando que existiria uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos caso aquele território passasse para os domínios de outra potência. Por causa disso, os Estados Unidos possuiriam um “direito” de anexá-lo a fim de garantir sua própria integridade.

“Eu não tenho qualquer hesitação em dizer que, se uma metrópole não vai ou não pode manter sua autoridade em uma colônia adjacente a nós, e exista nela um estado de ilegalidade e desordem, ameaçando nossa paz, e se, mais ainda, tal colônia, passando às mãos de qualquer outra potência, se tornaria perigosa à integridade da União,

¹⁶ “shall we sit here with our arms folded until the enemy is at our gates? If we waste our time in discussion and refining abstract questions of right and wrong, we shall lose our independence, and we shall deserve to lose it”

¹⁷ “Considering how vulnerable we are from this territory, its present state, and the aspect of our foreign affairs, it appears to me that we are authorized to take possession of it as a measure of national security”

*e que manifestamente tenda à subversão das nossas leis; nós temos o direito, sob os princípios eternos da auto-preservação, de tomá-la*¹⁸ (Ibidem, 63)

Clay fez ainda outro alerta: o país não estaria a salvo enquanto Cuba e Flórida estivessem sob domínio de uma potência estrangeira, visto que esta seria capaz de interditar as vias de comunicação marítima dos Estados Unidos com o Golfo do México. Segundo ele:

*“Não pode ser suficientemente repetido que, se por um lado Cuba, e por outro a Flórida, estiverem sob possessão de uma potência marítima estrangeira, o imenso território pertencente aos Estados Unidos, irrigado por rios que deságuam no Golfo do México – isso é, um terço, não, mais de dois terços dos Estados Unidos, compreendendo Louisiana, está sob o julgo de tal potência. A possessão da Flórida é uma garantia absolutamente necessária para o aproveitamento da navegação em tais rios”*¹⁹ (Ibidem, 62)

Por fim, Clay fez a defesa da posse do território pelos Estados Unidos com base, entre outras coisas, no fato de que quando a Espanha recebera de volta a Flórida da Grã-Bretanha em 1783, aquela potência tinha colocado a Flórida Ocidental sob autoridade do governador da Louisiana. Não bastasse isso, reagiu aos ataques dos federalistas à suposta ilegalidade da ação do Executivo afirmando que o Congresso já havia estendido a

¹⁸ I have no hesitation in saying, that if a parent country will not or cannot maintain its authority in a colony adjacent to us, and there exists in it a state of misrule and disorder, menacing our peace, and if moreover such colony, by passing into the hands of any other Power, would become dangerous to the integrity of the Union, and manifestly tend to the subversion of our laws; we have a right, upon eternal principles of self-preservation, to lay hold of it

¹⁹ “It cannot be too often repeated, that if Cuba on the one hand, and Florida on the other, are in the possession of a foreign maritime Power, the immense country belonging to the United States, watered by streamings discharging themselves into the Gulf of Mexico — that is, one-third, nay more than two-thirds of the United States, comprehending Louisiana, is placed at the mercy of that Power. The possession of Florida is a guarantee absolutely necessary to the enjoyment of the navigation of those streams”

jurisdição dos Estados Unidos à Flórida Ocidental com o *Mobile Act* de 1804.

Enquanto o Congresso debatia a questão, a atenção de Washington era voltada para uma carta, escrita a 2 de dezembro, do governador Vicente Folch da Flórida Ocidental ao Secretário de Estado dos Estados Unidos em resposta à sondagem feita pelo General George Mathews meses antes, a pedido do Secretário de Guerra, sugerindo que espanhóis e norte-americanos juntassem forças para expelir qualquer ataque estrangeiro à Flórida (LOGAN, 1962:117). Provavelmente visando atrasar uma eventual incursão norte-americana, Folch declarou que estava disposto a ceder sua província aos Estados Unidos, em razão da convulsão social que ali ocorria, caso não conseguisse reforços nas próximas semanas.

Temendo que a Grã-Bretanha interviesse em auxílio da Espanha, o presidente James Madison, a 3 de janeiro de 1811, tendo em mãos as cartas de Folch²⁰ e de J. P. Morier, confidencialmente requisita ao Congresso uma declaração atestando que os Estados Unidos não veriam com indiferença a transferência do território a leste do rio Perdido para outra potência, recomendando ainda que o Congresso autorizasse o Executivo a realizar a *“ocupação temporária de qualquer parte ou partes do território mencionado, em busca de acordos que possam ser criados pelas autoridades espanholas, e para gerar provisões para aquele governo*

²⁰ Quando chegaram notícias da tomada de Baton Rouge por Claiborne, Folch recua, embora isso não tivesse chegado ao conhecimento de Madison quando ele se dirigiu ao Congresso. Ver Logan.

*durante tal ocupação*²¹ (American State Papers, 11th Congress, 3rd Session, p.395).

Depois de discutirem o assunto por mais de uma semana a portas fechadas, o Congresso dos Estados Unidos, a 15 de janeiro, decide emitir uma resolução secreta na qual autorizava o presidente a utilizar o exército e a marinha do país com o objetivo de ocupar temporariamente o território ao sul da Geórgia e do Território do Mississippi e a leste do rio Perdido, de preferência amigavelmente; pela força, se necessário:

*“Levando em consideração a situação peculiar da Espanha e de suas províncias americanas; e considerando a influência que o destino do território adjacente à fronteira sul dos Estados Unidos pode ter sobre sua segurança, tranqüilidade e comércio: Portanto, Resolvido, pelo Senado e pela Casa dos Representantes dos Estados Unidos, sob as circunstâncias peculiares da crise existente, não pode, sem séria inquietação, assistir a qualquer parte do mencionado território passar às mãos de uma potência estrangeira, e que uma devida consideração à sua própria segurança os compelem a promover, sob certas contingências, a ocupação temporária do mencionado território; ao mesmo tempo, declaram que o mencionado território deve, em suas mãos, manterem-se sujeitos à futura negociação”*²² (LOGAN, 1962:119)

²¹ “to take temporary possession of any part or parts of the said territory, in pursuance of arrangements which may be devised by the Spanish authorities, and for making provision for the Government of the same during such possession”

²² “Taking into view the peculiar situation of Spain, and of her American provinces; and considering the influence which the destiny of the territory adjoining the Southern border of the United States may have upon their security, tranquility and commerce: Therefore, Resolved, by the Senate and House of Representatives of the United States, under the peculiar circumstances of the existing crisis, cannot, without serious inquietude, see any part of the said territory pass into the hands of any foreign power; and that a due regard to their own safety compels them to provide, under certain contingencies, for the temporary occupation of the said territory; they, at the same time, declare that the said territory shall, in their hands, remain subject to future negotiation”

Nesta resolução do Congresso, cristalizado está um dos mais antigos princípios de segurança dos Estados Unidos. Em sua elaboração formal a 1811, o princípio de não-transferência precede em mais de uma década a Doutrina Monroe; nas suas origens, está intimamente relacionado com as questões territoriais do continente que preocupavam os estadistas norte-americanos desde os primeiros dias da República.

Quando a Espanha e a Grã-Bretanha, em 1790, quase entraram em guerra por causa do incidente de Nootka Sound, os Estados Unidos temeram que o conflito pudesse resultar em transferência de territórios da Espanha para os britânicos. Embora a crise não tivesse escalado para o conflito armado, foi durante esse incidente que os norte-americanos realizaram as primeiras formulações do princípio de não-transferência (Ibidem, 23), com Thomas Jefferson fazendo chegar a Londres que, no caso de conflito com a Espanha, os Estados Unidos iriam à guerra a fim de evitar conquistas nos territórios adjacentes ao país. Na verdade, o que torna importante a resolução de 1811 é que, a partir dela, o princípio começa a assumir a forma de uma *“política consciente”*, posto que *“compromete o Executivo e o Estado como um todo, fundamentando as ações futuras”* (FERREIRA, 1971:122).

1.2 A Doutrina Monroe de 1823

Com o esfacelamento das ambições hegemônicas de Napoleão, a política externa da Grã-Bretanha concentrou-se em prevenir que uma França revolucionária, mais uma vez, colocasse em risco a balança de poder européia. Para esse fim, formou, juntamente com a Áustria, a Rússia e a Prússia, a Quádrupla Aliança (BEMIS, 1981:369).

Essas potências, no entanto, recusaram-se a andar ao compasso dos interesses britânicos. Por iniciativa do Czar russo, Alexandre I, juntaram-se para formar a Santa Aliança, com o objetivo de esmagar os movimentos revolucionários liberais que ameaçassem as monarquias absolutistas. A França também seria admitida na aliança em 1818 (Ibidem, 369).

Quando a França atravessou os Pirineus, no início de 1823, para pôr fim a um levante liberal que sacudia a Espanha, Londres fez saber ao governo francês que os dois países entrariam em guerra caso esta estabelecesse uma ocupação militar permanente na Espanha, se apropriasse de territórios coloniais espanhóis ou violasse a integridade territorial de Portugal. A França deu garantias que essas atitudes não seriam tomadas, mas permaneceu silenciosa em relação à apropriação dos territórios coloniais espanhóis (BEMIS, 1947:52).

O rápido progresso das forças francesas na Espanha, que em seis semanas já haviam chegado a Madrid, também causou imensa preocupação em Washington, pois abriria a oportunidade para uma intervenção nas colônias espanholas, sendo Cuba a colônia que mais atraía a atenção dos norte-americanos (LOGAN, 1962:160).

No entanto, nas instruções a Hugh Nelson, Ministro dos Estados Unidos na Espanha, em 31 de abril de 1823, John Quincy Adams revela que era a Grã-Bretanha, não a França, que estava no centro de suas atenções, pois esta não tinha a força naval necessária para vencer os britânicos e efetuar a conquista da ilha. Ademais, os riscos para os Estados Unidos seriam enormes caso a Grã-Bretanha fosse ajudar a Espanha, pois se fosse necessária uma “*ocupação temporária*” de Cuba, na hipótese de ataque

francês ou irrupção de movimentos favoráveis à independência, essa ocupação poderia se tornar “*permanente*” (ADAMS, 1917:378-379).

É por esta razão que ele estende o princípio de não-transferência para Cuba, cuja posse por outra potência que não a Espanha nunca poderia ser permitida pelos Estados Unidos. Adams acreditava que Cuba, pelas “*leis da gravitação política*”, algum dia faria parte da União. A Nelson, escreve que:

*“Você não esconderá do governo espanhol a repugnância dos Estados Unidos à transferência da ilha de Cuba pela Espanha a qualquer outra potência. (...) Que deveríamos considerar uma tentativa de transferir a ilha, contra a vontade de seus habitantes, como subversiva aos seus direitos, não menos do que aos nossos interesses”*²³ (ADAMS, 1917:381, grifos nossos)

As palavras de Adams são duras e revelam como o Secretário de Estado estava determinado a prevenir que uma potência estrangeira — isto é, a Grã-Bretanha — se apossasse da ilha. Adams não desconhecia que faltavam aos Estados Unidos os meios militares para enfrentar a Grã-Bretanha (ADAMS, 1875:71), mas sabia que, se as circunstâncias assim exigissem, não haveria outra saída aos Estados Unidos a não ser se opor a ela, “*se necessário, pela força*”²⁴ (ADAMS, 1917:379).

Com a invasão francesa, surgiram rumores de que a Santa Aliança poderia convocar uma conferência com o propósito de discutir a situação das colônias espanholas. Por isso, meses mais tarde, o Secretário do

²³ “You will not conceal from the Spanish government the repugnance of the United States to the transfer of the island of Cuba by Spain to any other power. (...) that we should consider an attempt to transfer the island, against the will of its inhabitants, as subversive of their rights, no less than of our interests”

²⁴ “if necessary, by force”

Exterior da Grã-Bretanha, George Canning, — temeroso de que uma intervenção no hemisfério ocidental com o propósito de recolonizar a América espanhola pudesse prejudicar os interesses britânicos na região e perturbar a balança de poder europeia (SICKER, 2002:19) —, aproximou-se de Richard Rush, o Ministro norte-americano em Londres, interessado em saber se os Estados Unidos apoiariam a Grã-Bretanha numa declaração a respeito dessas colônias. “*O que você acha que seu governo diria a respeito de acompanhar a Inglaterra em tal política?*”²⁵ perguntou Canning. “*Eu não saberia afirmar em que maneira meu governo olharia para essa sugestão, mas irei comunicá-los da mesma maneira informal na qual você jogou o assunto diante de mim*”²⁶ foi a resposta de Rush (BEMIS, 1981:386). Canning ainda enviou a Rush, posteriormente a essa conversa, uma nota não-oficial, dividida em cinco pontos, com mais detalhes da proposta britânica:

- “1. Nós entendemos a recuperação das Colônias pela Espanha como perdida.
2. Nós entendemos a questão do reconhecimento delas, como Estados Independentes, a ser uma de tempo e circunstâncias.
3. Nós estamos, no entanto, de forma alguma dispostos a criar um obstáculo no caminho de um acordo entre elas e a metrópole por negociação amigável.
4. Nós não objetivamos a posse de qualquer parte delas para nós mesmos.

²⁵ “What do you think your Government would say to going hand in hand with England in such a policy?”

²⁶ “I am unable to say in what manner my Government would look upon such a suggestion, but I will communicate it in the same informal manner in which you have thrown it before me”

5. *Nós não poderíamos ver com indiferença qualquer parte delas transferidas a outra potência*²⁷ (BEMIS, 1947:56)

Richard Rush aceitaria a proposta, mesmo sem autorização oficial do seu governo, caso a Grã-Bretanha abandonasse o ponto 2 e reconhecesse a independência da América espanhola. Do contrário, Rush teria que enviá-la a Washington (Ibidem, 57).

Canning, porém, não estava propenso a aceitar a contra-oferta norte-americana. Não queria que o reconhecimento da Grã-Bretanha viesse a reboque dos interesses dos Estados Unidos. Assim, incerto sobre qual seria a atitude dos norte-americanos, Canning considerou melhor seguir outro curso: enviou um *ultimatum* ao embaixador francês, em 9 de outubro de 1823 (“*memorando Polignac*”), exigindo que a França desistisse de se apropriar de qualquer parte das colônias espanholas. Com isso, a França cedeu (Ibidem, 57-58).

Após receber os despachos de Rush, o presidente James Monroe buscou o aconselhamento de Thomas Jefferson e James Madison em relação à natureza da ação a ser adotada. Monroe inclinava-se a aceitar a proposta britânica, assim como Jefferson e Madison (Ibidem, 60). Em relação a ela, acreditava Jefferson que a cooperação com a Grã-Bretanha não implicava em afastamento ao tradicional princípio isolacionista dos Estados Unidos; de acordo com ele, os europeus seriam mantidos fora do

²⁷ “1. We conceive the recovery of the Colonies by Spain to be hopeless.

2. We conceive the question of the recognition of them, as Independent States, to be one of time and circumstances.

3. We are, however, by no means disposed to throw any impediment in the way of an arrangement between them, and the mother country by amicable negotiation.

4. We aim not at the possession of any portion of them ourselves.

5. We could not see any portion of them transferred to any other Power, with indifference.”

hemisfério pela força da marinha britânica e assim a liberdade estaria pronta para vigorar em todo o continente americano:

*“É manter nosso próprio princípio, não afastar-se dele. E se, para facilitar isso, nós podemos provocar uma divisão entre os europeus e trazer ao nosso lado seu mais poderoso membro, certamente nós devemos fazê-lo”*²⁸ (JEFFERSON, 1899:278)

Em verdade, a posição de Thomas Jefferson diante de uma aliança com a Grã-Bretanha estava em conformidade com as idéias expressas no famoso *“Discurso de Despedida”* de George Washington. Uma leitura atenta do documento nos revela que Washington não repudiava alianças com potências européias de modo absoluto; pelo contrário, ele reconhecia que, na defesa da segurança nacional, eventuais emergências trariam a possibilidade de *“alianças temporárias”* com aqueles países²⁹.

No tocante às colônias espanholas, embora Jefferson considerasse, como veremos adiante, a aquisição de Cuba fundamental à União, a renúncia a qualquer tipo de investida sobre a ilha valeria o preço do acordo, pois a Grã-Bretanha também estaria atada ao mesmo tipo de comprometimento e nada impediria que, mudadas as circunstâncias, Cuba fosse algum dia anexada aos Estados Unidos (JEFFERSON, 1899:278).

Madison também não via maiores problemas com a declaração conjunta, embora fosse mais cético a respeito das reais intenções britânicas

²⁸ “It is to maintain our own principle, not to depart from it. And if, to facilitate this, we can effect a division in the body of the European powers, and draw over to our side its most powerful member, surely we should do it”

²⁹ No seu discurso de despedida, Washington afirma que “Tomando o cuidado de conservarmos, por adequados estabelecimentos, numa respeitável postura defensiva, podemos confiar seguramente em alianças temporárias para emergências extraordinárias.” (SYRETT, 1995:115).

(MADISON, 1896). Assim como ocorreu com Jefferson, era o ponto 4 o objeto de suas maiores preocupações:

*“Qual é a extensão da negação do senhor Canning em relação às ‘possessões remanescentes da Espanha na América’? Ela exclui concepções futuras de aquisição de Porto Rico e também Cuba?”*³⁰
(Ibidem)

O destino de Cuba, como está claro, interessava profundamente a homens como Adams, Jefferson e Madison. E, como vimos, isso tinha uma razão: por sua localização geográfica, Cuba era fundamental para a segurança da Flórida e do Vale do Mississippi. Se uma potência mais forte que a Espanha ocupasse a ilha, o canal de Yucatán, entre o México e Cuba, e o Estreito da Flórida, entre a Flórida e Cuba, poderiam ser fechados, ocasionando uma ameaça geopolítica séria aos Estados Unidos.

Essas considerações não passavam despercebidas pelos estadistas norte-americanos. Na referida resposta a Monroe, Thomas Jefferson chegou a escrever que Cuba seria fundamental para o controle do Golfo do México. Não é de se espantar, portanto, que essa ilha ocupasse lugar fundamental nas discussões do gabinete às vésperas do pronunciamento da Doutrina Monroe.

Nas discussões do gabinete, todos os membros, incluindo o Secretário de Guerra John Calhoun, eram favoráveis à oferta de Canning, com exceção do Secretário de Estado, John Quincy Adams. Adams achava que Canning queria apenas impedir que os Estados Unidos adquirissem

³⁰ “What is the extent of Mr. Canning’s disclaimer as to “the remaining possessions of Spain in America”? Does it exclude future views of acquiring Porto Rico, &c., as well as Cuba?”

parte dos territórios espanhóis, em particular Texas e Cuba (BEMIS, 1947:61-62). Para Adams:

“O objetivo de Canning parece ter sido obter alguma promessa pública (...) especialmente contra a aquisição de qualquer parte das possessões da América espanhola pelos Estados Unidos”³¹ (ADAMS, 1875:177)

Os Estados Unidos, acreditava Adams, deveriam manter suas opções abertas: não fazia sentido negar-se o direito a esses territórios, ainda mais se eles conseguissem a independência, pois assim poderiam solicitar união aos Estados Unidos, algo que não fariam à Grã-Bretanha (Ibidem, 178). Além disso, os Estados Unidos ainda evitariam a aparência de estarem subservientes aos interesses dos britânicos e aumentariam seu prestígio na América Latina:

“Eu apontei que as comunicações recentemente recebidas do Ministro russo, Barão Tuyl, permitiram, como pensei, uma oportunidade muito cabível e conveniente para tomarmos nossa posição contra a Santa Aliança, e, ao mesmo tempo, recusar as insinuações da Grã-Bretanha. Seria mais franco, bem como mais dignificante, declarar nossos princípios explicitamente à Rússia e à França, do que vir como uma barqueta à reboque do navio de guerra britânico”³² (Ibidem, 178-179)

³¹ “The object of Canning appears to have been to obtain some public pledge (...) especially against the acquisition to the United States themselves of any part of the Spanish American possessions”

³² “I remarked that the communications recently received from the Russian Minister, Baron Tuyl, afforded, as I thought, a very suitable and convenient opportunity for us to take our stand against the Holy Alliance, and at the same time to decline the overture of Great Britain. It would be more candid, as well as more dignified, to avow our principles explicitly to Russia and France, than to come in as a cock-boat in the wake of the British man-of-war”

As comunicações com o Barão Tuyll, aludidas por Adams, referem-se a uma nota formal recebida em outubro de 1823, na qual o Czar expressava satisfação com a posição de neutralidade adotada pelos Estados Unidos — ainda que este país reconhecesse os novos governos — e anunciava que, em conformidade com os princípios dos seus aliados na Santa Aliança, não iria receber enviados dos governos revolucionários da América Latina (BEMIS, 1981:384).

Para o presidente Monroe e alguns de seus conselheiros, a nota indicava que Alexandre I pretendia apoiar uma intervenção da Santa Aliança no hemisfério (BEMIS, 1947:59). Adams, no entanto, não estava convencido que ela iria realmente ocorrer (ADAMS, 1875:186). Caso a Santa Aliança optasse por esse caminho, o Secretário de Estado tinha plena confiança que a Grã-Bretanha iria se opor (ADAMS, 1917:374). O próprio silêncio de Canning em relação à proposta já sugeria a Adams que uma intervenção seria improvável (BEMIS, 1947:59). De qualquer forma, todos concordaram que a ocasião exigia dos Estados Unidos uma exposição mais ampla de sua política externa — tendo partido do presidente Monroe a iniciativa de incluir uma declaração sobre o assunto no discurso sobre o Estado da União ao Congresso (Ibidem, 61) —, e que a resposta a Canning e aos russos deveria ser *“parte de um sistema combinado de política e adaptado um ao outro”*³³ (ADAMS, 1875:179).

Ainda sobre a proposta, embora Adams concordasse com Canning em relação ao ponto 5, julgava necessário explicar que isso se aplicava somente às colônias leais à Espanha (leia-se, Cuba e Porto Rico), sem

³³ “parts of a combined system of policy and adapted to each other”

nenhuma incidência sobre os novos Estados independentes, para os quais os princípios de não-colonização e não-intervenção eram destinados. Essa distinção estava presente no primeiro rascunho das instruções a Rush para resposta a Canning.

*“Se as colônias pertencessem à Espanha, nós deveríamos objetar a qualquer transferência delas a outras nações, o que poderia afetar materialmente nossos direitos ou interesses. (...) A nossa atual oposição ao controle de qualquer parte do continente americano pela Espanha, com os seus aliados europeus, é que elas não pertencem à Espanha, e não podem mais ser controlados por ela do que pelos Estados Unidos.”*³⁴ (LOGAN, 1962:168)

Como afirma John Logan, esse parágrafo torna evidente a íntima conexão entre a Doutrina Monroe e o princípio de não-transferência. Quando as colônias ainda pertenciam à Espanha, era o princípio de não-transferência que orientava a ação dos Estados Unidos em sua política externa, ainda que ele só tivesse sido aplicado a territórios próximos ao país. Com o processo de emancipação das colônias espanholas, os estadistas norte-americanos precisavam de outras fórmulas para lidar com essa situação e a Doutrina Monroe surge como resposta a esse novo desafio (Ibidem, 169).

Monroe e Adams concordavam que deveria ser incluída uma firme declaração do princípio de não-transferência na resposta a Canning (Ibidem, 170). No rascunho, essa declaração aparecia logo depois da exposição do

³⁴ “If the Colonies belonged to Spain we should object to any transfer of them to other nations, which would materially affect our interests or rights (...) Our present opposition to the disposal of any part of the American Continent by Spain, with her European allies, is that they do not belong to Spain, and can no more be disposed of by her than by the United States”

princípio de não-intervenção e, curiosamente, associada a territórios próximos dos Estados Unidos. Constava nas instruções a Rush que:

*“Em ambas essas partes [pontos 4 e 5] nós concordamos plenamente — e nós adicionamos que não poderíamos ver com indiferença qualquer tentativa de uma ou mais potências da Europa de restaurar esses novos Estados à coroa da Espanha, ou de privá-los, não importa a maneira, da liberdade e da independência que conseguiram. Muito menos nós poderíamos observar com indiferença a transferência desses novos governos, ou qualquer parte das possessões espanholas, a outras potências, especialmente os territórios que fazem fronteira com ou estão próximos dos Estados Unidos”*³⁵ (FORD, 1902:36, grifos nossos)

Embora a parte grifada tenha sido omitida da versão final³⁶, ela serve para mostrar como uma possível ameaça a Cuba e Porto Rico ocupava a mente dos estadistas norte-americanos naquele momento (LOGAN, 1962:170). Convém ressaltar esses fatos para que não percamos de vista que eram os interesses geopolíticos mais imediatos dos Estados Unidos que estavam em jogo na época do pronunciamento da Doutrina Monroe — isto é, a segurança territorial de um Estado que considerava a América do Norte seu “*domínio natural*”. Ainda que o pronunciamento de Monroe, como

³⁵ “In both these portions [points 4 and 5] we fully concur – and we add that we could not see with indifference any attempt by one or more powers of Europe, to restore these new states to the Crown of Spain, or to deprive them, in any manner whatever, of the freedom and independence which they have acquired. Much less could we behold with indifference the transfer of those new governments, or of any portion of the Spanish possessions, to other powers, especially of the territories bordering on, or nearest to the United States”

³⁶ Para John Logan, “the fact of its omission in the instructions and in the Message does not mean that the importance of the No-Transfer principle had diminished, but rather that a fresh statement at the moment seemed unnecessary and inexpedient. As recently as the preceding April the administration had gone on record at both Madrid and London as opposing the transfer of Spanish territory in the hemisphere to another European power. Furthermore, its concurrence in Point 5 was a sufficient re-emphasis of its stand in November, in view of the fact that Canning had by proposing it in effect given assurances that he had no designs on the loyal colonies, and that no immediate threat of a transfer was apparent at the moment” (LOGAN, 1962:170-171).

veremos a seguir, alertasse a Europa para se manter fora de todo hemisfério, caberia uma indagação a respeito de quais medidas estariam a disposição dos Estados Unidos se realmente houvesse necessidade de evitar que isso ocorresse.

De todo modo, Adams havia convencido Monroe de que a ameaça da Santa Aliança não era real. Os interesses entre as potências eram muito divergentes para que pudessem ser harmonizados (BEMIS, 1965:203) e ainda havia a “*garantia*” da marinha britânica. Embora nenhum membro do gabinete soubesse da existência do “*memorando Polignac*” (BEMIS, 1947:53), Adams já havia percebido que a Grã-Bretanha se oporia a qualquer intervenção no hemisfério, como ele fazia constar nas instruções de abril de 1823 a Hugh Nelson.

O que viria a ser conhecido como Doutrina Monroe constitui-se, na verdade, em vários parágrafos contidos na mensagem anual ao Congresso em 02 de dezembro de 1823. O documento representava a cristalização de dois princípios que estavam a guiar a política externa dos Estados Unidos, como o de abstenção dos assuntos europeus e o de não-colonização; e acrescentava um terceiro, o princípio de não-interferência, corolário do primeiro (BEMIS, 1947:63).

É o princípio de não-colonização que se faz presente logo no primeiro segmento do que seria a Doutrina, quando o presidente Monroe faz alusão às comunicações com os russos:

“(...) a ocasião foi julgada propícia para um acerto, quanto a um princípio em que são envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, por sua condição livre e

independente que têm assumido e mantido, não serão desse modo considerados como sujeitos à colonização futura por quaisquer dos poderes europeus...” (MORRIS, 1964: 124)

Este princípio tem sua origem nas ambições da Rússia e da Grã-Bretanha na costa noroeste do atual Estados Unidos. Primeiramente, o princípio fora exposto a Stratford Canning em janeiro de 1821, numa conversa a respeito das pretensões britânicas no nascedouro do rio Columbia. Adams disse ao diplomata britânico para não se envolver em disputas territoriais com os Estados Unidos no continente norte-americano. O *status-quo* não seria modificado, mas novos empreendimentos coloniais não seriam tolerados. “*Mantenham o que é de vocês, mas nos deixem o resto do continente*”³⁷ foram as palavras de Adams (BEMIS, 1981:367). Interessante notar, neste contexto, como a primeira manifestação do princípio de não-colonização aparece associada à idéia de expansão dos Estados Unidos.

Adams faria novamente uso do princípio em julho de 1823, por ocasião de um *ukase* (edito) do Czar que estendia as pretensões da Rússia ao longo da costa do Pacífico, à altura do paralelo 51º, e proibia as atividades de navios estrangeiros a 100 milhas italianas da costa (BEMIS, 1947:53). Em suas memórias, recorda o que havia dito ao Barão Tuyll, Ministro da Rússia em Washington:

“Eu disse especialmente a ele que nós devemos contestar o direito da Rússia a qualquer estabelecimento territorial neste continente, e que nós devemos assumir o princípio de que os continentes americanos

³⁷ “Keep what is yours, but leave the rest of the Continent to us”

não estão mais sujeitos a novos empreendimentos coloniais europeus”³⁸ (ADAMS, 1875:163)

Pode-se observar, nessa declaração, como Adams amplia a aplicação do princípio para todo hemisfério, não mais o mantendo exclusivamente ao continente norte-americano. Como se pode perceber desses diálogos diplomáticos, o princípio de não-colonização é produto da mente de John Quincy Adams e, tanto é assim, que Monroe, no pronunciamento, utiliza-se apenas do que Adams havia preparado para a mensagem presidencial (BEMIS, 1981:391).

Nos trechos seguintes, Monroe discute, basicamente, assuntos de interesse doméstico (Ibidem, 391), para depois retornar às questões de política externa, com referência ao princípio de abstenção dos assuntos europeus:

“Os cidadãos dos Estados Unidos nutrem sentimentos os mais amistosos em favor da liberdade e felicidade de seus companheiros daquele lado do Atlântico. Nas guerras das potências européias, por questões a nós alusivas nunca tomamos qualquer partido, nem deve a nossa política comportar-se de outra forma. É somente quando nossos direitos são prejudicados ou seriamente ameaçados que nós nos ressentimos dessas ofensas ou preparamos a nossa defesa.” (MORRIS, 1964: 124-125)

O princípio de abstenção dos assuntos europeus encontra sua expressão máxima nos conselhos de George Washington para que seus compatriotas não se emaranhassem no perigoso e complexo jogo de poder

³⁸ “I told him specially, that we should contest the right of Russia to any territorial establishment on this continent, and that we should assume the principle that the American continents are no longer subjects for any new European colonial establishments”

dos países da Europa. Na verdade, a idéia de que os Estados Unidos devessem ficar afastados das controvérsias européias era comum a todos os “*país fundadores*” (BEMIS, 1981:364). Quando o presidente Monroe pediu a opinião de Thomas Jefferson sobre a proposta de Canning, o ex-presidente respondeu que “*nossa primeira e fundamental máxima deve ser nunca nos emaranharmos nos tumultos da Europa*”³⁹ (JEFFERSON, 1899:277). Tal idéia já havia sido exposta por John Quincy Adams nas instruções ao Ministro dos Estados Unidos na Rússia:

*“O sistema político dos Estados Unidos é também, essencialmente, extra-europeu. Manter-se em firme e cautelosa independência de toda complicação no sistema europeu tem sido um ponto fundamental da política deles sob cada governo desde a paz de 1783 até os dias de hoje”*⁴⁰ (ADAMS, 1917:49)

Esse princípio, para Walter McDougall, era conveniente aos propósitos norte-americanos pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, ao não emular as práticas imperialistas européias, os Estados Unidos abdicavam da necessidade de erguer grandes exércitos, de taxar e de alistar compulsoriamente a sua população, o que poderia ameaçar as liberdades civis; em segundo lugar, se participassem dos conflitos do velho continente, os Estados Unidos se veriam forçados a fazer o papel de parceiro menor em suas alianças com as potências européias, correndo o risco de perder o foco de seus objetivos nacionais; em terceiro lugar, na

³⁹ “our first and fundamental maxim should be never to entangle ourselves in the broils of Europe”

⁴⁰ “The political system of the United States is also essentially extra-European. To stand in firm and cautious independence of all entanglement in the European system, has been a cardinal point of their policy under every administration of their government from the peace of 1783 to this day”

busca por ascendência sobre os Estados Unidos, as potências européias poderiam corromper e dividir a nação; e, finalmente, esses conflitos poderiam comprometer a inviolabilidade do território norte-americano, vez que certamente ele seria transformado em campo de batalha para os exércitos europeus (MCDUGALL, 1997:42).

Para finalizar, o alerta dos Estados Unidos para que a Europa não interviesse no continente americano. Em novembro, Adams havia dito aos membros do gabinete que os Estados Unidos deveriam renunciar a qualquer tipo de interferência nos assuntos europeus e declarar, firmemente, a sua expectativa de que estes fizessem o mesmo no hemisfério (ADAMS, 1875:194). A proposta representava um passo adiante em relação à postura adotada pelos Estados Unidos no que se refere à colonização. A partir daquele momento, a Europa deveria evitar também qualquer tipo de interferência nos assuntos políticos dos Estados deste hemisfério. O presidente Monroe concordou e incluiu no seu pronunciamento o novo princípio (BEMIS, 1981:387):

“Nós devemos, portanto, declarar com simplicidade em vista das relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e aqueles poderes, que consideraremos qualquer tentativa de sua parte estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança. Quanto à existência de colônias ou dependências de alguma potência européia não temos interferido e não interferiremos. Mas quanto aos governos que têm declarado e mantido a sua independência, e de cuja independência nós temos conhecimento, com grande consideração e baseados em princípios justos, não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimi-los, ou controlar de algum outro modo seu

destino, por obra de alguma potência européia, se não como sendo a manifestação de uma atitude inamistosa em relação aos Estados Unidos.” (MORRIS, 1964:125)

Note-se que, embora deixem claro que novos empreendimentos coloniais ou mesmo intervenções políticas seriam considerados prejudiciais a sua segurança, o pronunciamento de Monroe não tem nenhum caráter revolucionário. Ou seja, os Estados Unidos não colocam em questão a legitimidade das colônias européias. Além disso, o texto deixa claro que a ameaça aos interesses norte-americanos provém também da adoção, pelos Estados latino-americanos, de instituições monárquicas.

Como afirma Thomas Bailey, a Doutrina Monroe deve ser compreendida apenas como uma declaração unilateral sobre política externa de um presidente norte-americano. De maneira alguma pretendia estabelecer ações específicas a serem seguidas pelos estadistas posteriores (BAILEY, 1974:189). Na verdade, pode-se afirmar que a Doutrina Monroe era, ao mesmo tempo, um conjunto de princípios que indicavam uma visão de ordem e reflexo das ambições norte-americanas no hemisfério.

Do outro lado do Atlântico, a Doutrina Monroe foi recebida com indiferença. Nas cortes européias, ouviam-se comentários de que a mensagem era “*arrogante*”, “*falastrona*” e “*horrenda*”, embora não houvesse protestos oficiais (PRATT, 1965:88). Poder-se-ia dizer que a mensagem de Monroe não passava de um ato petulante, ainda que sem importância, de uma pequena potência. De nenhuma forma iria regular a conduta internacional dos Estados europeus (PERKINS, 2002:165).

Em verdade, os Estados Unidos sabiam que esse tom desafiador só poderia ter sido expresso com a certeza de que contariam com a proteção tácita da marinha britânica. Embora os norte-americanos desconhecessem o “*memorando Polignac*” à época do pronunciamento de Monroe, Adams percebia, já no início de 1823, que a Grã-Bretanha não permitiria aventuras européias no hemisfério.

Mesmo nos Estados Unidos, não se pode dizer que as reações à Doutrina Monroe tenham sido das mais entusiastas. O peso que ela teve, durante muito tempo, como instrumento da política externa norte-americana pode ser medido pelo fato de que a Doutrina sequer é mencionada na primeira história diplomática dos Estados Unidos, The Diplomacy of the United States, de Theodore Lyman, de 1828. E uma biografia de John Quincy Adams, publicada em 1849, sequer viu problemas em não mencioná-la (PERKINS, 2002:167).

Na América Latina, os líderes dos novos Estados aplaudiram a declaração de Monroe, para logo descobrirem que os Estados Unidos não estavam preparados para ações efetivas. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México requisitaram aos Estados Unidos tratados de aliança ou compromissos de assistência em caso de uma possível agressão européia. Washington recusou todos os pedidos. Os países da América Latina aprenderam, portanto, que a verdadeira garantia para a consolidação de suas independências “*era a marinha britânica, não o pronunciamento de um presidente norte-americano*”⁴¹ (PRATT, 1965:89).

⁴¹ “was the British navy, not the pronouncement of an American president”

Capítulo 2

O Primeiro Grande Triunfo

A guerra de 1898 entre os Estados Unidos e a Espanha foi deflagrada em virtude da divergência entre os dois países com relação ao destino de Cuba. Quando William McKinley assumiu a presidência em 1897, uma revolta, iniciada em 1895 e promovida por nacionalistas cubanos favoráveis ao término do jugo espanhol, sacudia a ilha. Os rebeldes acreditavam que seria possível obter o apoio dos Estados Unidos e, para isso, estabeleceram neste país uma Junta destinada a levantar fundos, enviar armas para os guerrilheiros e organizar atividades de propaganda, visando ganhar a simpatia da opinião pública norte-americana (GOULD:1999,20).

Os Estados Unidos ocuparam-se da situação com extrema cautela. No seu discurso inaugural, McKinley deixara claro que pretendia lidar com a questão cubana diplomaticamente, sem intervenções que levassem a “*guerras de conquista*”. (GRENVILLE, 1966:244). No entanto, o presidente sabia que caminhava por estradas tortuosas, já que parte da população norte-americana era favorável à causa cubana e desejava que os Estados Unidos assumissem uma posição mais vigorosa. Tal sentimento nascia de um repúdio natural ao colonialismo, mas também por parte da imprensa, que, com manchetes sensacionalistas e histórias exageradas, presenciaram um incremento em seus negócios. Ainda que esses jornais exagerassem no panorama que traçavam das condições em Cuba, em verdade, mulheres e crianças morriam nos campos de concentração⁴² (*reconcentración*) criados pelo General Weyler como medida para atingir a base de apoio da guerrilha,

⁴² A população rural era levada para os campos nas cidades, onde eram agrupadas em condições terríveis.

o que só aumentava a revolta dos norte-americanos (BAILEY, 1974:452-454).

Pode-se afirmar que a política de McKinley em relação à Cuba consolida-se lentamente e começa a ser articulada em duas comunicações diplomáticas com a Espanha. Na primeira delas, em 26 de junho de 1897, o presidente informou o embaixador espanhol que os Estados Unidos dariam tempo suficiente para que a Espanha pacificasse a ilha, mas alertou que seu país não ficaria sem agir por muito tempo. Além disso, fez saber também que a campanha militar em Cuba deveria ser conduzida “*de acordo com os códigos militares da civilização*”, numa alusão clara às atrocidades cometidas pelo General Weyler. Essa posição foi reiterada em setembro de 1897, quando o embaixador Stewart Woodford comunicou ao Ministro das Relações Exteriores da Espanha o desejo dos Estados Unidos de que aquele país introduzisse medidas que garantissem a paz ou aceitasse os “*bons ofícios*” dos Estados Unidos para que o conflito chegasse ao fim. McKinley ainda deixou de especificar quais seriam essas medidas (GRENVILLE, 1966:248-249).

A morte do Primeiro Ministro conservador Antonio Canovas e o retorno dos liberais ao poder com Praxedes Sagasta trouxeram significativas mudanças à política externa espanhola. Buscando apaziguar os Estados Unidos e solucionar o problema cubano, Sagasta revocou o General Weyler e concedeu mais autonomia aos rebeldes, na esperança de que pudesse atrair os elementos mais moderados e chegar a uma paz negociada (GOULD, 1999:29). Para todos os efeitos, Sagasta encontrava-se numa posição bastante difícil, pois precisava refrear, internamente, a ala

nacionalista que queria esmagar a insurreição e prevenir, externamente, uma intervenção norte-americana. Mas esses não seriam os únicos problemas. Os cubanos queriam independência, não autonomia (OFFNER, 1992:68), o que nos faz considerar que as reformas de Sagasta já estavam destinadas ao fracasso desde o início.

De sua parte, o presidente McKinley, como fica claro na sua primeira mensagem anual ao Congresso em 06 de dezembro de 1897, acreditava que os esforços reformistas de Sagasta eram sinceros e que a Espanha necessitava apenas de tempo para que eles dessem resultado⁴³. No entanto, caso o conflito na ilha ainda perdurasse, *“outras e mais ações”*⁴⁴ poderiam ser tomadas pelos Estados Unidos, em concordância com *“seu próprio senso elevado do que é certo e em consonância com as convicções e os interesses mais caros do nosso povo”*⁴⁵.

Três acontecimentos já no ano seguinte, porém, contribuíram para que as relações entre Estados Unidos e Espanha entrassem em crise. Em fevereiro, veio a público uma carta escrita pelo diplomata espanhol Dupuy de Lôme a um amigo em Cuba, na qual ele caracterizava McKinley como *“fraco”* e *“protótipo de político”*⁴⁶. Além disso, Lôme afirmava que não tinha fé na política de autonomia (apenas um modo de distrair os norte-americanos, segundo ele), e que seriam os meios militares, não os políticos, os definidores do destino da ilha (OFFNER, 1992:116). A carta parou nas mãos dos cubanos, que a enviaram para a Junta em Nova Iorque, sendo publicada pelo *New York Journal* a 09 de fevereiro de 1898 (GOULD,

⁴³ http://en.wikisource.org/wiki/William_McKinley%27s_First_State_of_the_Union_Address

⁴⁴ “further and other actions”

⁴⁵ “its own high sense of right and in consonance with the dearest interests and convictions of our own people”

⁴⁶ “weak”; “would be politician”

1999:34). No mesmo dia, chegava ao conhecimento do presidente uma resposta agressiva dos espanhóis a um comunicado diplomático do dia 20 de dezembro de 1897, no qual McKinley reforçava a sua posição de que a Espanha deveria chegar a um entendimento com os rebeldes cubanos (Ibidem). Os espanhóis criticavam duramente a intromissão de McKinley em seus assuntos, negando que os Estados Unidos tivessem alguma voz na questão cubana. A nota afirmava que:

*“Invasões e Interferências estrangeiras de forma alguma são justificadas. Elas podem levar ao tipo de intervenção que todo país que se respeita deve repudiar com força. A paz (...) somente pode ser encontrada na fórmula do auto-governo colonial e na soberania espanhola”*⁴⁷ (Citado em GRENVILLE, 1966:254)

E para agravar ainda mais a situação, seis dias depois, o encouraçado *Maine*, que os Estados Unidos haviam enviado a Cuba para proteger os interesses de seus cidadãos e dar mais peso a sua diplomacia, explodiu no porto de Havana, matando mais de 260 norte-americanos. Embora McKinley acreditasse que a carta de Lôme não valesse uma guerra (Ibidem, 255), esses incidentes, principalmente a destruição do *Maine*, alteravam significativamente o modo como ele teria que lidar com a questão cubana, pois a opinião pública norte-americana reagiu de maneira forte a eles. O jornal *New York World* declarou que a explosão era um “ato de guerra” e que:

⁴⁷ “Foreign intrusion and interferences are never and in no way justified. These might lead to the intervention which every country that respects itself must repel with force. Peace (...) can be found only in the formula of colonial self-government and Spanish sovereignty”

*“a destruição do Maine, de forma suja, deve ser a ocasião para que mandemos nossa esquadra para Havana e exijamos as reparações necessárias dentro de quarenta e oito horas, sob ameaça de bombardeamento. Já que a Espanha não punirá os seus canalhas, nós devemos punir a Espanha”*⁴⁸ (Citado em BAILEY, 1974:458)

Uma Comissão da Marinha iniciou investigações para compreender as causas da explosão. McKinley sabia que não poderia ficar sem agir quando o relatório da Marinha fosse publicado (GOULD, 1999:35). Ainda assim, durante esse período de tempo até o resultado das investigações, McKinley manteve-se silencioso e distante de toda comoção pública, procurando não se distanciar da política que havia traçado em relação à Espanha (Ibidem, 35-37; GRENVILLE, 1966:255). Tanto é assim que nas instruções para Woodford, no início de março, ele intensificou suas pressões sobre a Espanha, ressaltando que sua posição sobre o assunto não havia mudado desde dezembro; além disso, requisitou ao Congresso a soma de US\$50.000.000,00 *“para a defesa nacional e cada objetivo ligado a isso”*⁴⁹ (BEMIS, 1965:445).

A 17 de março, o Senador Redfield Proctor de Vermont descreveu ao Senado suas impressões de uma visita não-oficial a Cuba. De acordo com ele, a situação da população na *reconcentración* era terrível; fora de Havana, havia apenas destruição, *“não é paz, nem guerra. É desolação e agonia, miséria e fome”*⁵⁰ (PRATT, 1965:209). Embora não contivessem nenhuma novidade, as palavras de Proctor, no entanto, ajudaram a

⁴⁸ “the destruction of the Maine by foul play should be the occasion of ordering our fleet to Havana and demanding proper amends within forty-eight hours under threat of bombardment. If Spain will not punish her miscreants, we must punish Spain”

⁴⁹ “for national defense and each and every purpose connected therewith”

⁵⁰ “is not peace nor is it war. It is desolation and distress, misery and starvation”

convencer aqueles norte-americanos mais céticos com as informações que chegavam da imprensa sensacionalista (Ibidem, 209; BAILEY, 1974:457).

As conclusões do relatório da Marinha, afirmando que o encouraçado tinha sido destruído provavelmente por uma mina submarina, só viriam a público em 28 de março (GOULD, 1999:41-42). Porém, a opinião pública já havia decidido que a Espanha era a culpada e, juntamente com o Congresso, pressionava o presidente para que adotasse ações mais enérgicas. Muitos Republicanos ameaçavam abandonar a liderança do partido e votar a favor da guerra com os Democratas. Com as eleições nacionais de outono se aproximando, temiam que os Democratas saíssem vitoriosos caso assumissem a dianteira numa questão tão popular quanto a cubana (OFFNER, 1999:151-153). O Secretário de Guerra, Russell Alger, instava um Senador a convencer o presidente para que “*declarasse guerra*”⁵¹. McKinley, acreditava Alger, “*corre o risco de arruinar a si mesmo e o partido Republicano ficando no caminho dos desejos do povo. O Congresso declarará guerra a despeito dele. Ele será atropelado e levará o partido junto*”⁵² (Ibidem, 153).

A 27 de março, McKinley envia as seguintes instruções a Woodford:

“Acredita-se que o relatório Maine permanecerá no Congresso por um curto tempo sem ação. Um sentimento de deliberação prevalece em ambas as casas do Congresso. Veja se pode ser feito o seguinte: Primeiro. Armistício até 1º de Outubro. Negociações no entrementes em busca de paz entre a Espanha e os insurgentes através dos bons ofícios do Presidente dos Estados Unidos.

⁵¹ “to declare war”

⁵² “is in danger of ruining himself and the Republican party by standing in the way of the people’s wishes. Congress will declare war in spite of him. He’ll get run over and the party with him”

Segundo. Revogação imediata da ordem reconcentrado para permitir ao povo retornar às suas fazendas, e os necessitados a serem aliviados com provisões e suprimentos dos Estados Unidos, cooperando com autoridades para fornecer alívio total.

Adicionar se possível:

Terceiro. Se termos de paz não satisfatoriamente estabelecidos até 1º de Outubro, o Presidente dos Estados Unidos será o árbitro final entre a Espanha e os insurgentes.

Se a Espanha concordar, o Presidente usará seus bons ofícios para fazer os insurgentes aceitarem o plano. Ação imediata desejável”⁵³
(Citado em BEMIS, 1965:446)

Um telegrama, enviado no dia seguinte, acrescentava que o presidente considerava como único resultado aceitável das negociações de paz a independência de Cuba (PRATT, 1965:209). Os membros do Congresso foram logo avisados dessa mudança de posição. Se a Espanha não respondesse favoravelmente, McKinley iria entregar a questão ao Congresso e aceitar a sua decisão (OFFNER, 1999:152).

Tudo leva a crer que, a esta altura, McKinley já considerava que a guerra seria inevitável, pois o presidente deveria saber que a proposta de independência seria inaceitável pela Espanha, tendo em vista que em fevereiro, Woodford relatara que a Rainha espanhola preferia entrar em guerra contra os Estados Unidos a enfrentar a ira da população e arriscar o

⁵³ “Believed the Maine report will be held in Congress for a short time without action. A feeling of deliberation prevails in both houses of Congress. See if the following can be done:
First. Armistice until October 1. Negotiations meantime looking for peace between Spain and insurgents through friendly offices of President United States.
Second. Immediate revocation of reconcentrado order so as to permit people to return to their farms, and the needy to be relieved with provisions and supplies from United States co-operating with authorities so as to afford full relief.
Add if possible:
Third. If terms of peace not satisfactorily settled by October 1, President of the United States to be final arbiter between Spain and insurgents.
If Spain agrees, President will use friendly offices to get insurgents to accept plan. Prompt action desirable”

futuro da dinastia se concedesse independência a Cuba (GRENVILLE, 1966:258). Na verdade, a escalada de McKinley explica-se em razão da pressão dos Republicanos e da possibilidade de o Congresso declarar guerra a sua revelia (OFFNER, 1999:152;233).

Embora a Espanha tivesse respondido com ordens para acabar com os campos de concentração e proclamado um armistício, a resposta rejeitava, na prática, os termos que haviam sido estabelecidos por McKinley. O armistício era unilateral e pelo período de tempo que o general espanhol considerasse necessário. Aos rebeldes, foi oferecido autonomia, não independência, e a oferta de mediação do presidente norte-americano foi rejeitada (GRENVILLE, 1966:262; BAILEY, 1974:460). Ao mesmo tempo, numa tentativa de evitar uma guerra com os Estados Unidos, a Espanha buscou o auxílio das potências européias (PRATT, 1965:209). Os embaixadores da Grã-Bretanha, da Rússia, da Itália, da França, da Alemanha e do Império Austro-Húngaro reuniram-se com McKinley na Casa Branca em 06 de abril a fim de expressar o desejo de que uma solução pacífica fosse acertada. O embaixador britânico, no entanto, fora instruído a saber antecipadamente se esse encontro seria bem recebido pelo presidente. Para McKinley, tal fato era uma indicação de que as potências européias não iriam intervir para ajudar a Espanha (GRENVILLE, 1966:261). Reunião semelhante também ocorreu em Madrid e até o Papa, a pedido do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, prontificou-se a atuar como um mediador, com a Espanha renunciando seus direitos sobre Cuba (BEMIS, 1947:135). A partir da abertura de seus arquivos diplomáticos, sabe-se que a Alemanha temia que uma guerra entre Estados Unidos e

Espanha arruinasse um projeto de compra das possessões espanholas no Pacífico e que os Estados Unidos ganhassem uma projeção maior nos assuntos mundiais (SHIPPEE:1925).

Todas essas iniciativas, no entanto, fracassaram. Na verdade, McKinley já havia decidido entregar a questão para o Congresso em 05 de abril. Só esperou mais alguns dias para que cidadãos norte-americanos fossem evacuados de Cuba em segurança (GOULD, 1999:44). Assim, a 11 de abril, o presidente McKinley envia uma mensagem ao Congresso solicitando autorização para intervir em Cuba com o objetivo pôr termo às “barbaridades” e ao “derramamento de sangue” na ilha, proteger o “comércio”, a “propriedade” e a “vida” dos cidadãos norte-americanos e pôr um fim nessa “ameaça à paz” dos Estados Unidos, sendo a destruição do *Maine* uma prova de que as condições em Cuba eram intoleráveis para a segurança do país. Depois de expor essa justificativa, McKinley concluía:

“Em vista desses fatos e considerações, peço ao Congresso que autorize o presidente e lhe dê poderes para tomar medidas a fim de assegurar o pleno e final encerramento das hostilidades entre o governo da Espanha e o povo de Cuba, e promover na ilha o estabelecimento de um governo estável, capaz de manter a ordem e cumprir suas obrigações internacionais, garantindo a paz, a tranqüilidade e a segurança dos seus cidadãos bem como dos nossos e, se necessário for, para usar as forças militares e navais dos Estados Unidos indispensáveis à consecução desses propósitos” (SYRETT, 1995:246-247)

Após um breve período de debate, o Congresso votou uma resolução conjunta a 19 de abril, na qual reconhecia a independência de Cuba,

ordenava que a Espanha se retirasse da ilha e autorizava o presidente a utilizar as forças armadas dos Estados Unidos para garantir o cumprimento dessas exigências. Além disso, o Congresso também incluiu uma emenda proposta pelo Senador Henry Teller do Colorado, a qual estabelecia que:

*“os Estados Unidos, por meio disto, renunciam a qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a dita ilha, salvo para a pacificação dela, e afirma sua determinação, quando isto for alcançado, de deixar o governo e controle da ilha ao seu povo”*⁵⁴ (Citado em PRATT, 1965:211)

A Emenda Teller, muitas vezes retratada como uma vitória dos membros anti-imperialistas do Congresso, para alguns autores é, em verdade, uma vitória dos rebeldes cubanos, que fizeram nos Estados Unidos um intenso lobby para sua causa. Eles temiam que os Estados Unidos pudessem anexar a ilha e alertavam Washington para que evitasse medidas nesse sentido. Horatio Rubens, conselheiro legal da Junta em Nova Iorque, chegou a afirmar que uma intervenção seria considerada uma declaração de guerra pelos rebeldes e que estes iriam resistir a uma ocupação norte-americana *“tão ferozmente e persistentemente como lutamos contra os exércitos da Espanha”*⁵⁵ (KINZER, 2006:38). Depois da guerra, Estrada Palma, que seria eleito o primeiro presidente de Cuba em 1901, deu \$1.000.000,00 em títulos cubanos aos lobbistas Janney e McCook como pagamento por terem assegurado a Emenda Teller. Os dois dividiram os

⁵⁴ “the United States hereby disclaims any disposition or intention to exercise sovereignty, jurisdiction, or control over said Island except for the pacification thereof, and asserts its determination, when that is accomplished, to leave the government and control of the Island to its people”

⁵⁵ “as bitterly and tenaciously as we have fought the armies of Spain”

títulos e pagaram aqueles que os ajudaram, entre eles provavelmente estavam alguns congressistas⁵⁶ (OFFNER, 1999:189).

Ao serem informados da resolução, os espanhóis declararam guerra a 23 de abril. Dois dias depois, McKinley solicitou ao Congresso dos Estados Unidos uma declaração formal de guerra. O Congresso respondeu prontamente, apenas especificando o início do conflito em 21 de abril, para conferir legitimidade a um bloqueio da costa norte de Cuba que já estava em efeito desde que McKinley o havia autorizado nesse mesmo dia (TRASK, 1996:211).

2.1 A “Esplêndida Guerrinha” de 1898

Os objetivos políticos dos Estados Unidos, no início da guerra, eram limitados, restringindo-se apenas a encerrar o controle de Cuba pela Espanha. Nem os Estados Unidos pretendiam anexar a ilha: na sua primeira mensagem anual ao Congresso, McKinley havia deixado claro que considerava essa medida uma “*agressão criminosa*” e a Emenda Teller, como já vimos, impedia que o país exercesse ações nesse sentido.

Em verdade, mais preocupado com o ambiente político doméstico, McKinley queria que a guerra fosse rápida e não muito custosa, para que pudesse retomar os seus projetos nacionais expostos durante a campanha de 1896 (Ibidem, 168). Por isso, os Estados Unidos adotaram a estratégia elaborada pelo *Naval War Board* — um grupo criado com o objetivo de aconselhar o Departamento da Marinha em política e estratégia —, que recomendava que a Marinha concentrasse seus esforços “*nas remotas e*

⁵⁶ No entanto, segundo Offner, “não há qualquer indicação de que Teller recebera algum dinheiro” (there is no indication that Teller received any money)

*fracamente defendidas possessões insulares da Espanha*⁵⁷. Somente após o aniquilamento da Marinha espanhola é que o exército norte-americano iniciaria suas atividades. Essa estratégia permitia que o exército ganhasse tempo, já que estava mal preparado para uma invasão, e colocava mais pressão, ao atacar também as Filipinas e Porto Rico, para que a Espanha capitulasse (Ibidem, 89; 168). Os Estados Unidos só evitaram atacar diretamente o território espanhol, para que a Europa não interviesse em auxílio da Espanha (Ibidem, 314).

Como a maioria dos créditos requisitados por McKinley para a defesa nacional foi direcionada à Marinha, essa força encontrava-se bem organizada e mais confiante. Por outro lado, a situação do exército norte-americano não era nada animadora. Na véspera da guerra, o exército possuía apenas 28.000 soldados espalhados por pequenos destacamentos pelo país. Embora o número de homens nas milícias fosse bem superior (114.000), eles eram mal treinados e mal equipados, o que colocava em questão a sua utilidade (Ibidem, 145-146). De qualquer modo, o uso das milícias tornou-se inevitável, pois quando o Departamento de Guerra tentou, por meio de alguns congressistas, criar uma legislação que expandisse o tamanho do exército — a medida seria uma mudança permanente, não apenas para a guerra — teve que enfrentar a dura oposição dos congressistas pró-milícia, que conseguiram abortar a iniciativa (Ibidem, 150).

Dessa forma, coube à Marinha dos Estados Unidos a iniciativa no conflito. No Pacífico, o Almirante George Dewey derrotou facilmente os espanhóis na Batalha de Manila Bay em 01 de maio nas Filipinas. A situação

⁵⁷ “on the outlying, poorly defended insular possessions of Spain”

da esquadra espanhola era tão precária, que o seu comandante moveu os navios para próximo das águas mais rasas da baía, de modo que os marinheiros não se afogassem quando os navios fossem abatidos e eles fossem lançados ao mar (LAFEBER, 1994: 205). Apesar da vitória no mar, Dewey carecia de tropas para tomar e garantir a posse da capital. Consequentemente, McKinley autorizou o envio de 5.000 soldados para as Filipinas (GOULD, 1999:63).

Já no Caribe, o panorama era um pouco diferente. Embora o Almirante Sampson tenha garantido o bloqueio dos portos cubanos de Havana, Matanzas, Cárdenas, Mariel e Cabañas, os Estados Unidos precisavam saber a exata localização da esquadra do Almirante Cervera, que prosseguia em direção ao Caribe e atrasava os planos de invasão da ilha (Ibidem, 73). Precisando de carvão e de suprimentos para os seus navios, Cervera fora obrigado a dirigir-se ao porto de Santiago de Cuba, onde foi localizado pelos navios norte-americanos que ali realizaram um bloqueio do canal (TRASK, 1996:116).

Com a vitória de Dewey, Londres considerou oportuno o momento para que negociações de paz tivessem início. Mais especificamente, a Grã-Bretanha queria saber quais seriam as exigências dos Estados Unidos para encerrar a guerra caso conseguisse da Espanha uma retirada de Cuba. O Secretário Assistente de Estado John Bassett Moore escreveu, de iniciativa própria, um memorando no qual afirmava que os Estados Unidos estabeleciam 4 condições: em primeiro lugar, a Espanha deveria retirar-se de Cuba e cedê-la aos Estados Unidos para que estes estabelecessem a ordem; em segundo lugar, ceder Porto Rico aos Estados Unidos, o que

removeria a presença espanhola do hemisfério; em terceiro lugar, Porto Rico seria considerado uma indenização de guerra, sem qualquer solicitação financeira adicional por parte dos Estados Unidos; finalmente, a Espanha poderia reter as Filipinas, mas lá ou nas Ilhas Carolinas deveria ceder aos Estados Unidos uma estação de carvão. Moore mostrou o memorando ao Secretário de Estado William Day, que, além de endossá-lo, levou-o para as discussões do gabinete a 11 de maio (OFFNER, 1992:199).

Uma resposta oficial dos Estados Unidos só veio no mês seguinte, a 3 de junho, quando o embaixador John Hay pediu orientações a respeito da posição do presidente no tocante a um acordo de paz. McKinley respondeu, seguindo os pontos que estavam no memorando de Moore, que a Espanha deveria sair de Cuba e entregar a posse da ilha para os Estados Unidos, que iriam mantê-la até que um governo estável fosse estabelecido; que a Espanha não precisaria pagar uma indenização financeira, mas cederia Porto Rico; e que a Espanha continuaria com as Filipinas, mas deveria conceder lá um porto e as ilhas Marianas para que os Estados Unidos estabelecessem uma estação de carvão. O presidente ainda fez questão de enfatizar que esses termos eram “*transitórios*” e que “*mais sacrifício e perda de vidas [e] a continuação da guerra poderiam mudar isso materialmente*”⁵⁸. O embaixador britânico Pancefote enviou os termos para o Primeiro-Ministro Salisbury, sugerindo um contato secreto com a Espanha. Hay também comunicou os termos a Salisbury — que propôs informar a Áustria — e pediu a Washington mais instruções. McKinley respondeu que uma oferta de paz ainda era “*prematura*”, temendo que um maior envolvimento europeu

⁵⁸ “further sacrifice and loss of life [and] prolongation of the war could change this materially”

pudesse resultar em uma perda de flexibilidade nas suas ações. No entanto, alegando que respondera à mensagem de Pancefote, Salisbury informou a Hay que já havia encaminhado a proposta para a Áustria e que os espanhóis haviam respondido que ainda não estavam preparados para um acordo de paz (Ibidem, 200-201).

A mensagem de McKinley é interessante, pois revela que os objetivos dos Estados Unidos foram ampliados à medida que as operações avançavam. Inicialmente, tratava-se de somente expulsar a Espanha de Cuba; agora, não só os Estados Unidos manteriam posse da ilha até a criação de um governo, como também adquiririam Porto Rico e estações de carvão no Pacífico. Além disso, pelo menos no início de junho de 1898, fica claro que McKinley não possuía qualquer desígnio anexionista em relação às Filipinas. Não encontramos registro que indique os motivos que influenciaram McKinley para essa mudança de postura. Mesmo se considerarmos a posse de Porto Rico como indenização, é difícil imaginar que McKinley não entendesse as implicações que adviriam dessa escolha. Porto Rico seria anexado à União? Seria tratado como colônia? Não se pode deixar de mencionar que no partido republicano existia uma ala expansionista, interessada em obter tanto território da Espanha quanto fosse possível e transformar os Estados Unidos em potência mundial. Esse grupo, que incluía Senadores como Orville Platt e Henry Cabot Lodge, fazia freqüentes consultas com o presidente no intuito de influenciar suas decisões. A menção a Porto Rico e às bases seria um indicativo de que McKinley já estaria em parte influenciado por essa ala expansionista? Não há resposta definitiva para essa questão. Para todos os efeitos, em

conformidade com a Doutrina Monroe, remover a Espanha de Porto Rico também significava a exclusão definitiva da Espanha do hemisfério.

Independentemente dessas considerações, os Estados Unidos possuíam o controle dos mares no Caribe e precisavam iniciar a invasão o mais rápido possível, a fim de pressionar a Espanha a capitular (TRASK, 1996:341-342). A 06 de junho, tropas norte-americanas desembarcaram na Baía de Guantanamo e, aproximadamente duas semanas depois, em Daiquirí e Siboney, nas proximidades de Santiago de Cuba. Derrotaram os espanhóis nas batalhas de El Caney e San Juan Hills a 01 de julho e, dias depois, destruíram totalmente a esquadra do Almirante Cervera, que, considerando iminente a queda de Santiago de Cuba, tentou escapar, sem sucesso, da baía (Ibidem, 261-265). Dessa forma:

*“A destruição da esquadra de Cervera privou a Espanha de sua única força naval no Caribe capaz de contestar o controle dos mares. O destino de Cervera permitiu, a partir daí, que os Estados Unidos conduzissem operações na região nas horas e lugares de sua própria escolha”*⁵⁹ (Ibidem, 269)

A derrota de Cervera representou um duro golpe para a Espanha, cuja população já mostrava sinais de oposição à continuidade da guerra. Ao contrário do exército espanhol, Sagasta e outros membros do governo queriam chegar a um acordo de paz. No entanto, ele acreditava que era necessário obter o consentimento dos comandantes militares, pois temia que eles pudessem se rebelar contra o governo quando voltassem pra casa.

⁵⁹ “the destruction of Cervera’s squadron deprived Spain of its only naval force in Caribbean waters capable of contesting command of the sea. Cervera’s fate allowed the United States to conduct operations thereafter throughout the region at times and places of its own choosing”

Por isso, Sagasta, encorajado pela Rainha, tentou persuadir os militares a pôr um fim ao conflito. Eles concordaram e o General Toral rendeu-se às forças norte-americanas em Santiago de Cuba a 17 de julho. Sagasta acreditava que se um acordo de paz fosse obtido rapidamente, a Espanha seria capaz de minimizar suas perdas em face das exigências dos Estados Unidos (OFFNER, 1992:204-207).

Antes que as negociações de paz começassem, no entanto, os Estados Unidos iniciaram uma nova campanha militar, com o desembarque de tropas norte-americanas em Porto Rico a 25 de julho. Embora McKinley pretendesse com isso colocar mais pressão na Espanha a fim de evitar um ataque a Havana, onde se encontrava o maior número de soldados espanhóis em Cuba (TRASK, 1996:342), a já citada comunicação diplomática de McKinley com John Hay pode indicar que os Estados Unidos invadiram Porto Rico também por outros motivos. O General Miles recebera instruções do Secretário de Guerra para hastear a bandeira dos Estados Unidos assim que chegasse na ilha. Em razão disso, David Trask pergunta: *“Era meramente uma exigência destinada a dramatizar o papel do exército ou indicava uma intenção de anexar Porto Rico?”*⁶⁰ (Ibidem, 349). Ao mesmo tempo, nas Filipinas, os Estados Unidos preparavam suas tropas para um ataque a Manila (O'TOOLE, 1986:366).

A Espanha, como já vimos, queria o fim do conflito. Dessa forma, precisava de um canal diplomático para iniciar conversações com os Estados Unidos. Assim, a pedido da Espanha, o embaixador francês Jules Cambon foi designado para enviar a McKinley uma mensagem na qual

⁶⁰ “Was this a requirement merely designed to dramatize the role of the army, or did it indicate an intention to annex Puerto Rico?”

aquele país pedia a suspensão das hostilidades e a negociação de um acordo de paz. O presidente norte-americano tomou ciência da mensagem um dia após a invasão de Porto Rico (OFFNER, 1992:210-211). A 30 de julho, o presidente respondeu a Cambon, reiterando, basicamente, os mesmos pontos que haviam sido estabelecidos a 03 de junho. Em relação às Filipinas, no entanto, McKinley queria deixar as opções norte-americanas abertas, acrescentando, em sua resposta, que os Estados Unidos queriam “*manter a cidade, a baía e o porto de Manila até a conclusão de um tratado de paz que [deve] determinar o controle, a posse e o governo das Filipinas*”⁶¹. Somente se esses termos fossem aceitos pela Espanha, afirmara McKinley, é que os Estados Unidos suspenderiam imediatamente as hostilidades (Ibidem, 215;217). Cambon considerou que os termos eram duros, mas McKinley respondeu que se a Espanha hesitasse, ela “*seria necessariamente exposta a maiores sacrifícios*”⁶² (GOULD, 1999:86).

A mensagem chegou a Madrid, que tratou de logo deliberar sobre o assunto. Sagasta não queria perder Porto Rico, oferecendo as Ilhas Pacífico em troca. Além disso, os espanhóis estavam insatisfeitos com a linguagem pouco precisa de McKinley no tocante às Filipinas. Queriam que Cambon obtivesse alguma clarificação a respeito da posição norte-americana. Para finalizar, aprovaram a sugestão francesa de que a conferência final de paz se realizasse em Paris (OFFNER, 1992:218).

A 02 de agosto, Cambon comunicou a McKinley e William Day as novas instruções. Quando fora informado de que a Espanha não queria ceder Porto Rico aos Estados Unidos, McKinley apenas sorriu. No entanto,

⁶¹ “to hold the city, bay, and harbor of Manila pending the conclusion of a treaty of peace which [should] determine the control, possession, and government of the Philippines”

⁶² “would necessarily be exposed to greater sacrifices”

como demonstração de boa vontade, o presidente aceitou que a conferência fosse em Paris (Ibidem, 218). O presidente também fez questão de clarificar seu entendimento sobre a questão das Filipinas, afirmando que “*não há nada determinado a priori em minha mente contra a Espanha; da mesma forma, considero nada decidido contra os Estados Unidos*”⁶³ (GOULD, 1999:87). Durante a conversa com Cambon, McKinley fez uma importante revelação sobre Cuba. Disse que não confiava nos cubanos e que desejava colocar o governo da ilha “*sob o controle direto dos Estados Unidos*”⁶⁴. Por fim, a Espanha teria ainda que lidar com um novo problema, pois William Day exigiu “*retirada imediata*” das tropas espanholas de Cuba e Porto Rico, provavelmente por causa das péssimas condições de saúde dos soldados norte-americanos no Caribe, que já estavam a padecer de doenças como febre amarela (OFFNER, 1992:219). Nessas circunstâncias, ficaria mais difícil esvaziar o poder de negociação dos espanhóis.

Os espanhóis, mais uma vez, ficaram insatisfeitos. Ao retirar as tropas, teriam que abdicar da única vantagem que possuíam antes das negociações de paz começarem, e com tropas dos Estados Unidos também em Manila, a posição da Espanha só se enfraqueceria. Havia ainda uma questão constitucional, pois a Espanha não poderia ceder territórios sem a aprovação das Cortes. Sagasta e seu gabinete decidiram, portanto, aceitar os termos norte-americanos, mas a retirada de tropas e a negociação sobre a cessão de territórios estariam sujeitas à aprovação das Cortes. E sobre as Filipinas, a Espanha afirmou que não renunciaria, a priori, sua soberania sobre o arquipélago (Ibidem, 220-221).

⁶³ “there is nothing determined a priori in my mind against Spain; likewise, I consider there is nothing decided against the United States”

⁶⁴ “under the direct control of the United States”

Jules Cambon levou a resposta da Espanha, a 09 de agosto, para Washington. A mensagem não foi bem recebida por William Day e McKinley, que respondeu:

*“Eu exigi da Espanha a entrega e, conseqüentemente, sua saída imediata das ilhas de Cuba e Porto Rico. Ao invés de uma aceitação categórica, como era esperado, o governo espanhol me dirige uma nota na qual invoca a necessidade de obter a aprovação das Cortes. Eu não posso me deixar entrar nessas considerações de governo doméstico”*⁶⁵ (Citado em GOULD, 1999:88)

Cambon tentou convencer McKinley sobre a necessidade de aprovação das Cortes comparando-a ao Senado norte-americano. Como não obteve sucesso, Cambon quis saber do presidente o que a Espanha poderia fazer para mostrar sua sinceridade. O presidente sugeriu, então, que um protocolo fosse assinado entre os dois países; seria um *“documento preliminar”*, que dispensaria a necessidade de aprovação das Cortes e do Senado, pois não seria um tratado. Neste protocolo, ficariam estabelecidos os termos norte-americanos e a nomeação de comissários para a negociação de paz em Paris e a *“retirada ordeira e gradual”*⁶⁶ das tropas espanholas (OFFNER, 1992:221). Cambon alertou Madrid que os termos não seriam alterados por McKinley e caso ela rejeitasse o protocolo, *“a Espanha não terá nada mais a esperar de um conquistador decidido a*

⁶⁵ “I demanded of Spain the cession and consequently the immediate evacuation of the islands of Cuba and Porto Rico. Instead of a categorical acceptance, as was expected, the Spanish Government addresses me a note in which it invokes the necessity of obtaining the approbation of the Cortes. I can not lend myself to entering into these considerations of domestic government”

⁶⁶ “phased and orderly withdrawal”

*conseguir todo o lucro possível de suas vantagens obtidas*⁶⁷ (GOULD, 1999:88-89). A Espanha concordou e o protocolo foi assinado a 12 de Agosto em Washington, suspendendo a hostilidade entre os dois países. Embora os comandantes militares tenham enviado as ordens para o cessar-fogo, elas não chegaram a tempo para impedir os Estados Unidos de tomarem Manila no dia seguinte a assinatura do protocolo (OFFNER, 1992:222).

Interessante notar que na reunião para assinatura do protocolo, não haviam representantes de Cuba. Os Estados Unidos, em nenhum momento, consultaram os cubanos. A relação entre o exército dos Estados Unidos e os revolucionários cubanos também era tensa. Na ilha, enquanto soldados norte-americanos e espanhóis confraternizavam na cerimônia de rendição de Santiago de Cuba, os guerrilheiros cubanos sequer foram permitidos a entrar na cidade (Ibidem, 222). O General cubano Calixto Garcia sentiu-se extremamente ofendido, e em carta acusava o General Shafter, responsável pela campanha dos Estados Unidos em Santiago de Cuba:

*“Um rumor, tão absurdo para ser acreditado, General, descreve a razão de suas medidas e de suas ordens proibindo meu exército de entrar em Santiago, por medo de massacres e vinganças contra os espanhóis. Permita-me, senhor, protestar até mesmo contra a sombra desta idéia. Nós não somos selvagens, ignorando as leis da guerra civilizada. Nós somos um exército pobre e maltrapilho como o era o exército dos seus antepassados na nobre guerra pela Independência”*⁶⁸ (Citado em SFEIR-YOUNIS, 1989:231)

⁶⁷ “Spain will have nothing more to expect from a conqueror resolved to procure all the profit possible from the advantages it has obtained”

⁶⁸ “A rumor, too absurd to be believed, General, describes the reason of your measures and of your orders forbidding my army to enter Santiago for fear of massacres and revenge against the Spaniards. Allow me, sir, to protest against even the shadow of such an idea. We are not

Na verdade, os norte-americanos tinham em pequena consideração os rebeldes cubanos, os mesmos que deram apoio logístico e lutaram juntamente com os Estados Unidos na guerra. Os cubanos que, antes do início do conflito, eram retratados pela imprensa norte-americana como “*guerreiros de libertação*”, transformaram-se, durante e depois da guerra, em “*assassinos covardes*”, “*indisciplinados*” e “*preguiçosos*”. O jornal *The New York Times* chegou a comentar que “os cubanos (...) se mostraram sem valor no campo de batalha e incapazes de obedecer às leis modernas de justiça e humanidade na guerra. Seria uma tragédia, um crime entregar a ilha para eles”⁶⁹ (Ibidem, 222-223;219).

O tratado de paz foi finalmente assinado em Paris a 10 de dezembro de 1898. Nele, a Espanha renunciava a sua soberania sobre Cuba, que seria ocupada pelos norte-americanos, e cedia Porto Rico, Guam (ocupada em maio) e as Filipinas para os Estados Unidos. McKinley, que havia passado meses em dúvida, tinha decidido anexar todo o arquipélago. Influenciaram na sua decisão os interesses comerciais no Pacífico e a opinião pública (PRATT, 1965:214-215). Nos meses seguintes à assinatura do protocolo, o presidente viajou pelo país, testando a reação e ouvindo os comentários dos cidadãos norte-americanos sobre a anexação do território, inclusive com agentes especiais em sua comitiva para essa finalidade. Um deles, Joseph Medill, que também era jornalista, chegou a dizer para o presidente que “o povo acha que você está com ele nos assuntos relativos à

savages, ignoring the rules of civilized warfare. We are poor, ragged army as ragged and poor as was the army of your forefathers in their noble war for Independence”

⁶⁹ “the Cubans (...) have proved worthless in the field and unappreciative of modern conditions and humanity and justice in war. It would be a tragedy, a crime, to deliver the island into their hands”

Espanha e a aquisição das Filipinas” e instava o presidente a dizer “*abertamente o que está em sua mente, que você apóia a aquisição de toda as Filipinas, porque o povo do meio-oeste entende e aplaude essa posição*”⁷⁰ (DAMIANI, 1978:83-84). Mas existiam também razões militares. Sem o controle das demais ilhas do arquipélago, a posição dos Estados Unidos em Manila ficaria comprometida caso houvesse uma guerra civil ou até mesmo intervenção européia. Por essas razões, McKinley optou pela anexação de todo o arquipélago e, embora a Espanha tenha duramente se oposto, a verdade é que ela nada poderia fazer (PRATT, 1965:216).

O tratado de paz, no entanto, precisava ser aprovado pelo Senado, que estava bastante dividido, com forte oposição dos democratas e alguns republicanos. Poucos senadores eram contrários à anexação de Porto Rico, “*que era bem próxima e povoada, principalmente, pela raça branca*”⁷¹; na verdade, eram as Filipinas que causavam preocupação, pois a posse desse território representava uma ruptura bem maior com a tradição histórica norte-americana. O arquipélago ficava à distância considerável dos Estados Unidos e era habitado por uma outra “*raça*”, uma outra cultura (PRATT, 1950:217). Mas não eram só esses os problemas. Para alguns senadores, a posse das Filipinas era contrária aos princípios que deram origem aos Estados Unidos. George Hoar, republicano de Massachusetts, embora não aceitasse que os Estados Unidos abandonassem imediatamente o arquipélago, acreditava que era dever do seu país ajudar os nativos a construírem um governo estável. Para Hoar, caso os Estados Unidos

⁷⁰ “the people think that you are with them on the Philippine acquisition and the Spanish issues”; “openly what is on your mind, that you favor the acquisition of all the Philippines, because the people of the Middle West understand and applaud such a stand”

⁷¹ “which was nearby and peopled chiefly by the white race”

subjugassem este povo, estariam ridicularizando sua própria declaração de independência, na qual está escrito que o poder de um governo emana do consentimento dos governados. William Jennings Bryan, uma das maiores lideranças do partido Democrata, nutria visão semelhante sobre a questão do “*governo justo*” e acrescentava que a conquista de territórios distantes não fazia parte da prática política norte-americana. Esse imperialismo, afirmava Bryan, é diferente de expansionismo de Thomas Jefferson (DAMIANI, 1978:131-132;137). Além disso, havia a questão constitucional. De acordo com o Senador democrata George Vest, do Missouri, “*nenhum poder é dado ao governo federal, sob a constituição dos Estados Unidos, para a aquisição de território a ser mantido e governado permanentemente como colônia*”⁷². E mesmo que essa aquisição fosse constitucional, diziam os anti-imperialistas, não seria interessante para os Estados Unidos realizá-la, pois o colonialismo poderia destruir os princípios que sustentam as instituições norte-americanas (PRATT, 1950:69-70).

Os favoráveis ao tratado não deixavam esses argumentos sem resposta. O Senador republicano Orville Platt, de Connecticut, argumentou que os Estados Unidos tinham o direito de adquirir e governar territórios como qualquer outra nação soberana. No entanto, fica claro que no entender de Platt haveria uma espécie de obrigação moral dos Estados Unidos em fornecer um governo justo e preparar esses povos para o auto-governo. Segundo o Senador, os norte-americanos deveriam:

“fornecer, ao povo de qualquer território que venhamos a adquirir, o mais liberal, justo e benéfico governo que eles possam aproveitar,

⁷² “under the Constitution of the United States no power is given to the Federal Government to acquire territory to be held and governed permanently as colonies”

*sempre com referência ao bem-estar e desenvolvimento deles e na esperança de que eles possam, finalmente, estarem preparados para o auto-governo independente*⁷³ (Ibidem, 71)

Platt ainda negava que existisse uma obrigação de admitir as Filipinas como Estado da União ou os filipinos como cidadãos. Somente o Congresso, afirmava ele, teria poder para decidir sobre essa questão. Em relação aos riscos à liberdade — tanto dos filipinos, quanto dos norte-americanos —, declaravam alguns Senadores republicanos que eles eram inexistentes; diziam que os Estados Unidos iriam às Filipinas como “*anjos*”, não como “*déspotas*” e que o ingresso em novos mercados só traria benefícios aos cidadãos norte-americanos. Além disso, alguns Senadores acreditavam que caberia aos Estados Unidos a missão de estender a civilização cristã e defender os direitos do homem. A mesma força providencial que havia guiado os peregrinos para Plymouth Rock estava a guiar os navios norte-americanos para Manila ou Santiago. Esse era o dever dos Estados Unidos, dizia Platt, e ele seria cumprido (Ibidem, 71-72).

O debate durou até 06 de fevereiro de 1899, data em que os Senadores votariam a aprovação ou rejeição do tratado. Embora os democratas tivessem percebido que a guerra só tinha aumentado a popularidade dos republicanos, William Jennings Bryan fez esforços para que os membros do seu partido aprovassem o tratado, alegando que a paz devesse ser estabelecida o mais rápido possível. Há quem afirme que Bryan teria dito: “*deixem que os Republicanos tenham o seu momento por causa*

⁷³ “provide for the people of any territory that we may acquire the most liberal, just, and beneficent government which they may be capable of enjoying, always with reference to their development and welfare and in the hope that they may be finally fitted for independent self-government”

*do tratado. Nós podemos atacá-los na campanha política de 1900*⁷⁴ (Ibidem, 73). O tratado foi aprovado pelo Senado com uma votação de 57 a 27.

A guerra trouxe mudanças significativas para a política externa dos Estados Unidos: não só a Espanha foi excluída do hemisfério, como também os Estados Unidos, nos dizeres de McKinley, fincaram sua bandeira em outro. Mas isso não representava uma mudança trivial. Os Estados Unidos acabaram herdando um império e, com o seu estabelecimento no Pacífico, “*entraram*” também no jogo de poder da Europa, abandonando com sua tradição de não se envolver nos assuntos europeus. Ninguém melhor do que Henry Cabot Lodge resumiu as conseqüências da guerra para os Estados Unidos. Em carta a Henry White em agosto de 1898, afirmava Lodge que as principais mudanças na política externa do país eram:

*“a expulsão da Espanha deste hemisfério. Outra é nossa entrada no Pacífico com a anexação do Havaí e a obtenção de um ponto de apoio na Ásia. (...) Finalmente, nós nos elevamos à condição de uma das grandes potências mundiais, e creio que causamos uma impressão na Europa que será duradoura”*⁷⁵ (Citado em ZIMMERMANN, 2002:312)

Começava, assim, uma nova era para os Estados Unidos, e ela trazia novas responsabilidades, como veremos a seguir.

2.2 Como Administrar as Novas Possessões Territoriais?

⁷⁴ “Let the Republicans have their way now with the treaty. We can attack them for it in the political campaign of 1900”

⁷⁵ “the expulsion of Spain from this hemisphere. Another is our entrance into the Pacific by annexation of Hawaii and our securing a foothold in the East. (...) Lastly, we have risen to be one of the great world powers, and I think we have made an impression on Europe which will be lasting”

Os Estados Unidos emergiram triunfantes da guerra de 1898, com um senso de confiança renovado em suas possibilidades como país atuando no sistema internacional. No entanto, a nova realidade trazia também deveres e grandes responsabilidades: afinal, ao tomarem as possessões coloniais da Espanha, os Estados Unidos acabaram se transformando numa potência colonial. *“Sem dúvidas, como outros grandes empreendimentos trará suas responsabilidades e fardos”*, dizia William Day em seu relatório para McKinley, logo após a assinatura do Tratado de Paris, *“mas nosso país mostrou-se capaz de realizar tudo a que se responsabilizou e, sem dúvida, estará apto a lidar com essa situação”*⁷⁶ (DAMIANI, 1978:124). A tarefa não seria fácil, mas Day confiava no potencial norte-americano para enfrentá-la.

Assim, com a finalidade de organizar a administração dos novos territórios, McKinley chamou Elihu Root, um brilhante advogado de Nova Iorque que havia deixado uma excelente impressão no presidente num breve encontro que eles tiveram em 1897 (ZIMMERMANN, 2002:146-147). Recordando como se tornara Secretário da Guerra, escreveu Root:

“Fui chamado ao telefone e informado por alguém falando pelo Presidente McKinley: ‘o Presidente me manda lhe dizer que ele deseja que você assuma a posição de Secretário da Guerra’. Eu respondi, ‘Agradeça ao Presidente por mim, mas lhe diga que isso é bastante absurdo, eu não sei nada sobre guerra, eu não sei nada sobre as forças armadas’. Eu fui solicitado a aguardar na linha e, em um momento, ele voltou e respondeu, ‘O Presidente McKinley me manda lhe dizer que ele não procura ninguém que conheça qualquer coisa sobre as forças armadas; ele precisa de um advogado para

⁷⁶ “Like other large properties it will no doubt bring its responsibilities and burdens, but our country has proven itself equal to everything it has undertaken, and will no doubt be able to cope with this situation”

*dirigir o governo dessas ilhas espanholas, e você é o advogado que ele quer*⁷⁷ (Ibidem, 147)

Interessante notar que McKinley tenha procurado um advogado para assumir o posto de Secretário da Guerra. Na opinião de Reginaldo Nasser, *“no fundo, o presidente queria (...) convencer a opinião pública da legalidade do ato e mostrar às nações estrangeiras que os Estados Unidos eram portadores de uma nova perspectiva nas relações internacionais”* (NASSER, 2005:49), perspectiva esta que pretendia combinar conceitos legalistas com a lógica de poder que rege as relações internacionais. Independentemente disso, havia um problema prático: com a posse dos novos territórios, os Estados Unidos precisavam criar uma arquitetura institucional que permitisse o seu exercício de controle. Mesmo em Cuba, que, pela Emenda Teller, não poderia ser incorporada aos Estados Unidos, tiveram que ser criados mecanismos de governo até que a *“pacificação”* da ilha pelos militares chegasse ao fim.

Para realizar seus objetivos, Root buscou apoio na própria experiência histórica dos Estados Unidos — já que na fase de expansionismo territorial os norte-americanos também tiveram que supervisionar territórios até que eles estivessem aptos para o ingresso à União (SFEIR-YOUNIS, 1989:395) — e na manutenção dos costumes e hábitos dos dominados. Além disso, Root rejeitava o modelo colonial europeu por acreditar não ser útil. Seria pouco provável, segundo ele, que

⁷⁷ “I was called to the telephone and told by one speaking for President McKinley: ‘The President directs me to say to you that he wishes you to take the position of Secretary of War’. I answered, ‘Thank the President for me, but say that it is quite absurd, I know nothing about war, I know nothing about the army’. I was told to hold the wire, and in a moment there came back the reply, ‘President McKinley directs me to say that he is not looking for any one who knows anything about the army; he has got to have a lawyer to direct the government of these Spanish islands, and you are the lawyer he wants’”

os norte-americanos tolerassem o controle de comunidades alheias por métodos que violassem a Carta de Direitos. Em virtude disso, nas palavras de Zasloff, *“o que emergiu foi uma forma distinta de imperialismo, englobando um amálgama de tradições nativas e norte-americanas”*⁷⁸. De qualquer modo, Root sabia que não se tratava de uma mera questão moral: esse tipo de expediente também seria benéfico aos Estados Unidos, pois facilitaria a administração (ZASLOFF, 2002:86).

No caso de Porto Rico, quando os Estados Unidos assumiram controle da ilha, com o estabelecimento de um governo militar a 18 de outubro de 1898, a situação era muito precária: o povo era extremamente pobre e a taxa de analfabetismo era alta, atingindo mais de 80% da população. Por conta disso, Root também transformou o exército norte-americano, nos dizeres de Zimmermann, numa espécie de corpo de ajuda, realizando medidas destinadas a melhorar o bem-estar da população porto-riquenha. Portanto, além de restabelecer a ordem e combater o crime, o governo militar foi responsável por ações como: a introdução de saneamento básico e da medicina preventiva (nos primeiros 06 meses, mais de 700.000 pessoas foram vacinadas); reforma do sistema tributário; reconstrução do Poder Judiciário e a organização de eleições municipais (PRATT, 1950:184).

Embora Root nutrisse desconfianças em relação ao governo militar, não considerava que Porto Rico já estivesse apta para o auto-governo. Os porto-riquenhos, afirmava Root ao Congresso em fins de 1899, *“ainda não foram educados na arte do auto-governo”*⁷⁹ (ZIMMERMANN, 2002:369). Opinião semelhante compartilhava o General George W. Davis, o último

⁷⁸ “what emerged was a distinct form of imperialism comprising an amalgam of native traditions and American ones”

⁷⁹ “have not yet been educated in the art of self-government”

governante militar da ilha. Segundo ele, Porto Rico precisava de um governo que consistisse de um governador, de um conselho executivo e de um judiciário, com todos sendo indicados. Somente mais tarde, “*quando a experiência terá mostrado que o povo compreende a importância dos deveres e obrigações do auto-governo*”⁸⁰, é que seria acrescentada uma Assembléia Legislativa eleita. Porto Rico, continuava Davis, “*não é capaz de manter um governo tal como o Havaí é capaz de fazer*”⁸¹ (PRATT, 1950:185).

Tendo decidido, porém, que um governo civil devesse substituir o governo militar, Root encontrou a solução que precisava na proposta do Senador republicano Joseph Foraker, de Ohio. Em vigor a partir de 01 de maio de 1900, o Foraker Act estabelecia um governo civil na ilha; além disso, criava um Parlamento bicameral, no qual uma Câmara seria eleita por porto-riquenhos, e fixava que o governador e os membros da Câmara Alta seriam indicados pelo presidente dos Estados Unidos (ZIMMERMAN, 2002:369).

Em 1901, após decisão do Congresso norte-americano que finalmente determinava o status das possessões territoriais dos Estados Unidos, ficou estabelecido que Porto Rico pertencia aos Estados Unidos, mas não fazia parte da União. Os porto-riquenhos não eram cidadãos norte-americanos, nem estavam sujeitos à proteção da Constituição dos Estados Unidos. Assim, Porto Rico não era um Estado, como Nova Iorque; não era um “*território incorporado*”, como o Arizona ou o Novo México, destinados a se tornarem Estados; nem um território como o Alaska ou Havaí, que recebiam

⁸⁰ “when experience shall have shown that the people comprehend the gravity of the duties and obligations of self-government”

⁸¹ “is not now capable of carrying on such a government as Hawaii is able to maintain”

a proteção da Constituição, ainda que não estivessem, na época, a caminho de se tornarem Estados; na verdade, Porto Rico era uma “*dependência não-incorporada*” (Ibidem, 370). E assim permaneceu por muito tempo, até adquirir o status de “*Estado livre associado*” em 1952.

Em relação à Cuba, a situação era um pouco diferente. A ilha não poderia ser anexada e deveria ter sua independência garantida, pelo compromisso assumido pelos Estados Unidos, assim que a pacificação terminasse. No entanto, não havia uma estratégia clara para esse fim e a Emenda Teller não decretava prazos para o término da ocupação militar. McKinley, em razão dos problemas que já estava enfrentando com a resistência da guerrilha nas Filipinas, queria que o processo de transição fosse acelerado. Mas os expansionistas, com Lodge, Roosevelt, Root e Leonard Wood, o Governador-Geral de Cuba, queriam anexar Cuba. Para escapar das obrigações da Emenda Teller, eles optaram por uma tática diferente. A idéia era que os cubanos fossem convencidos a solicitar incorporação aos Estados Unidos. Em 1899, Roosevelt disse a Lodge: “*Wood acha que não deveríamos prometer ou dar independência aos cubanos; que deveríamos governá-los com justiça e equidade (...) e que em dois ou três anos eles insistirão em ser parte de nós*”. Alguns meses mais tarde, Wood escreveria para Roosevelt, afirmando que se certas medidas fossem aplicadas em Cuba, tais como “*governo limpo, ação decisiva rápida e controle absoluto nas mãos de homens de confiança, estabelecimento de reformas legais e educacionais necessárias, não acredito que se possa soltar Cuba mesmo querendo*” (SCHOULTZ, 2000:167-168).

Os “*homens de confiança*” deveriam ser eleitos nas eleições municipais de 1900, autorizadas por Elihu Root por acreditar na vitória, seguindo as previsões de Wood, dos elementos favoráveis aos Estados Unidos. As coisas, no entanto, não aconteceram como estava previsto. Os candidatos mais radicais foram eleitos e não restava outra saída a Root e Wood a não ser permitir o hasteamento da bandeira cubana em prédios municipais e declarar que a eleição representava uma vitória para a democracia (ZIMMERMAN, 2002:376-377).

Ainda que McKinley pretendesse honrar o compromisso de garantir a independência de Cuba, como ele deixara claro ao Congresso em 1900 (SCHOUTZ, 2000:170), o presidente acreditava que os Estados Unidos deveriam assumir certas responsabilidades em relação à Cuba, não podendo simplesmente abandoná-la. Essa idéia já havia sido exposta na mensagem anual de 1899, na qual McKinley afirmava que uma Cuba independente deveria estar “*ligada a nós por laços de força e intimidade ímpares (...) quer esses laços sejam orgânicos ou convencionais, os destinos de Cuba estão, de forma justa, irrevogavelmente ligados aos nossos*”⁸² (ZIMMERMAN, 2002:373).

Mas como seria possível garantir o forjamento desses laços singulares? A possibilidade de que os cubanos solicitassem anexação os Estados Unidos já não era tão forte — em parte por causa do resultado das eleições, mas também porque os republicanos estavam dispostos a honrar o que McKinley havia declarado ao Congresso. Após consultar-se com Root em Washington, Wood voltou a Cuba e instalou uma Assembléia

⁸² “bound to us by ties of singular intimacy and strenght. (...) Whether these ties shall be organic or conventional, the destinies of Cuba are in some rightful form and manner irrevocably linked to our own”

Constituinte a 05 novembro de 1900, instruindo seus membros a “*delinear e adotar uma Constituição para Cuba, e quando isso estiver feito, formular qual deveria ser, na sua opinião, as relações entre Cuba e os Estados*” (SCHOULTZ, 2000:171). A Constituição foi criada, mas os delegados nada decidiram sobre as relações com os Estados Unidos. Root, porém, tinha sua própria concepção de como seriam essas relações e, por meio do Senador Orville Platt, foi introduzido, votado e aprovado no Senado norte-americano um conjunto de propostas que seria conhecido como Emenda Platt. O preâmbulo da Emenda autorizava o presidente “*a deixar o governo e o controle da ilha de Cuba a seu povo assim que um governo tenha sido estabelecido sob uma constituição que [definisse] as futuras relações dos Estados Unidos*”. O que fundamentaria essas “*futuras relações*” estava contido no Artigo 3, o qual estabelecia:

“*Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerça o direito de intervir no sentido de preservar a independência cubana, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, propriedade, e liberdade individual, e para o cumprimento das obrigações com respeito à Cuba impostas pelo tratado de Paris aos Estados Unidos, atualmente a serem assumidas e empreendidas pelo governo cubano.*” (MORRIS, 1964:182)

A obrigação de que a Emenda Platt fosse incluída na constituição de Cuba fez com que os delegados cubanos rejeitassem, de início, a Emenda. No entanto, aceitaram-na após uma série de conferências com Root, que garantiu aos cubanos que a Emenda não se destinava a ser um instrumento de interferência nos assuntos internos de Cuba; ela apenas protegeria a ilha de convulsões internas e ameaças externas (PRATT, 1965:227). Na

verdade, eles não tinham escolha: a ocupação militar dos Estados Unidos iria continuar até que aceitassem a Emenda Platt, como Root fez saber aos delegados cubanos (ZIMMERMAN, 2002:382).

Finalmente, a 20 de maio de 1902, Leonard Wood transferiu “o *governo e o controle da ilha*” ao primeiro presidente eleito de Cuba, Tomás Estrada Palma, sob a condição de que ele se responsabilizasse pelas obrigações assumidas pelos Estados Unidos no tratado de paz com a Espanha. A bandeira cubana foi hasteada, mostrando que a independência de Cuba estava realizada (Ibidem, 386), ainda que, como escrevera Wood a Roosevelt pouco antes de se retirar da ilha, “*há, por certo, pouca ou nenhuma independência ligada a Cuba sob a Emenda Platt*” (SCHOULTZ, 2000:174).

2.3 “Eu Tomei o Canal”

Assumindo a presidência, Theodore Roosevelt tratou de focar os esforços norte-americanos na construção de um canal interoceânico. Se havia alguma dúvida a respeito da extrema necessidade de um canal, ela foi dissipada quando, durante a guerra de 1898, a marinha ordenou que o U.S.S. Oregon, baseado no Pacífico, se reunisse à esquadra no Caribe — tendo deixado São Francisco em 19 de março, chegou à Flórida apenas em 24 de maio, mais de dois meses depois. O canal era, portanto, imprescindível aos Estados Unidos, nos objetivos de concentrar rapidamente a sua esquadra. McKinley já havia percebido esse fato e na última mensagem anual ao Congresso afirmava que “*a construção de tal estrada marítima é mais do que nunca indispensável à rápida intercomunicação*

entre nossas costas”⁸³. Por isso, era urgente que os Estados Unidos assumissem a obrigação de fazer e controlar um canal. Nas palavras de McKinley, *“nossa política nacional, mais imperativamente do que nunca, exige seu controle por esse governo”*⁸⁴.

No entanto, para que os Estados Unidos iniciassem seus planos de construção de um canal, havia um obstáculo que precisava ser removido: em 1850, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos assinaram o Tratado de Clayton-Bulwer, um artifício diplomático destinado a acalmar as tensões entre os dois países na América Central, depois que a Grã-Bretanha ocupara pontos estratégicos nas proximidades da Nicarágua, com vistas a controlar a rota de um canal ali. O tratado estipulava que os dois países iriam construir conjuntamente um canal que não deveria ser fortificado ou controlado exclusivamente por uma das partes. Na época em que foi ratificado, o tratado foi alvo de muitas críticas de políticos que o consideravam uma violação da Doutrina Monroe. De qualquer modo, os Estados Unidos não estavam em condições de deter a investida britânica naquela área, não restando outra opção que não fosse o acomodamento com essa potência (BAILEY, 1974:273-276).

Os resultados da guerra com a Espanha alteraram dramaticamente a posição e a capacidade dos Estados Unidos de defender seus interesses no hemisfério. Dessa forma, a 18 de novembro de 1901, os dois países assinaram o Tratado de Hay-Pauncefote, o qual permitia que os Estados

⁸³ “the construction of such a maritime highway is now more than ever indispensable to that intimate and ready intercommunication between our eastern and western seabords”

⁸⁴ http://en.wikisource.org/wiki/William_McKinley's_Second_State_of_the_Union_Address
“our national policy now more imperatively than ever calls for its control by this Government”

Unidos construíssem, administrassem e controlassem o seu próprio canal, sem a participação da Grã-Bretanha (BEMIS, 1947:144-145).

A escolha da rota tornar-se-ia o próximo passo da construção. Nicarágua ou Colômbia: qual seria a melhor opção? O *Spooner Act* de 1902 determinava que a construção se realizasse na Nicarágua, cuja rota era considerada mais curta, mais barata e mais fácil em termos de engenharia pelos técnicos do Congresso. A Colômbia seria escolhida somente se a francesa Nova Companhia do Canal do Panamá reduzisse o seu preço — essa Companhia tinha iniciado um projeto décadas antes no Panamá e estava enfrentando sérias dificuldades financeiras. O francês Philippe Bunau-Varilla, ex-engenheiro da antiga Companhia e dono de algumas ações da nova, fez um forte lobby para que o Congresso escolhesse a opção pelo Panamá, o que foi feito após uma redução de mais de 50% no preço para a construção. O advogado da Companhia, William Cromwell, chegou até mesmo ajudar o Secretário de Estado John Hay na realização de um tratado com a Colômbia, o Tratado Hay-Herrán, permitindo aos Estados Unidos assumir total responsabilidade na construção e controle do canal. O tratado estipulava que a Nova Companhia tinha autorização para ceder seus direitos e concessões aos Estados Unidos; que este país tinha o direito de construir, fortificar e controlar o canal; e que a Colômbia iria receber \$10.000.000,00 em ouro após a ratificação do tratado e \$250.000,00 anualmente (Ibidem, 148-149).

A Colômbia, no entanto, rejeitou o tratado, pois não considerava suficiente a quantia que iria receber. Isso fez com que Bunau-Varilla instigasse e financiasse uma revolução, com o apoio norte-americano, para

que o Departamento do Panamá se separasse da Colômbia. A revolução foi bem sucedida e o novo Estado teve sua independência prontamente reconhecida pelos Estados Unidos. A 18 de novembro de 1903 em Washington, foi assinado um tratado com o Panamá que oferecia aos norte-americanos mais privilégios do que aquele com a Colômbia, pois os Estados Unidos poderiam exercer sua soberania numa zona de 10 milhas de largura no istmo. Além disso, os Estados Unidos se comprometiam também a preservar “a independência da República do Panamá”. A construção do canal teve início em 1904 e, dez anos depois, o Canal do Panamá estaria aberto para o mundo (PRATT, 1965:225).

2.4 O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe

Em 1902, um incidente envolvendo a Venezuela colocou à prova a disposição dos Estados Unidos de defender a Doutrina Monroe no Caribe. Quando o ditador venezuelano Cipriano Castro deixou de honrar suas obrigações com os credores internacionais, a Itália, a Alemanha e a Grã-Bretanha resolveram intervir: navios venezuelanos foram afundados e os britânicos bloquearam os principais portos da Venezuela; alemães e britânicos ainda bombardearam mais dois portos, como “*retaliação*” a insultos à bandeira britânica e o apresamento de um navio deste último (BEMIS, 1947:146).

Theodore Roosevelt — que havia afirmado na primeira mensagem anual ao Congresso que a Doutrina Monroe não protegeria da punição européia os países que se “*comportassem mal*”, contanto que essas punições não levassem a ocupações de território — mandou a esquadra de Dewey ao Caribe e comunicou à Alemanha que os Estados Unidos iriam

recorrer à força, caso o problema com a Venezuela não fosse levado para o arbitramento internacional. Relutantemente, a Grã-Bretanha e a Alemanha concordaram e a disputa foi parar em Haia (BOOT, 2002:135).

Em fevereiro de 1904, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia decidiu favoravelmente às potências que haviam participado do bloqueio, concedendo a elas a preferência no recebimento das dívidas da Venezuela. A resolução deixou Roosevelt apreensivo, receoso de que as potências européias fossem incentivadas a utilizar a força para resolver suas disputas com os países caribenhos. Afinal, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha seriam integralmente pagas em 1907, enquanto os países que não participaram do bloqueio teriam que esperar até 1912. *“Pelos padrões da época, a decisão do tribunal era defensável, mas sua principal implicação era recompensar o uso da força nas relações internacionais”* (SCHOULTZ, 2000:210).

A crise na Venezuela somada com a decisão do Tribunal fizeram com que os norte-americanos enfrentassem um sério dilema: deixariam à Europa a tarefa de *“endireitar”* os instáveis países caribenhos, o que poderia levar a ocupações permanentes de território ou tomariam para si a responsabilidade de *“policiar o seu quintal”*, garantindo a ordem e evitando a presença européia em países localizados numa área estratégica para a segurança nacional dos Estados Unidos? *“Se pretendemos dizer ‘tirem as mãos’ às potências da Europa”*, escreveu Roosevelt para Elihu Root, em maio de 1904, *“então cedo ou tarde nós mesmos teremos que manter a ordem”*⁸⁵ (BOOT, 2002:136).

⁸⁵ “If we intend to say ‘hands off’ to the powers of Europe, then sooner or later we must keep order ourselves”

Na República Dominicana, tivemos o primeiro teste para que Roosevelt confirmasse suas palavras. Em julho de 1904, uma decisão de arbitragem deu ganho de causa a Companhia de Melhoramentos de Santo Domingo, sediada nos Nova Iorque, permitindo que ela recebesse ganhos da alfândega de Puerto Plata, Sánchez, Samaná e Montecristi, até que a dívida fosse coberta. Quando o governo do General Carlos Morales, que assumira o poder após um período de convulsão social, falhou em honrar suas obrigações de pagamento, um agente tomou os ganhos da alfândega, em conformidade com a decisão arbitral. Credores estrangeiros, porém, reclamaram e pediram o auxílio de seus governos para que pudessem também receber os seus ganhos (BEMIS, 1947:154-155).

A fim de evitar uma intervenção armada que pudesse resultar em ocupação permanente de território na República Dominicana, o que colocaria em xeque a Doutrina Monroe, Washington — após negociações de Thomas Dawson, Ministro dos Estados Unidos na República Dominicana, junto ao governo dominicano — assumiu o controle dos ganhos alfandegários do país, arranjando o pagamento dos débitos aos europeus. Pelo acordo, 45% dos ganhos alfandegários seriam entregues ao governo da República Dominicana, e o restante seria pago aos credores europeus (Ibidem, 156).

A intervenção na República Dominicana mostrou que Roosevelt estava disposto a assumir certas obrigações no Caribe. Se os Estados Unidos quisessem manter a Europa de fora, teriam que cuidar para que os Estados da região assegurassem a ordem interna e honrassem suas obrigações internacionais, para que suas ações não precipitassem

ingerências das potências européias. Do contrário, os Estados Unidos iriam intervir, assumindo no hemisfério, nos dizeres de Theodore Roosevelt, um papel de “*polícia*”. A idéia, que surgira inicialmente na carta a Root, foi apresentada ao Congresso em dezembro de 1904, transformando-se no princípio a guiar os movimentos dos Estados Unidos no Caribe. E ficou conhecido, como veremos no próximo capítulo, como o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe.

Capítulo 3

Estratégia e Defesa: Controlando o Mar do Caribe

A guerra hispano-americana de 1898, como vimos, teve como um dos principais resultados a expulsão da Espanha do hemisfério. Mas não só isso. Os Estados Unidos estabeleceram bases militares em Cuba e Porto Rico, o que lhes permitiu possuir o controle do mar do Caribe e, posteriormente, a supremacia política, econômica e militar na região. Antes de analisarmos como os Estados Unidos conseguiram essas bases e a importância estratégica delas, convém que tenhamos alguns fatos históricos em perspectiva.

3.1 A “Pérola do Atlântico”

O interesse dos norte-americanos na região caribenha é bem antigo, remontando até mesmo à época anterior à independência dos Estados Unidos, quando os colonos transportavam açúcar e melado das Antilhas para serem trocados por produtos manufaturados com a Grã-Bretanha. Nesse comércio, Cuba sempre teve papel destacado: a título de exemplo, as relações comerciais com Havana estão entre as mais antigas dos Estados Unidos com a América espanhola. (WHITAKER, 1935:5).

Com a independência, além dos interesses comerciais em Cuba, as razões estratégicas e de segurança nacional estavam presentes desde os primeiros anos da República, ainda mais com a aquisição da Flórida pelo Tratado Transcontinental com a Espanha, ratificado em 1819. Já vimos que Thomas Jefferson, em carta para o presidente James Monroe à época do pronunciamento da Doutrina Monroe em 1823, considerava Cuba, por sua posição privilegiada em relação ao Golfo do México e ao Mar do Caribe,

como fundamental à segurança dos Estados Unidos e passível de ser incorporada à União. O secretário de Estado John Quincy Adams nutria visão semelhante a respeito da importância da ilha. No mesmo ano, Adams escrevera que:

*“Essas ilhas [Cuba e Porto Rico], por sua localização, são apêndices ao continente Norte-Americano; e uma delas, Cuba, quase à vista de nossa costa, por uma multiplicidade de considerações se tornou um objeto de importância transcendental aos interesses políticos e comerciais de nossa União. Sua posição poderosa, em relação ao Golfo do México e ao mar das Índias Ocidentais; o caráter de sua população; sua situação enquanto meio do caminho entre nossa costa sul e a ilha de Santo Domingo; seu porto seguro e espaçoso de Havana, de frente de uma longa linha de nossa costa destituída da mesma vantagem; a natureza da suas produções e necessidades, fornecendo as provisões e precisando do retorno de um comércio imensamente lucrativo e mutuamente benéfico; dão-lhe uma importância no conjunto de nossos interesses nacionais, com o qual nenhum outro território estrangeiro pode ser separado, e pouco inferior àquele que liga os diferentes membros desta União juntos. (...) [É] dificilmente possível resistir à convicção que a anexação de Cuba à nossa república federal será indispensável para a continuidade e integridade da própria União. (...) Cuba, forçadamente desconectada de sua própria conexão não-natural com a Espanha, e incapaz de se auto-sustentar, só pode gravitar em direção à União da América do Norte, a qual, pela mesma lei da natureza, não pode excluí-la de seu seio”*⁸⁶ (ADAMS, 1917:373-374)

⁸⁶ “These islands, from their local positions, are natural appendages to the North American continent; and one of them, Cuba, almost in sight of our shores, from a multitude of considerations has become an object of transcendent importance to the political and commercial interests of our Union. Its commanding position, with reference to the Gulf of Mexico and the West India seas; the character of its population; its situation midway between our southern Coast and the island of San Domingo; its safe and capacious harbor of Havana, fronting a long line of our shores destitute of the same advantage; the nature of its productions and its wants, furnishing the supplies and needing the returns of a commerce immensely

Nesse trecho, embora reconheça o valor do comércio com Cuba, John Quincy Adams enfatiza, primeiramente, a importância da posição geográfica da ilha para os interesses nacionais dos Estados Unidos. O Secretário de Estado ainda vai mais longe: afirma que a continuidade e integridade da União dependeriam da posse de Cuba pelos Estados Unidos, o que ocorreria no seu devido tempo. É curioso que Adams tenha feito referência a Cuba nesses termos. O comércio com a ilha poderia ser importante para os Estados Unidos, mas de forma alguma era tão significativo para que o destino do país dependesse dele. Contudo, é preciso levar em conta que se alguma potência como a França ou a Grã-Bretanha se apoderasse da colônia espanhola, a segurança norte-americana ficaria seriamente comprometida, pois aquelas potências seriam capazes de interditar as linhas de comunicação dos Estados Unidos com o Atlântico a partir de sua artéria econômica principal, o rio Mississippi. A possibilidade de tal ameaça, como vimos, fazia parte da preocupação de Senadores como Henry Clay já em 1810.

Nas décadas anteriores à guerra civil nos Estados Unidos, houve um aumento das manifestações favoráveis a anexação de Cuba, tanto da imprensa, quanto de políticos norte-americanos, principalmente os do sul. *“Novos territórios serão estabelecidos, declararão sua independência e serão anexados! Nós temos o Novo México e a Califórnia! Nós teremos o*

profitable and mutually beneficial; give it an importance in the sum of our national interests, with which that of no other foreign territory can be compared, and little inferior to that which binds the different members of this Union together. (...) [It] is scarcely possible to resist the conviction that the annexation of Cuba to our federal republic will be indispensable to the continuance and integrity of the Union itself. (...) Cuba, forcibly disjoined from its own unnatural connection with Spain, and incapable of self-support, can gravitate only towards the North American Union, which by the same law of nature cannot cast her off from its bosom”

*México e Cuba!*⁸⁷, afirmava o *De Bow's Review* de New Orleans. A inclusão de novos Estados livres à União, como resultado da guerra com o México, não agradou aos Estados sulistas e escravocratas, que lutavam para formar maioria no Congresso. Dessa forma, Cuba transformou-se, aos olhos de muitos deles, no próximo objetivo da expansão territorial dos Estados Unidos, já que poderia ser anexada como mais um Estado escravocrata. O presidente James Polk tentou comprar a ilha dos espanhóis em 1848 — no que seria a primeira tentativa de realmente obter Cuba; mas quando as notícias da proposta norte-americana vazaram na imprensa, a forte oposição da opinião pública espanhola fez com que a Espanha se recusasse a levar as negociações adiante, declarando que preferiria ver a ilha afundando no oceano a cedê-la para outra potência (BAILEY, 1974:287-288).

Essa forte negativa, no entanto, não acalmou os ímpetos sulistas. Alguns filibusteiros, juntamente com cidadãos cubanos — e nesse grupo estavam tanto aqueles que desejavam incorporação aos Estados Unidos, quanto patriotas independentistas, presentes apenas por acreditarem que, uma vez conseguida a independência, a divisão provocada pela questão da escravidão acabaria por impedir que a ilha fosse admitida à União — organizaram algumas expedições militares a Cuba com intuito de fazer uma revolução “*a la Texas*”. Embora sem sucesso, essas expedições foram suficientes para preocupar a França e a Grã-Bretanha, que fizeram saber ao Secretário de Estado Webster, em 1851, que uma força naval tinha sido enviada ao Caribe “*para impedir, pela força, aventuras de qualquer nação de*

⁸⁷ “New territories will be planted, declare their independence, and be annexed! We have New Mexico e California! We will have old Mexico and Cuba!”

*desembarcar com intenção hostil na ilha de Cuba*⁸⁸. Webster respondeu que os Estados Unidos não iriam tolerar qualquer tipo de vigilância às atividades dos seus cidadãos em águas internacionais e que o Departamento de Estado via com gravidade a questão (BEMIS, 1965:317).

No ano seguinte, França e Grã-Bretanha, em nome da Espanha, propuseram aos Estados Unidos um acordo, no qual ficaria estabelecido que esses três países *“separadamente e coletivamente renunciavam, agora e daqui por diante, toda intenção de obter posseção da ilha de Cuba*⁸⁹; além disso, teriam que se comprometer a não ajudar outras potências ou indivíduos nesse intento ou *“obter ou manter a si mesmos, ou para qualquer um deles, qualquer controle exclusivo sobre a dita ilha*⁹⁰. Para a Grã-Bretanha, mesmo que nenhum acordo fosse concluído, sua mera sugestão já acabaria com o principal argumento de alguns norte-americanos favoráveis à anexação de Cuba, a saber, o medo de que a Grã-Bretanha pudesse apoderar-se dela. A princípio, Webster e o presidente Millard Fillmore estavam dispostos a ir adiante com o acordo; pediram apenas que as conversas fossem deixadas para depois da eleição. Webster faleceu e Franklin Pierce assumiu a presidência dos Estados Unidos (Ibidem, 318). As negociações retornaram à Casa Branca e o Lorde Malmesbury, Secretário dos Negócios Estrangeiros, afirmou, nas instruções ao seu Ministro em Washington, que:

⁸⁸ “to prevent by force any adventures of any nation from landing with hostile intent on the island of Cuba”

⁸⁹ “severally and collectively disclaim, now and for hereafter, all intention to obtain possession of the island of Cuba”

⁹⁰ “obtain or maintain for themselves, or for any one of themselves, any exclusive control over the said island, nor assume nor exercise any dominion over the same”

“O Governo dos Estados Unidos tem repetidamente declarado que não iria ver com indiferença a Ilha de Cuba cair sob possessão de qualquer outra potência européia que não a Espanha. O Governo de Sua Majestade compartilha, da maneira mais definitiva, das visões apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos, e não poderia jamais ver com indiferença a Ilha de Cuba sob possessão de qualquer potência que não a Espanha”⁹¹ (citado em STEARNS, 1928:127, grifos nossos)

Os trechos grifados revelam uma distinção importante: a Grã-Bretanha não iria tolerar que Cuba passasse das mãos da Espanha para qualquer outra potência, não apenas as européias. A proposta do acordo tripartite, portanto, buscava lograr o que Canning não havia conseguido em 1823 — que principalmente os Estados Unidos se comprometessem a não anexar a ilha. A única diferença entre os dois momentos, pode-se dizer, é a existência de uma menção expressa a Cuba, sem as sutilezas da linguagem de Canning.

Porém, a resposta do novo Secretário de Estado, Edward Everett, ao governo da Grã-Bretanha em dezembro de 1852, mostra que os Estados Unidos possuíam interesses bem além da ambição dos Estados escravocratas. Os Estados Unidos, historicamente, sempre mantiveram em relação à Cuba uma política de manutenção do *status quo*, ancorado no princípio de não-transferência, aplicado à Cuba em 1823; ou seja, não aceitariam que uma potência européia que não a Espanha tivesse domínio sobre a ilha. Essa atitude provém de uma postura defensiva, destinada a

⁹¹ “The Government of the United States has repeatedly declared that it would not see with indifference the Island of Cuba fall into the possession of any other other European Power than Spain. Her Majesty’s Government share in the most unqualified manner in the views thus put forth by the Government of the United States, and could never see with indifference the Island of Cuba in the possession of any Power whatever but Spain”

evitar uma desfavorável mudança na balança de poder nas proximidades de suas fronteiras. Por outro lado, no que se refere a sua própria política para Cuba, os Estados Unidos sempre procuraram manter suas opções abertas. Nesse sentido, Everett, em verdade, encontrava-se na mesma posição que John Quincy Adams décadas antes e, assim como o ex-Secretário de Estado, não iria permitir que os Estados Unidos negassem a si mesmos o direito de um dia conquistar a ilha. Assim, lê-se, na recusa da proposta aos britânicos, que:

“A ilha de Cuba se localiza às nossas portas. Ela controla os acessos ao Golfo do México, que banha as costas de cinco de nossos Estados. Ela bloqueia a entrada daquele grande rio que corta metade do continente Norte-Americano, e que com seus tributários forma o maior sistema de comunicação aquática interna no mundo. Ela guarda a porta de nossa comunicação com a Califórnia pela rota do istmo”⁹²
(Ibidem, 131)

A geografia faz com que Cuba tenha papel fundamental à segurança dos Estados Unidos. A localização da ilha não é somente estratégica para os Estados ao sul do país e para as comunicações marítimas do Golfo do México com o Atlântico, mas também porque Cuba controla as aproximações a um possível canal. Com a conquista da Califórnia, a construção de um canal interoceânico tornou-se uma prioridade para os norte-americanos e a declaração de Everett revela que os homens encarregados de conduzir a política externa dos Estados Unidos já

⁹² “The island of Cuba lies at our doors. It commands the approach to the Gulf of Mexico, which washes the shores of five of our States. It bars the entrance of that great river which drains half the North American continent, and with its tributaries forms the largest system of internal water-communication in the world. It keeps watch at the doorway of our intercourse with California by the Isthmus route”

possuíam consciência da importância de Cuba para a defesa de um canal já em 1852.

A experiência dos Estados Unidos durante a guerra civil também chamou a atenção para a necessidade de bases navais no Caribe. O presidente Abraham Lincoln encontrou dificuldades para bloquear o comércio dos Confederados pelo mar no Golfo do México, em parte, por causa da escassez de navios em quantidade suficiente para lidar com um litoral tão extenso, mas também em razão da falta de estações de reparos e carvão⁹³ nas redondezas para facilitar as operações navais. O Secretário da Marinha Gideon Welles chegou a recomendar que os Estados Unidos estabelecessem essas estações em alguns pontos do Caribe, inclusive mencionando Guantánamo. Mas com a iminente derrota dos Confederados, nada disso foi levado adiante. No entanto, a menção de Welles foi a primeira manifestação oficial do desejo de possuir Guantánamo como base (MCCOY, 1995:19).

O interesse por Cuba retornou nos anos subseqüentes, por causa da ação de homens como o Senador e, mais tarde, Secretário de Estado, William Seward, que se manifestavam a favor de que os Estados Unidos possuísem uma grande marinha para a defesa dos seus interesses nacionais. Ainda em 1861, Seward já acreditava que os Estados Unidos deveriam comprar Cuba da Espanha e, logo depois da guerra civil, advogou para que algumas estações de carvão fossem obtidas na ilha. No entanto,

⁹³ Com a evolução tecnológica do navio a vapor, os suprimentos de carvão eram indispensáveis à locomoção dos navios. Dessa forma, se um Estado quisesse possuir uma marinha forte, capaz de projetar poder em regiões distantes do seu próprio território, teria que controlar estações de carvão nos pontos estratégicos de sua escolha. Mahan, por exemplo, chegou a comparar um Estado sem estações de carvão com um pássaro incapaz de voar para além da costa (MAHAN, 1987).

como Cuba tinha muitos escravos, Seward não obteve o apoio necessário e o projeto não teve êxito. Não satisfeito, tentou, também sem sucesso, que os Estados Unidos conseguissem o estabelecimento de estações navais em Cabo Haitiano no Haiti e na Baía de Samaná em Santo Domingo. Definitivamente, a questão “racial” contribuiu para que Seward não tivesse o apoio para seus projetos: *“pode ser conveniente ter uma estação naval nas Índias Ocidentais, mas é prudente comprá-la adicionando a nossa população (...) negros das Índias Ocidentais?”*⁹⁴, perguntava o *Harper’s Weekly*; mas, em verdade, era a reconstrução do país e o desenvolvimento do Oeste que tinham precedência sobre projetos expansionistas. A marinha, por exemplo, foi deixada para segundo plano após o fim da guerra civil. Além disso, naquele momento, não existia mais uma ameaça real de potências européias no hemisfério: a Espanha, que tinha reanexado Santo Domingo em 1861, abandonou-a quatro anos depois e a França encerrou o seu apoio ao império de Maximiliano no México em 1867 (BAILEY, 1974:360-362). De todo modo, cabe uma consideração: ainda que os desígnios expansionistas de Seward tenham fracassado, a investida no Haiti e em Santo Domingo, após o insucesso com Cuba, indica claramente que o Secretário de Estado tinha consciência da importância do Estreito de Windward, entre Cuba e o Haiti, para o controle do mar do Caribe.

As idéias expansionistas de Seward, porém, encontraram apoio com o presidente Ulysses S. Grant, sucessor de Lincoln na presidência dos Estados Unidos. Grant, no entanto, não se movia por considerações estratégicas; não tinha uma explicação lógica para a aquisição de estações

⁹⁴ “It may be convenient to have a naval station in the West Indies, but is it wise to buy it by adding to our population (...) West Indian Negroes?”

navais em Cuba e em outros pontos do Caribe. Ele simplesmente acreditava que a posse delas traria respeito e prestígio aos Estados Unidos (REYNOLDS, 1982:24; MCCOY, 1995:20). Mas os líderes civis e militares tentavam convencê-lo do contrário: o Senador Cornelius Cole da Califórnia instava o presidente a adquirir bases no Caribe para a proteção do canal e do comércio que passaria através dele. Já militares como o Comodoro Daniel Amen, amigo pessoal de Grant, argumentavam ao presidente sobre a necessidade de estabelecimento de bases navais em pontos estratégicos do Caribe para fins de defesa do canal e dos Estados Unidos. Isso explica porque Grant enviou Amen para viagens à América Central com intuito de encontrar os melhores lugares para atuarem na proteção do futuro canal. Ainda que a questão tenha ficado em aberto por muitos anos, os relatórios de Amen contribuíram para manter vivo o assunto em Washington, ajudando até mesmo no desenvolvimento das bases no Caribe posteriormente (REYNOLDS, 1982:25).

Fatores externos e internos mais uma vez impediram, no entanto, que os Estados Unidos adquirissem uma base naval em Cuba. A erupção de um levante favorável à independência da ilha em fins dos anos 60 tornou impossível qualquer tipo de negociação sobre bases com o governo espanhol. Mas o obstáculo não partia somente daí. No Congresso norte-americano, o Republicano Charles Sumner, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Congresso, opunha-se ao projeto, argumentando que a posse de bases em territórios estrangeiros iria levar os Estados Unidos a abandonar sua postura isolacionista, além de aumentar o risco de que o presidente usurpasse os poderes do Congresso (MCCOY, 1995:20).

Mesmo assim, o interesse dos Estados Unidos no canal e em bases no Caribe foi reacendido com as notícias de que Colômbia havia concedido a uma companhia francesa os direitos para a construção de um canal no Panamá em 1879. O estrategista Alfred Thayer Mahan, o grande teórico do poder marítimo, alertou que um canal traria o crescimento do comércio estrangeiro nas Índias Ocidentais e que cada nação seria forçada a aumentar a presença de sua esquadra a fim de proteger seus interesses marítimos (MAHAN, 1987:33-34). Assim, afirmava Mahan, para proteger seus interesses nacionais, os Estados Unidos deveriam possuir bases em pontos estratégicos do Caribe, tendo em vista que “*nenhum posicionamento teórico, como a Doutrina Monroe*”⁹⁵ (Ibidem, 325), iria deter as potências européias de realizarem interferências nessa região.

Dois consecutivos presidentes norte-americanos, Rutherford Hayes e James Garfield, compartilhavam dessa visão. Hayes, que assumiu o cargo em 1877, tinha plena consciência de que um canal em mãos européias representava uma grave ameaça para a segurança dos Estados Unidos, tendo declarado ao Congresso em 1880 que fazia parte da política do país um canal sob domínio norte-americano: “*Os Estados Unidos não podem consentir na entrega desse controle a qualquer potência européia ou qualquer combinação de potências européias*”⁹⁶. Da mesma forma, Garfield e seu Secretário de Estado James Blaine acreditavam que somente com uma marinha forte e com bases navais no Caribe — em lugares como Porto Rico e Cuba, que Blaine considerava a “*chave para o comércio do Atlântico*” e vital para a proteção do canal —, os Estados Unidos seriam capazes de

⁹⁵ “no theoretical positions, like the Monroe Doctrine”

⁹⁶ “The United States cannot consent to the surrender of this control to any European Power or any combination of European powers”

reagir à ameaça que um canal sob controle europeu significaria. Como resultado dessas manifestações, uma forte ênfase foi colocada na necessidade de se modernizar e ampliar a marinha. Um exemplo disso deu-se na presidência de Grover Cleveland, quando Republicanos e Democratas uniram esforços para que os Estados Unidos construíssem uma marinha mais forte e estabelecessem estações de carvão no Caribe (MCCOY, 1995:21). Ainda que nenhuma ação concreta tenha surgido em relação às estações, foi durante a presidência de Cleveland que ocorreu um evento de extrema importância: a fundação do Colégio de Guerra Naval em Newport, Rhode Island. Sob o comando do Comodoro Stephen Luce, o Colégio tornou-se um centro destacado de pesquisa sobre guerra e estratégia. Dentre os cursos ensinados no Colégio, estavam: *“The Proposed Isthmian Canal and the Caribbean”*, *“The Commercial and Political Conditions Existing in the Region Affected by the Proposed Interoceanic Canal”* e *“What Effect Have Coaling Stations on Strategy”* e *“Strategic Features of the Gulf Coast”*, oferecido por Mahan. Todos os oficiais que ensinavam esses cursos advogavam sobre a necessidade de bases no Caribe, com destaque para Cuba, fazendo sentir sua influência bem além da sala de aula, com a publicação de artigos em importantes periódicos militares. Além disso, muitos desses artigos eram republicados em periódicos mais populares, contribuindo para que essas idéias tivessem circulação também entre o público leigo (REYNOLDS, 1982:34).

De todos esses oficiais, não há dúvidas de que Mahan era o mais importante e influente. Seus livros eram bem recebidos e seus artigos, que lidavam com questões como a anexação do Havaí, a necessidade de se

possuir uma marinha forte e o controle do mar do Caribe, eram publicados em periódicos como o *Atlantic Monthly*, *Forum*, *North American Review* e *Harper's Magazine*. Expansionistas como Henry Cabot Lodge e outros congressistas, citavam repetidas vezes seus argumentos no Congresso, que apareciam também em relatórios dos Comitês do Congresso. E o futuro presidente Theodore Roosevelt era um ávido leitor de suas obras, cujas qualidades não cansava de elogiar para Lodge; Roosevelt chegou até mesmo a corresponder-se com Mahan (PRATT, 1964:21).

Incidentes como a disputa fronteiriça da Guiana Britânica com a Venezuela em 1895 acabavam reforçando os argumentos dos expansionistas, temerosos de que os britânicos interferissem no hemisfério. Ainda que a Grã-Bretanha tenha concordado em resolver a questão por arbitramento, Henry Cabot Lodge alertou, no *Forum*, para a presença dessa potência no Caribe. Para Lodge, a Grã-Bretanha tinha nas Índias Ocidentais:

*“posições que são uma ameaça ao nosso litoral. Nós devemos ter entre essas ilhas pelo menos uma poderosa estação naval [e] nós devemos construir uma marinha forte o bastante para dar proteção aos norte-americanos... e suficientemente poderosa para impedir um ataque bem sucedido as nossas costas”*⁹⁷ (REYNOLDS, 1982:37)

E o lugar onde Lodge imaginava que seria estabelecida essa estação naval era Cuba, que, de acordo com ele, tornar-se-ia para os Estados Unidos *“uma necessidade para a proteção daquela rota em direção ao canal*

⁹⁷ “places which are a menace to our sea board. We should have among those islands at least one strong naval station [and] we should build up a navy strong enough to give protection to Americans... and sufficiently powerful to put our coasts beyond the possibility of successful attack”

*chamada de Estreito de Windward*⁹⁸. No mesmo periódico, meses depois, o General Thomas Jordan expressava opinião semelhante. Para ele, Cuba localizava-se no cruzamento do Caribe e era tão importante ao país que grandes estadistas do passado, tais como Thomas Jefferson e John Quincy Adams, tinham reconhecido as vantagens militares e comerciais da ilha. Dessa forma, alertava Jordan, em razão da proximidade geográfica, ela seria uma ameaça para os Estados Unidos caso passasse para a posse de um inimigo; e concluía defendendo a aquisição de Cuba a despeito das opiniões e das objeções das potências europeias (Ibidem, 37-38).

Podemos perceber, portanto, o reconhecimento da importância estratégica Cuba ao longo da história dos Estados Unidos. Diversos fatores, externos e internos, impediram, porém, que a ilha fosse anexada e que, principalmente, os interesses estratégicos dos Estados Unidos fossem realizados. Nesse sentido, os acontecimentos de 1898 acabaram mudando isso. Embora não se possa afirmar que esses fatores sejam a causa da declaração de guerra à Espanha, é inegável que já existia um consenso no ambiente político norte-americano de que uma base em Cuba seria de extrema necessidade, ainda mais com a construção de um canal. A expulsão da Espanha do hemisfério, dessa forma, traria a oportunidade para que essa questão fosse finalmente resolvida.

3.2 As Bases no Caribe e a Defesa do Canal

As dificuldades que os Estados da União enfrentaram em razão da falta de estações de carvão no Caribe para a realização de suas operações militares contra os Confederados no Golfo do México foram similares as que

⁹⁸ “a necessity for protecting that route to the canal called the Windward Passage”

os Estados Unidos enfrentaram em suas operações navais no Caribe durante a guerra de 1898. Se existia alguma dúvida a respeito da necessidade de bases nessa região, esta foi rapidamente dissipada com os problemas enfrentados pelo Comodoro Winfield Scott Schley quando tentava localizar a esquadra do Almirante Cervera. Como seus suprimentos de carvão já estavam chegando ao fim e Schley pretendesse retornar a Key West, o Secretário da Marinha John Long mandou instruções para que, ao invés disso, ele tomasse Guantánamo e fizesse dela uma estação de carvão (MCCOY, 1995:32). Ainda que essa ocupação tenha ocorrido apenas como um expediente de guerra, fazia parte dos objetivos de militares e civis que os Estados Unidos conseguissem bases navais em Cuba e Guantánamo destacou-se como um ponto ideal para essa finalidade.

Em Agosto de 1898, o *Naval War Board*, agindo sob ordens do Comitê do Senado para Assuntos Navais, fora encarregado de encontrar os melhores locais para a instalação de bases navais em Cuba. O *Naval War Board* partia da premissa de que os Estados Unidos precisavam dessas bases para proteger o país e o futuro canal, garantindo assim a supremacia norte-americana no Caribe (GRENVILLE, 1966:295). Nesse sentido, o *Board* recomendou que inspeções fossem realizadas em Baía de Nipe, Havana e Baía Honda, no norte da ilha e Santiago de Cuba, Cienfuegos e, principalmente, Guantánamo, no sul. A 27 de setembro, o Comandante Royal B. Bradford, o oficial responsável pelos navios-carvoeiros e pelas estações de carvão, escreveu ao Secretário Long que Guantánamo era a melhor opção, enfatizando especialmente suas qualidades estratégicas,

como sua posição junto ao Estreito de Windward (MCCOY, 1995:46). Como Mahan afirmou no seu relatório produzido para o Board:

*“Deve ser lembrado que o Estreito de Windward é a rota comercial mais direta entre toda costa do Atlântico e o istmo. Nenhuma solução ao problema das estações navais e de carvão pode ser considerada satisfatoriamente sem que haja segurança militar àquela rota”*⁹⁹ (REYNOLDS, 1982:151)

De todo modo, os Estados Unidos não realizaram nenhuma ação específica, logo após o término da guerra, no sentido de assegurar a posse de uma base naval em Cuba. Existiam, como acredita Reynolds, determinados aspectos políticos que não poderiam ser ignorados. Afinal, as atenções de McKinley estavam voltadas para as negociações de paz que estavam ocorrendo em Paris, nas quais a Filipinas ocupavam papel fundamental, não só em função das discussões a respeito da decisão de reter o arquipélago, mas também por causa dos debates que ocorreriam no Congresso em relação à questão do imperialismo. De qualquer forma, seria exagero afirmar que o assunto das bases estava esquecido. Ainda que McKinley não tivesse decidido qual tipo de política guiaria o relacionamento dos Estados Unidos com Cuba, ele não rejeitou prontamente a idéia de bases na ilha (Ibidem, 153-155). Aliás, é difícil imaginar que o presidente não tivesse consciência da importância delas, tendo em vista que Mahan costumava reunir-se com McKinley na Casa Branca.

⁹⁹ “It must be remembered that the Windward Passage is the most direct commercial route between the whole Atlantic Coast and the Isthmus. No solution of the problem of coaling and naval stations can be considered satisfactorily which does not provide for military safety upon that route”

Mesmo assim, os militares não deixavam de enfatizar a necessidade de possuir bases para a defesa dos interesses dos Estados Unidos no Caribe. Havia um movimento entre eles que destinava tornar públicas suas posições em periódicos populares, como a revista *Forum*. O Comandante Bradford, que era um dos líderes desse movimento, escreveu em fevereiro de 1899 um artigo para essa revista na qual relatava os problemas que a marinha havia enfrentado com a escassez de carvão durante as operações navais da guerra de 1898. Além disso, Bradford também alertava para a importância do Caribe e a conveniência de se possuir estações de carvão em pontos estratégicos nas Índias Ocidentais, destacando o “*Estreito de Windward entre Cuba e o Haiti*”¹⁰⁰. Guantánamo, para ele, era o local ideal e os Estados Unidos deveriam ter a “*autoridade para garantir estações em Cuba perto desses importantes lugares onde carvão pode ser obtido*”¹⁰¹. Um mês depois da publicação do artigo de Bradford, o Almirante Henry Clay Taylor escreveu para a mesma revista um artigo no qual afirmava a necessidade de que os Estados Unidos estabelecessem bases no sul de Cuba com o objetivo de proteger o Estreito de Windward e garantir o controle da ilha para fins estratégicos. Para ele, Cuba seria fundamental à segurança do país em função de sua posição em relação ao Golfo do México e à desembocadura do rio Mississippi. Além disso, as bases iriam auxiliar no fornecimento de suprimentos e nos reparos dos navios, ajudando-os a permanecer mais tempo no teatro de operações. Bradford argumentava que a posse das bases deveria ser acompanhada da construção de navios, concluindo que:

¹⁰⁰ “Windward Passage between Cuba and Haiti”

¹⁰¹ “authority to insure stations in Cuba near these important places where coal may be obtained”

“A potência comercial e naval que deve ocupar este continente, e mandar no vale do Mississipi, deve, pela natureza das coisas, dominar [a passagem Windward e Cuba], seja essa dominação amigável e comercial ou belicosa...

Nós nos encontramos agora em posição de dominar a grande barreira das Antilhas, a linha forte de defesa para o futuro canal do istmo. Os resultados de uma guerra bem sucedida nos colocaram em uma posição que naturalmente nos pertence...

A região ao sul de nós será controlada pela nação cujas frotas ali forem superiores”¹⁰² (Ibidem, 164-166)

Opiniões semelhantes apareceram na revista *Proceedings* de dezembro, do Instituto Naval dos Estados Unidos, com o artigo produzido pelo Capitão Charles Stockton, que havia ensinado e presidido o Colégio de Guerra Naval. De acordo com ele, a Baía de Guantánamo representava a localização ideal para a criação de uma base destinada a defender o Estreito de Windward. Assim como Mahan, Stockton acreditava que a criação de um canal no Caribe iria aumentar a presença militar e econômica da Europa na região, o que obrigaria os Estados Unidos a possuir o controle de determinados pontos estratégicos se pretendesse defender seus interesses. Como a maioria dos seus pares, era sua opinião de que Cuba era um dos pontos mais importantes entre as ilhas das Índias Ocidentais:

¹⁰² “The commercial and naval power which shall occupy this continent, and rule the Mississipi Valley, must, in the nature of things, dominate [the Windward Passage and Cuba], whether that dominance be friendly and commercial or warlike...

We find ourselves now in a position to dominate that great barrier ridge of the Antilles, the strong line of defense for the future of the isthmian canal. The results of successful war have placed us in a position that naturally belong to us...

The region south of us will be controlled by the nation whose fleets there are supreme...”

“em importância da posição geográfica e estratégica com vista para o canal e as rotas até aí a partir dos Estados Unidos... Posição de destaque com respeito ao Estreito da Flórida e o Canal de Yucatán ao norte e oeste, é aumentada por sua posição em direção ao Estreito de Windward e ao canal ao norte da Jamaica no sul e no leste. Reconhecendo isso como fato, a importância desse relacionamento estratégico... visando à Baía de Guantánamo ao Estreito de Windward se torna evidente”¹⁰³ (Ibidem, 171-172)

Da mesma forma que Taylor, Stockton concluía com a afirmação de que o controle do mar do Caribe seria realizado pelo país que tivesse lá a maior presença naval, e isso só seria possível com a posse de estações navais em lugares estratégicos para o abastecimento de carvão e a realização de reparos nos navios.

O destaque que esses militares conferiam a Cuba e ao Estreito de Windward explica-se, como lembra Mahan, pelo fato de que a linha de navegação que passa pelo Estreito representa a menor distância direta, pelo Atlântico, não só entre os Estados Unidos e o istmo, mas também entre a Europa e o mar do Caribe. Mas Cuba não tem importância somente por isso. Afinal, há Estreitos nas Antilhas Menores e potências como França e Grã-Bretanha tinham colônias ali. No entanto, afirma Mahan, não é só a posição geográfica que confere força a um ponto estratégico; os recursos — manutenção e reparos dos navios, alimentação do pessoal etc — que um ponto pode oferecer também devem ser levados em conta. Nesse sentido, Cuba encontra-se em melhor situação que as demais ilhas por causa de seu

¹⁰³ “in importance of geographical and strategic position with view to the canal and the routes thereto from the United States... Commanding position with respect to the Florida Strait and Yucatan Channel on the north and west, it is augmented by its position toward the Windward Passage and the channel north of Jamaica on the south and east. Recognizing this as a fact, the importance of its strategic relationship... borne by Guantamo Bay to the Windward Passage becomes evident”

tamanho, economia mais desenvolvida e proximidade aos Estados Unidos, fazendo com que ela tenha facilmente os recursos daquele país à disposição (MAHAN, 1911).

Nos esforços do Departamento da Marinha para que os Estados Unidos conseguissem uma base em Cuba, o Secretário da Marinha Long pediu a Bradford que escrevesse uma carta sobre a necessidade de se adquirir a Baía de Guantánamo; a carta seria enviada por Long, a 14 de maio de 1900, ao Secretário da Guerra Elihu Root, e nela lia-se que:

*“Desde o fim da Guerra com a Espanha, o Departamento tem tido em consideração a escolha de um lugar para um depósito naval de carvão em algum lugar próximo à ponta leste de Cuba. Na perspectiva da provável construção de um canal pelo istmo, a posse de Porto Rico e a necessidade de proteger a ilha de Cuba contra agressão estrangeira, é necessário que os Estados Unidos controlem o Estreito de Windward, através da qual o comércio e nosso transporte e navios de guerra devem passar em seu caminho ao canal a partir dos portos do Norte. O valor estratégico desse Estreito é muito grande... o Departamento decidiu que a Baía de Guantánamo possui as maiores vantagens para tal propósito”*¹⁰⁴ (MCCOY, 1995:46-47)

Logo em seguida, Root escrevera a Leonard Wood, comunicando ao Governador Militar de Cuba que a Marinha desejava que ele iniciasse as discussões sobre o assunto com os cubanos. Meses depois, Wood descobriu quem eram os donos da propriedade que cercava a área para a

¹⁰⁴ “Since the termination of the war with Spain, the Department has had under consideration the selection of a site for a naval coal depot somewhere near the east end of Cuba. In view of the probable construction of a trans-isthmian canal, the possession of Porto Rico, and the necessity for protecting the island of Cuba from foreign aggression, it is necessary that the United States should control the windward passage through which commerce and our transports and warships must pass on the way to the canal from northern ports. The strategic value of this passage is very great... The Department has decided that Guantánamo Bay possesses the most advantages for that purpose”

construção da base naval e tentou, sem sucesso, comprar o terreno por meio de terceiros (Ibidem, 47).

Durante os debates na Assembléia Constituinte cubana no final do ano, o Departamento da Marinha prosseguiu com seus esforços para a aquisição de uma base permanente em Cuba. Das muitas localizações possíveis que o *Navy General Board* — órgão responsável por aconselhar o Secretário da Marinha — considerou para uma base, Guantánamo era a melhor opção “*para qualquer situação de guerra, quer as causas da guerra sejam o Canal Istmico ou uma questão da Doutrina Monroe*”¹⁰⁵. Guantánamo também era “*essencial no caso em que o governo dos Estados Unidos contemplasse a defesa de Cuba de ataque ou ocupação estrangeira*”¹⁰⁶. O *Board* solicitou com urgência que Long transmitisse essas informações ao Departamento de Estado, “*para que qualquer ajustamento da situação entre os Estados Unidos e Cuba, estas necessidades da Marinha nessas regiões possam ser consideradas*”¹⁰⁷. Long fez o que fora solicitado, adicionando ao pedido, que seria a primeira requisição formal da marinha ao Departamento de Estado, a informação de que:

“O Departamento concorda com a opinião do General Board quanto à importância, de um ponto de vista militar, da posição de Guantánamo... Guantánamo, tanto estrategicamente quando taticamente, por motivo de sua posição dentro e adjacente ao Estreito de Windward, seu porto adequado e bem protegido, e sua entrada bem protegida, recomenda a si mesma ao General Board como de

¹⁰⁵ “for any war situation whether the causes of war be the Isthmian Canal or a question of the Monroe Doctrine”

¹⁰⁶ “very essential in case the U.S. government contemplated the defense of Cuba from foreign attack or occupation”

¹⁰⁷ “in order that any settlement of affairs between the United States and Cuba these necessities of the Navy in those regions may be considered”

*primeira importância para uma base naval em Cuba*¹⁰⁸ (REYNOLDS, 1982: 180-181)

Assim, no ano seguinte, o interesse em proteger Cuba e garantir a instalação de uma base permanente na ilha encontrariam sua expressão na Emenda Platt, que os Estados Unidos impuseram à Constituição cubana e por meio da qual se reservavam o direito de intervir na ilha, transformando-a numa espécie de protetorado. A Emenda, em verdade, era um instrumento criado pelos norte-americanos para garantir que a essência do princípio de não-transferência não fosse violada. Esse objetivo fica bem exposto no artigo I, que estabelecia que não seria permitido a Cuba autorizar uma ou várias potências a *“instalar-se (...) com propósitos militares ou navais (...) em qualquer área da ilha”* (SYRETT, 1995:249); afinal, os Estados Unidos sempre tentaram, ao longo de sua história, evitar que Cuba passasse às mãos de uma potência européia, não sendo coerente com sua própria política, portanto, que terminassem, como temia Root em carta de fevereiro de 1901 a Wood, *“numa situação pior em relação aos nossos interesses vitais do que estávamos na época em que Espanha tinha a posse”*¹⁰⁹. Que ele considerasse a questão cubana nos termos desse princípio, fica evidente pela sua afirmação na carta de que sempre tinha sido a política dos Estados Unidos não permitir, sob nenhuma circunstância, *“qualquer potência estrangeira que não a Espanha adquirir posse da ilha de Cuba”*¹¹⁰. Homens

¹⁰⁸ “The Department concurs in the opinion of the General Board as to the importance from a military point of view of the position of Guantanamo...Guantanamo, both strategically and tactically, by reason of its position inside and adjacent to the Windward Passage, its commodious and well protected harbor, and its easily defended entrance, commends itself strongly to the General Board as of the first importance for a naval base in Cuba”

¹⁰⁹ “in a worse condition in regard to our own vital interests than we were while Spain was in possession”

¹¹⁰ “any foreign power other than Spain to acquire possession of the island of Cuba”

como Thomas Jefferson, John Quincy Adams e Edward Everett, afirmava Root, reconheciam a importância do princípio como essencial à proteção dos Estados Unidos, sendo dever do país, portanto, garantir militarmente a preservação da independência de Cuba (LOGAN, 1962:266). Ao mesmo tempo, para proporcionar a sustentação do princípio de não-transferência e assegurar que os Estados Unidos obtivessem o controle do Estreito de Windward, o artigo VII da Emenda estabelecia que o governo cubano deveria vender ou arrendar aos Estados Unidos “*as terras necessárias à instalação de postos de abastecimento de carvão ou de estações navais*” (SYRETT, 1995:250).

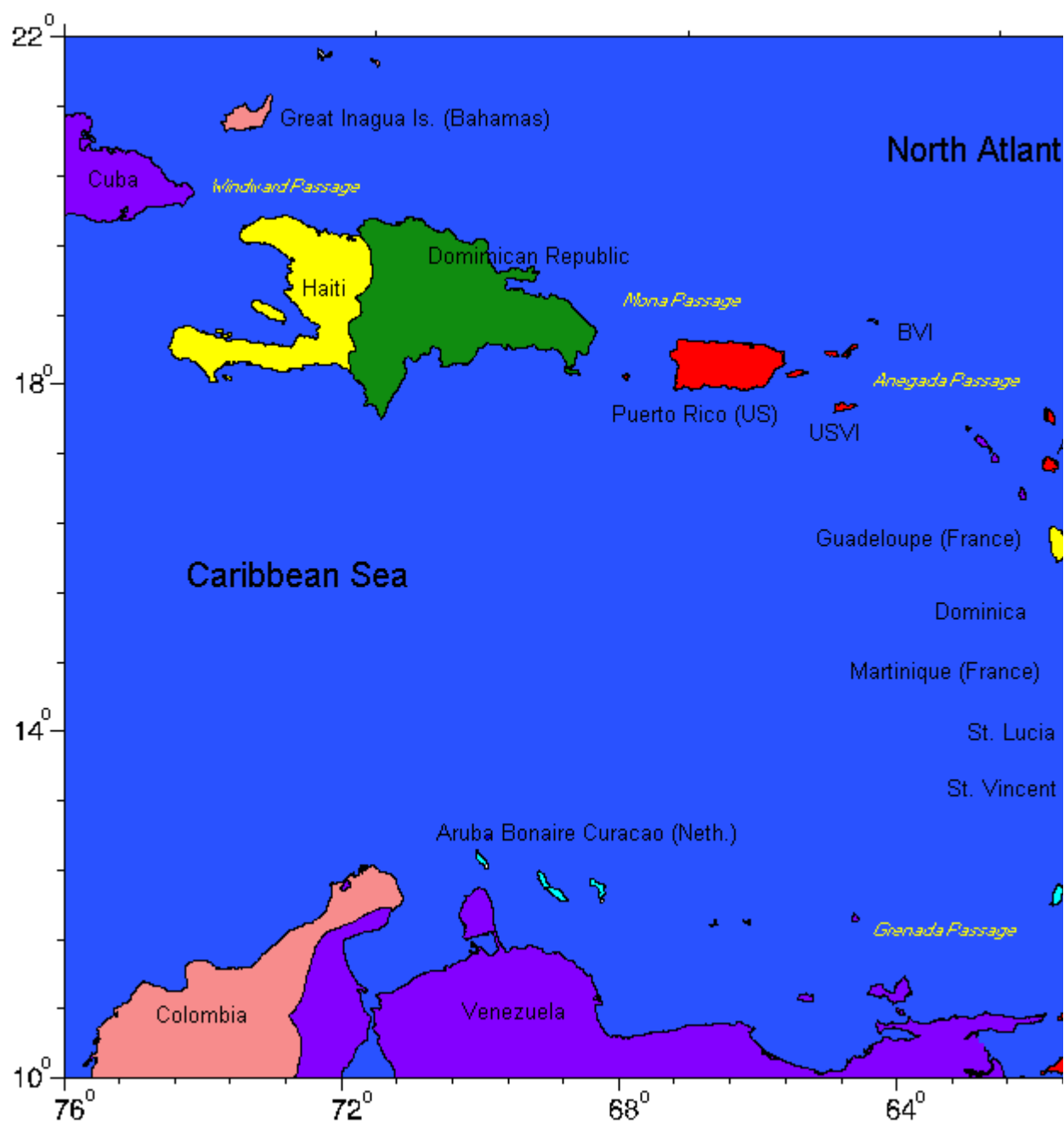
Em novembro de 1902, o Departamento da Marinha enviou a Cuba, com o objetivo de iniciar negociações para a instalação de uma base na ilha, o Almirante Bradford. As negociações foram tensas, mas, após algumas semanas, o presidente cubano José Estrada Palma concordou em arrendar terras para os Estados Unidos somente em dois locais: Baía Honda e Baía de Guantánamo — ainda que os Estados Unidos nunca instalassem uma base na primeira. Dessa forma, em fevereiro de 1903, Theodore Roosevelt, que assumira a presidência após o assassinato de McKinley, e Palma assinaram um acordo para o arrendamento de “*estações navais e de carvão*”¹¹¹. Por insistência de Palma, os Congressos de ambos os países ratificaram o tratado, o que foi feito em outubro do mesmo ano. Em dezembro, o Almirante Albert Barker recebeu o controle formal da estação naval, numa cerimônia na qual as autoridades cubanas não estavam presentes. Afinal, eles não estavam dispostos a arriscar suas carreiras

¹¹¹ “coaling and naval stations”

políticas participando de um evento em que território cubano seria transferido aos Estados Unidos (MCCOY, 1995:53).

Cabe ressaltar, porém, que Guantánamo não foi a única base que os Estados Unidos estabeleceram no Caribe. O pequeno arquipélago de Culebra, situado a leste da ilha de Porto Rico, também recebeu uma estação naval norte-americana em 1903. Como Porto Rico havia se transformado num território dos Estados Unidos, não existiam as dificuldades de negociação que presenciamos em relação a Cuba, o que explicaria, talvez, a escassez de registros sobre a importância de Culebra para a defesa do canal. No entanto, Mahan chegou a tecer algumas considerações a respeito: embora considerasse Cuba, por sua localização e recursos, como o ponto estratégico mais importante do Caribe, a posição de Culebra, próximo ao Estreito de Mona e ao Estreito de Anegada, seria valorosa aos norte-americanos, pois estes teriam no arquipélago uma base de apoio a Guantánamo; além disso, com a posse de Guantánamo e Culebra, os Estados Unidos acabariam avançando sua linha de bases da costa do Golfo do México ao norte do Caribe, o que ajudaria na defesa do Canal. Dessa forma, *“caso surja uma disputa pelo controle no istmo entre os Estados Unidos e um Estado europeu, a posse de Key West, Guantánamo e Porto Rico, com seu apêndice Culebra, constitui uma formidável linha de controle, permitindo um grande apoio e proteção às rotas do Atlântico em direção ao istmo e à zona do canal, e quase perfeita segurança às rotas dos portos do Golfo”*¹¹² (MAHAN, 1911:332).

¹¹² “should contention for control at the Isthmus arise between the United States and a European state, the possession of Key West, Guantanamo, and Puerto Rico with its appendage Culebra, constitutes a formidable line of control, affording great support and protection to routes



(Os Estreitos de Windward, Mona e Anegada no mar do Caribe)

from the Atlantic to the Isthmus and Canal Zone, and almost perfect security to those from the Gulf ports”

Curiosamente, o estabelecimento de uma base naval em Culebra se deu antes de Guantánamo, o que a tornou a primeira base naval dos Estados Unidos no Caribe.

3.3 A Estratégia dos Estados Unidos no Caribe e o Corolário Roosevelt

A perspectiva de construção de um canal interoceânico no Caribe teve implicações importantes para a política externa dos Estados Unidos. Quando o canal estivesse pronto, ele não apenas serviria de “*estrada*” para o aumento do fluxo de comércio mundial entre os oceanos Atlântico e o Pacífico — trazendo, como lembrava Mahan, uma maior presença européia na região; mas, principalmente, facilitaria a movimentação da esquadra norte-americana entre esses oceanos, já que o país, após a aquisição da Califórnia, passou a possuir interesses também no Pacífico.

Nesse sentido, passou a fazer parte dos propósitos dos Estados Unidos evitar a intervenção européia nos assuntos internos dos Estados caribenhos, de modo que essas intervenções não resultassem em ocupação de territórios nas proximidades do canal. A crise venezuelana de 1902 oferece a evidência de que a política dos Estados Unidos na região seria profundamente influenciada pela idéia de construção do canal. Vimos, no capítulo anterior, que a incapacidade da Venezuela em honrar seus compromissos financeiros com os credores europeus suscitou a intervenção da Itália, da Grã-Bretanha e da Alemanha. Esta potência, a que mais discordava em resolver a questão por arbitramento, só mudou de posição após a ameaça pelos Estados Unidos de recorrer à força. Nenhum conflito

armado acabou sendo deflagrado e o problema venezuelano foi resolvido pacificamente.

No entanto, durante a crise, um episódio envolvendo o presidente Theodore Roosevelt e o embaixador alemão Theodore von Holleben revela indícios da “*rationale*” que estava por trás da política presidencial para o Caribe. Após Holleben ter assegurado que a Alemanha não tinha a intenção de ocupar permanentemente territórios na Venezuela – se necessário, realizaria apenas uma “*ocupação temporária (...) de diferentes portos venezuelanos*”¹¹³ (PERKINS, 1937:325), Roosevelt respondeu que não iria tolerar a presença alemã nas proximidades do canal; não queria no Caribe um novo Kiachau, um território chinês ocupado em 1897 pela Alemanha como reparação pelo assassinato de dois de seus missionários na província de Shantung. Relatando a conversa com o embaixador em carta para William Thayer, o presidente disse que:

*“Kiachau não era uma possessão ‘permanente’ da Alemanha – era meramente mantido por um arrendamento de 99 anos; e que eu não pretendia ter outro Kiachau, mantido por período similar, no acesso ao canal istmico”*¹¹⁴ (COLLIN, 1999:101, grifos nossos).

Holleben reafirmou que a Alemanha não iria resolver o problema por arbitramento internacional, obtendo de Roosevelt a resposta de que, se essa posição permanecesse assim, a esquadra do Almirante Dewey iria garantir que “*forças alemãs não tomassem nenhum território*”¹¹⁵. Roosevelt ainda

¹¹³ “temporary occupation (...) of different Venezuelan harbor places”

¹¹⁴ “Kiachau was not a ‘permanent’ possession of Germany – that I understood was merely held by a 99-year lease; and that I did not intend to have another Kiachau, held by similar tenure, on the approach to the Isthmian canal”

¹¹⁵ “German forces did not take possession of any territory”

mostrou um mapa do Caribe ao embaixador alemão, enfatizando que “*não havia um lugar no mundo onde a Alemanha, em caso de um conflito com os Estados Unidos, estaria em grande desvantagem do que no mar do Caribe*”¹¹⁶ (Ibidem, 101-102). Após a esquadra de Dewey realizar manobras no Caribe, a Alemanha recuou.

Esse diálogo é relevante porque expressa a íntima conexão com que Roosevelt via a defesa da Doutrina Monroe com a proteção do futuro canal. No famoso discurso “*Deveres Nacionais*” pronunciado em Minnesota a setembro de 1901, Roosevelt afirmou que a perspectiva de construção de um canal tornava a defesa da Doutrina Monroe um imperativo nacional, a fim de evitar que “*qualquer aumento territorial na América por uma potência européia, não importando a forma que esse engrandecimento territorial possa tomar*”¹¹⁷ (ROOSEVELT, 2004:773). Essa repulsa ao “*aumento territorial*” de potências européias no hemisfério foi reafirmada no primeiro discurso sobre o Estado da União em dezembro do mesmo ano. Embora suas palavras não mencionem especificamente o Caribe, é difícil imaginar que ele considerasse de outra maneira: afinal, em países como Brasil e Argentina os interesses dos Estados Unidos, como havia declarado certa vez, eram “*menos evidentes*” (BEALE, 1956:105). Além disso, se Roosevelt evitasse empregar a Doutrina Monroe em seus termos tradicionais, limitando-a ao Caribe, não poderia transmitir à Europa a mensagem de que ao sul do canal intervenções seriam permitidas?

¹¹⁶ “there was no spot in the world where Germany in the event of a conflict with the United States would be at a greater disadvantage than in the Caribbean Sea”

¹¹⁷ “any territorial aggrandizement on American soil by any European power, and this, no matter what form the territorial aggrandizement may take”

O incidente envolvendo a Venezuela fez com que Roosevelt ficasse preocupado com a possibilidade de que, no futuro, as potências da Europa voltassem a intervir nos instáveis países da região caribenha, o que poderia resultar em presença territorial européia em locais estratégicos para a proteção do canal. Para Roosevelt, esse era o verdadeiro problema, e não as intervenções em si; em 1901, havia afirmado que desde que não houvesse ocupação de território, achava legítimo que recebessem “*palmadas*” das potências européias os países que não se “*comportassem*”. O verbo em inglês, *spank*¹¹⁸, significa “*dar palmadas, especialmente em crianças, nas nádegas*”¹¹⁹, revelando que Roosevelt via esses países como irresponsáveis, como crianças.

É a partir dessa época, portanto, que Roosevelt começa a considerar modos de prevenir intervenções “*a la Venezuela*”, pretendendo assumir uma política mais ativa na região (PERKINS, 1937:409). Dessa forma, a fórmula que ele encontra para lidar com essas situações — e que seria testada pela primeira vez na crise da República Dominicana em 1905 — foi anunciada na mensagem anual ao Congresso a 06 de dezembro de 1904, sendo conhecida para a posteridade como Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Nela, lê-se que:

“Se uma nação demonstra que conhece como agir com eficiência racional e decência nos assuntos sociais e políticos, se ela conserva a ordem e resgata suas obrigações, não necessita temer nenhuma interferência dos Estados Unidos. A atitude crônica do “fazer mal”, ou uma ineficácia que resulta num afrouxamento geral dos laços da

¹¹⁸ <http://dictionary.reference.com/search?q=spank&x=7&y=9>

¹¹⁹ “to strike (a person, usually a child) with the open hand, a slipper, etc., esp. on the buttocks, as in punishment”

sociedade civilizada, tem na América, como em outra parte, exigido ultimamente a intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina de Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância, em casos flagrantes daquela atitude ou ineficácia, para o exercício de poder policial internacional” (MORRIS, 1964:184-185, grifos nossos)

Com isso, o presidente alertava que se houvesse um país que iria intervir nos assuntos internos dos Estados do hemisfério, esse seria exclusivamente os Estados Unidos, cuja ação seria guiada a partir de uma visão fundamentada na dicotomia ordem/caos: assim, não precisariam temer uma intervenção os países que honrassem com suas obrigações financeiras e mantivessem a ordem; somente os “*irresponsáveis*”, aqueles incapazes de impedir as convulsões sociais internas e de pagar devidamente os seus credores é que seriam objeto da ação dos Estados Unidos. É interessante notar o tratamento que Roosevelt confere a essa intervenção, afirmando-a como um “*dever*” dos civilizados com os “*bárbaros*”, não apenas no hemisfério, mas também em escala mundial. Seria uma espécie de “*fardo do homem branco*”. Da mesma forma, há subjacente à mensagem de Roosevelt a idéia de que o respeito à soberania desses países só se daria se estes conseguissem, de fato, exercê-la. O termo escolhido por Roosevelt, “*poder policial internacional*”, não deixa também de ser relevante, ainda mais pelo fato de que sua ação política dirige-se ao sistema internacional, que tem como principal característica, como sabemos, a ausência de uma instância detentora do monopólio legítimo da violência. Polícias, portanto, só existem no âmbito doméstico, não no internacional, e sua função é manter a ordem e a segurança de uma sociedade. Estaria Theodore Roosevelt pretendendo

com isso afirmar que os Estados “*civilizados*” poderiam assumir o papel de polícia para, de alguma forma, regular o sistema internacional? Por fim, há um outro aspecto digno de nota: com essa mensagem, Roosevelt amplia o escopo de intervenção dos Estados Unidos. A Emenda Platt também conferia ao país o direito de intervir nos assuntos de outro Estado; no entanto, ela se restringia a Cuba e estava ancorada em preceitos legais, já que a possibilidade de ingerência norte-americana estava inscrita na Constituição cubana. Agora, a interpretação que Roosevelt faz da Doutrina Monroe reserva para os Estados Unidos o direito de intervir em todo hemisfério — ainda que possa ser discutido se os estadistas norte-americanos realmente pretendiam realizar intervenções além do Caribe.

Em verdade, o Corolário Roosevelt é a resposta de Roosevelt para potenciais problemas que os Estados Unidos poderiam enfrentar numa área tão instável quanto o Caribe. Roosevelt compreendeu que, se os norte-americanos quisessem evitar intervenções européias nas proximidades do canal do Panamá, teriam que assumir certas responsabilidades em determinados países da região.

Conclusão

A partir da análise da história dos Estados Unidos, cremos haver deixado claro que Porto Rico e, principalmente, Cuba sempre foram consideradas importantes para a segurança do país. Primeiramente, vimos que Cuba interessava aos estadistas norte-americanos por causa de sua proximidade aos Estados Unidos: se uma potência mais forte que a Espanha se apoderasse de Cuba, ela seria capaz de interditar as comunicações norte-americanas com o Atlântico a partir do Golfo do México. Além disso, a ilha poderia ser utilizada como um “*ponto de apoio*” para um ataque ao sul do país. Em razão disso, os norte-americanos se opuseram, ao longo de toda sua história, a qualquer investida européia que pudesse resultar na perda de Cuba pela Espanha e sua transferência para outra potência.

A importância estratégica de Cuba adquire novo significado para os Estados Unidos depois que estes encerraram o processo de expansão continental contíguo. Após a aquisição da Califórnia e do Território do Oregon, a construção de um canal interoceânico se impôs como um imperativo comercial e estratégico, de modo a unir as costas do Atlântico e do Pacífico e, principalmente, facilitar os meios de defesa, isto é, a movimentação da esquadra. A posse de um canal, porém, não significava nada caso os Estados Unidos não fossem capazes de controlar os acessos para o istmo do Panamá e de evitar a presença européia em sua vizinhança. Como observou o Secretário de Guerra Elihu Root, “*o efeito inevitável da construção do canal será a exigência de que vigiemos a área ao redor*”¹²⁰ (REYNOLDS, 1982:160).

¹²⁰ “The inevitable effect of our building the Canal must be to require us to police the surrounding premises”

Dessa forma, era indispensável que os Estados Unidos obtivessem o controle dos principais Estreitos que dão acesso ao mar do Caribe, o que foi assegurado com a instalação das bases navais em Guantánamo e Culebra, respectivamente, em Cuba e Porto Rico. Que o interesse por essas bases estivesse intimamente relacionado com a busca pela supremacia militar no Caribe e com a defesa do canal interoceânico, está claro pela ênfase colocada nesses aspectos tanto por militares, quanto civis. Essa é a conclusão a que chegamos a partir da análise do processo de obtenção das bases, das justificativas dadas para suas aquisições e dos instrumentos criados pelos Estados Unidos, como a Emenda Platt e o Corolário Roosevelt, para garantir politicamente que os objetivos estratégicos fossem realizados.

Por essa razão, entender os fatores estratégicos que motivaram os Estados Unidos a buscar o controle do mar do Caribe pode revelar-se útil para a compreensão da política externa norte-americana na América Central e no Caribe nos anos seguintes. Afinal, as intervenções posteriores que os Estados Unidos realizaram na região são consideradas por diversos autores, tais como Samuel Flagg Bemis (1965) e Julius W. Pratt (1965), como destinadas, exclusivamente, a evitar ameaças ao canal. Não faz parte do escopo deste trabalho, no entanto, analisar em profundidade as intervenções norte-americanas em países como Nicarágua ou Haiti. Mas cabe ressaltar que há indícios que reforçam a tese desses autores de que os objetivos estratégicos dos Estados Unidos no Caribe eram a principal razão a explicar a ação norte-americana na região e na América Central: por exemplo, o Secretário de Estado de William Taft, Philander C. Knox, chegou

a afirmar que a estabilidade da América Central e do Caribe era indispensável aos Estados Unidos em função dos interesses estratégicos do país no Canal do Panamá. De acordo com Knox:

*“A lógica da geografia política e da estratégia, e agora o nosso grandioso interesse nacional criado pelo Canal do Panamá, tornam a segurança, a paz e a prosperidade da América Central e do Caribe de grande importância para o governo dos Estados Unidos. Dessa forma, a enfermidade das revoluções e do colapso financeiro é mais séria precisamente nas regiões onde ela é mais perigosa para nós. É aqui que buscamos conseguir uma cura”*¹²¹ (BAILEY, 1974:534)

Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que os investimentos econômicos realizados na América Central pelo governo Taft durante o período conhecido como o da *“diplomacia do dólar”*, estavam amplamente relacionados com o objetivo norte-americano de evitar interferências européias nos assuntos internos dos Estados da região caribenha. Como vimos ao analisar o Corolário Roosevelt, a estabilidade econômica desses países era do interesse norte-americano, já que eliminaria a principal razão a estimular intervenções européias nos Estados localizados nas proximidades do canal. Dentro dessa perspectiva, a *“diplomacia do dólar”* pode assumir um novo significado, mais relacionado como um meio para que os fins de proteção ao canal fossem garantidos. São especulações que deixamos em aberto, mas que podem servir de objeto de estudo para futuras pesquisas.

¹²¹ “The logic of political geography and of strategy, and now our tremendous national interest created by the Panama Canal, make the safety, the peace, and the prosperity of Central America and the zone of the Caribbean of paramount interest to the Government of the United States. Thus the malady of revolutions and financial collapse is most acute precisely in the region where it is most dangerous to us. It is here that we seek to apply a remedy”

Bibliografia

ADAMS, John Quincy. *Memoirs of John Quincy Adams, Comprising Portions of his Diary from 1795 to 1848, Vol. 6*. Filadélfia, Charles Francis (org.), J. B. Lippincott & CO, 1875.

——— (org.). *Writings of John Quincy Adams, Vol VII, 1820-1823*. Nova Iorque, Worthington Chauncey Ford (org.), The Macmillan Company, 1917.

BAILEY, Thomas A. *A Diplomatic History of the American People*. Nova Jersey, Prentice-Hall Inc., 1974.

BEALE, Howard K. *Theodore Roosevelt and the Rise of America to World Power*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1956.

BEMIS, Samuel Flagg. *The Latin American Policy of the United States, an Historical Interpretation*. Nova Iorque, Harcourt, Brace and Company, 1947.

———. *A Diplomatic History of the United States*. Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1965.

———. *John Quincy Adams and the Foundations of American Foreign Policy*. Westport, Greenwood Press, 1981.

BOOT, Max. *The Savage Wars of Peace, Small Wars and the Rise of American Power*. Basic Books, 2002.

COLLIN, Richard H. *Theodore's Roosevelt Caribbean, The Panama Canal, the Monroe Doctrine and the Latin American Context*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1990.

DAMIANI, Brian Paul. *Advocates of Empire: William Mckinley, the Senate and American Expansion, 1898-1899*. Tese de doutorado, University of Delaware, 1978.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *Nossa América: Indoamérica*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

FORD, Worthington Chauncey. *John Quincy Adams and the Monroe Doctrine*. The American Historical Review, Vol. 8, No. 1, (Oct. 1902), pp. 28-52.

GOULD, Lewis L. *The Spanish-American War and President McKinley*. University Press of Kansas, 1999.

GRENVILLE, John A. S. e YOUNG, George Berkeley. *Politics, Strategy, and American Diplomacy, Studies in Foreign Policy, 1873-1917*. Yale University Press, 1966.

JEFFERSON, Thomas. *The Writings of Thomas Jefferson, 1816-1826, Vol. X*. Nova Iorque, Paul L. Ford (org.), The Knickerbocker Press, 1899.

———. *The Writings of Thomas Jefferson, Vol. I*. Washington, Thomas Jefferson Memorial Association, 1903.

KINZER, Stephen. *Overthrow, America's Century of Regime Change from Hawaii to Iraq*. Nova Iorque, Times Books, 2006.

LAFEBER, Walter. *The American Age, U.S. Foreign Policy at Home and Abroad, 1750 to the Present*. Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1994.

LANGLEY, Lester D. *The Cuban Policy of the United States, A Brief History*. Nova Iorque, John Wiley & Sons Inc., 1968.

LOGAN, John A., Jr. *No Transfer, an American Security Principle*. Yale University Press, 1962.

MADISON, James. *Madison's Letters to Monroe*. New York Times, 17 de janeiro de 1896.

———. *The Writings of James Madison, 1808-1819, Vol. VIII*. Nova Iorque, Gaillard Hunt (org.), The Knickerbocker Press, 1908.

MAHAN, Alfred Thayer. *Naval Strategy*. Boston, Little, Brown, and Company, 1911.

———. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Nova Iorque, Dover Publications Inc., 1987

MCCOY, Mary E. C. *Guantánamo Bay: the United States Naval Base and its relationship with Cuba*. Tese de doutorado, University of Akron, 1995.

MCDUGALL, Walter A. *Promised Land, Crusader State, the American Encounter with the World Since 1776*. Nova Iorque, Houghton Mifflin Company, 1997.

MORRIS, Richard B. *Documentos Básicos da História dos Estados Unidos*. Editora Fundo de Cultura, 1964.

NASSER, Reginaldo M. *O Lugar do Hemisfério na Ordem Mundial: Percepções Norte-Americanas*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

OFFNER, John L. *An Unwanted War, the Diplomacy of the United States & Spain over Cuba, 1895-1898*. The University of North Carolina Press, 1992.

O'TOOLE, G.J.A. *The Spanish War, an American Epic 1898*. Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1984.

PRATT, Julius W. Pratt. *Expansionists of 1812*. Nova Iorque, The Macmillan Company, 1925.

———. *America's Colonial Experiment, How the United States Gained, Governed, and in Part Gave Away a Colonial Empire*. Nova Iorque, Prentice-Hall International, 1950.

———. *The Expansionists of 1898*. Chicago, Quadrangle Books Inc., 1964.

———. *A History of United States Foreign Policy*. Nova Jersey, Prentice-Hall International, 1965.

PERKINS, Bradford. *The Cambridge History of American Foreign Relations, the Creation of a Republican Empire, 1776-1865*. Cambridge University Press, 2002.

PERKINS, Dexter. *The Monroe Doctrine, 1867-1907*. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1937.

REYNOLDS, Bradley Michael. *Guantanamo Bay, Cuba: the History of an American Naval Base and its relationship to the formulation of United States Foreign Policy and Military Strategy Toward the Caribbean, 1895-1910*. Tese de doutorado, University of Southern California, 1982.

ROOSEVELT, Theodore. *Letters and Speeches*. Nova Iorque, The Library of America, 2004.

SFEIR-YOUNIS, Luis Felipe. *State Formation in the Periphery, the United States Military Occupation of Cuba and Puerto Rico, 1898-1902*. Tese de doutorado, The University of Michigan, 1989.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: Poder e Submissão, uma História da Política Norte-Americana em Relação à América Latina*. São Paulo, Tradução Raul Fiker, Edusc, 2000.

SHIPPEE, Lester Burrell. *Germany and the Spanish-American War*. *The American Historical Review*, Vol 30, No. 4, (Jul. 1925), pp. 754-777.

SICKER, Martin. *The Geopolitics of Security in the Americas, Hemispheric Denial from Monroe to Clinton*. Westport, Praeger Publishers, 2002.

STEARNS, Foster. *Edward Everett, Secretary of State*. In BEMIS, Samuel Flagg (org.). *The American Secretaries of State and their Diplomacy, Volume VI*. Nova Iorque, Alfred A. Knopf Inc., 1928.

SOFAER, Abraham D. *The Presidency, War, and Foreign Affairs: Practice under the Framers*. Law and Contemporary Problems, Vol. 40, No. 2, Presidential Power: Part 1 (Spring, 1976), pp. 12-38

SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo, Tradução de Octavio Mendes Cajado, Editora Cultrix, 1995.

TRASK, David F. *The War with Spain in 1898*. Bison Books, 1996.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Nova Iorque, Henry Holt and Company, 1923.

VARG, Paul A. *Foreign Policies of the Founding Fathers*. Michigan State University Press, 1963.

WHITAKER, Arthur Preston. *The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830*. Baltimore, The John Hopkins Press, 1941.

ZASLOFF, Jonathan Mark. *Law and the Shaping of American Foreign Policy: from the Gilded Age to the New Era*. Tese de doutorado, Harvard University, 2002.

ZIMMERMANN, Warren. *First Great Triumph, How Five Americans Made their Country a World Power*. Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 2002.

Sites da Internet

Annals of Congress

<http://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwac.html>

Primeiro discurso sobre o estado da União ao Congresso do presidente Mckinley
[http://en.wikisource.org/wiki/William McKinley%27s First State of the Union Address](http://en.wikisource.org/wiki/William_McKinley%27s_First_State_of_the_Union_Address)

Segundo discurso sobre o estado da União ao Congresso do presidente Mckinley
[http://en.wikisource.org/wiki/William McKinley's Second State of the Union Address](http://en.wikisource.org/wiki/William_McKinley's_Second_State_of_the_Union_Address)

Louisiana Purchase Treaty; April 30, 1803
<http://www.yale.edu/lawweb/avalon/diplomacy/france/louis1.htm>